

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA,
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JÉSSICA DAYANA BLANCO CASTILLO

**A GUERRA AO TERROR E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS RELAÇÕES
POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS DO BRASIL COM PAÍSES ISLÂMICOS DO
ORIENTE MÉDIO**

**Sant'Ana do Livramento
2022**

JÉSSICA DAYANA BLANCO CASTILLO

**A GUERRA AO TERROR E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS RELAÇÕES
POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS DO BRASIL COM PAÍSES ISLÂMICOS DO
ORIENTE MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa – UNIPAMPA, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Renato José da Costa

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C352g

Castillo, Jéssica Dayana Blanco.

A Guerra ao Terror e seus desdobramentos nas relações político-diplomáticas do Brasil com países islâmicos do Oriente Médio / Jéssica Dayana Blanco Castillo. – 2022.

137 p

Orientador: Renato José da Costa

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) – Universidade Federal do Pampa, Relações Internacionais, Campus Santana do Livramento, 2022.

1. Política Externa Brasileira. 2. Oriente Médio. 3. Guerra ao Terror. I. Renato José da Costa. II. A Guerra ao Terror e seus desdobramentos nas relações político-diplomáticas do Brasil com países islâmicos do Oriente Médio.

JÉSSICA DAYANA BLANCO CASTILLO

**A GUERRA AO TERROR E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS RELAÇÕES
POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS DO BRASIL COM PAÍSES ISLÂMICOS DO
ORIENTE MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa – UNIPAMPA, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 09/03/2022.
Banca examinadora:

Prof. Dr. Renato José da Costa
Orientador
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Kamilla Raquel Rizzi
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Andrew Patrick Traumann
(UniCuritiba)

AGRADECIMENTO

A Deus, primeiramente, pela minha vida, por me dar forças para conciliar trabalho e estudo e por ter me ajudado nesses quatro anos de graduação, que não foram fáceis.

À minha mãe, Dona Valeria, que nunca mediu esforços para me proporcionar as condições necessárias para estudar, que com muito amor me apoiou, incentivou e esteve comigo em todo momento. Minha base e meu exemplo.

À minha família em geral, e, em particular, aos meus tios: Alicia, Ana e Tito e primos, por todo o apoio, carinho e compreensão.

Às minhas amigas: Kristin e Cynthia, pelo apoio demonstrado e por compreender a minha ausência neste tempo, e Yasmin, pela amizade incondicional, ajuda constante e incentivo fundamental, principalmente nos momentos difíceis.

À República Federativa do Brasil e à Universidade Federal do Pampa, pela oportunidade de realizar meus estudos de graduação em uma universidade pública, com ensino de qualidade, onde ingressei sendo fronteiriça e me formei, com muito orgulho, sendo brasileira.

Aos professores do Curso de Relações Internacionais, que tanto contribuíram acadêmica e humanamente para a minha formação. Em especial, ao meu querido orientador, o Professor Doutor Renatho da Costa, que com paciência e dedicação, depositou sua confiança e tempo no meu Trabalho e me guiou durante o processo.

Ao Embaixador Osmar Chohfi, pela gentileza e disponibilidade para conversar comigo sobre a sua experiência como Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. Sem dúvidas, a conversa foi enriquecedora para o meu Trabalho.

A todas as pessoas que colaboraram de certa forma, que me mantiveram motivada com as suas palavras de otimismo e conforto e que ficarão felizes com a minha realização.

“In the anarchic world of international politics, it is better to be Godzilla than Bambi”.

John Mearsheimer

RESUMO

No dia 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos foram vítimas de atentados terroristas, onde morreram cerca de 3 mil pessoas. Esse evento é considerado um ponto de inflexão na história do século XXI, pois desencadeou na Guerra ao Terror. O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações político-diplomáticas entre o Brasil e os países islâmicos do Oriente Médio (Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria e Turquia), durante o período de 2001 até 2004. Também, pretende-se verificar as possíveis repercussões da Guerra ao Terror nas relações do Brasil com esses países, com o intuito de observar possíveis mudanças e considerar se o Brasil teve margem de manobra no cenário internacional, ou simplesmente aderiu às diretrizes dos Estados Unidos. Com embasamento na teoria do Realismo Ofensivo de John Mearsheimer (2001), serão analisadas a Política Externa dos Estados Unidos e a Política Externa Brasileira, para assim, comentar e compreender as ações externas dos dois países.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Oriente Médio; Guerra ao Terror; 11 de setembro; Realismo Ofensivo.

ABSTRACT

On September 11, 2001, the United States of America was victim of terrorist attacks, which killed almost 3 thousand people. This event is considered a turning point in the 21st century, as it sparked on the War on Terror. The present work aims to analyze the political-diplomatic relations between Brazil and the Islamic countries of the Middle East (Saudi Arabia, Bahrain, Qatar, Egypt, United Arab Emirates, Yemen, Iran, Iraq, Jordan, Kuwait, Lebanon, Oman, Syria and Turkey), from 2001 to 2004. It has also intended to verify the possible repercussions of the War on Terror in Brazil's relations with these countries, in order to observe possible changes and consider whether Brazil had room for maneuver on the international system, or simply adhered to United State's guidelines. Based on John Mearsheimer's theory of Offensive Realism (2001), the United States' Foreign Policy and Brazil's Foreign Policy will be analyzed, in order to comment and understand the foreign actions of both countries.

Keywords: Brazil's Foreign Policy; Middle East; War on Terror; September 11; Offensive Realism.

LISTA DE SIGLAS

ADMs – Armas de Destruição em Massa

EAU – Emirados Árabes Unidos

EUA – Estados Unidos

FHC – Fernando Henrique Cardoso

G20 – Grupo dos 20

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NATO – North Atlantic Treaty Organization

NSS – National Security Strategy

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PE – Política Externa

PEB – Política Externa Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS | 16 |
| 2.1 Antecedentes da Política de George W. Bush | 16 |
| 2.2 O começo da administração de George W. Bush..... | 18 |
| 2.3 Os neoconservadores | 20 |
| 2.4 A administração de Bush a partir do 11 de setembro de 2001 | 22 |
| 2.4.1 “Operation Enduring Freedom”: O início da Guerra do Afeganistão..... | 25 |
| 2.4.2 “Operation Iraqi Freedom”: O início da Guerra do Iraque | 26 |
| 3 ANÁLISE DA DOCTRINA BUSH NA GUERRA AO TERROR..... | 31 |
| 3.1 A Doutrina Bush | 33 |
| 4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA | 44 |
| 4.1 Presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) | 47 |
| 4.2 Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011)..... | 50 |
| 4.3 Mudança ou continuidade?..... | 52 |
| 5 O REALISMO OFENSIVO ESTABELECENDO AS BASES PARA AS POLÍTICAS EXTERNAS | 56 |
| 5.1 O Realismo Ofensivo | 57 |
| 5.2 O Realismo Ofensivo aplicado à Política Externa dos Estados Unidos | 62 |
| 5.3 O Realismo Ofensivo aplicado à Política Externa Brasileira | 69 |
| 6 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA OS PAÍSES ISLÂMICOS DO ORIENTE MÉDIO..... | 75 |
| 6.1 Breve histórico do Oriente Médio | 75 |
| 6.2 Breve histórico das relações Brasil-Oriente Médio | 78 |
| 6.3 Relações do Brasil com países islâmicos do Oriente Médio: análise de possíveis mudanças | 82 |
| 6.3.1 Reino da Arábia Saudita..... | 83 |
| 6.3.2 Reino do Bahrein | 85 |
| 6.3.3 Estado do Catar | 86 |
| 6.3.4 República Árabe do Egito..... | 87 |
| 6.3.5 Emirados Árabes Unidos | 89 |
| 6.3.6 República do Iêmen..... | 91 |
| 6.3.7 República Islâmica do Irã..... | 91 |
| 6.3.8 República do Iraque | 93 |
| 6.3.9 Reino Hashemita da Jordânia | 99 |
| 6.3.10 Estado do Kuwait | 100 |
| 6.3.11 República Libanesa | 101 |
| 6.3.12 Sultanato de Omã | 106 |
| 6.3.13 República Árabe da Síria..... | 107 |
| 6.3.12 República da Turquia | 108 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 111 |
| REFERÊNCIAS..... | 115 |

| | |
|--|------------|
| ANEXO – Conversa com o Embaixador Osmar Chohfi..... | 129 |
|--|------------|

1 INTRODUÇÃO

No dia 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos foram vítimas de um atentado terrorista que deu início à era do Novo Terrorismo. De acordo com Nye (2004), com o início do século XXI e os ataques de 11 de setembro, surgiu uma nova forma de terrorismo. Esse novo terrorismo é mais fácil, mais barato e possui maior acesso a armas que antes estavam restritas para uso somente por parte dos Estados (as armas de destruição em massa). Com o começo do século, a globalização proporcionou outros meios de comunicação e abriu portas para informações e capacidades de destruição antes limitadas a exércitos e governos. Esses “indivíduos de tendências desviadas” também mudaram as suas motivações: antes bem definidas e com motivos políticos, hoje nem tanto (NYE, 2004, s.p.).

Depois desse ataque, os Estados Unidos promulgaram sua Estratégia de Segurança Nacional, repercutindo na Guerra ao Terror, passando a lutar contra organizações consideradas terroristas e caçando os principais suspeitos de encabeçar as ditas organizações. Além disso, os Estados Unidos, principais interessados na luta contra o terrorismo, vêm coagindo os Estados para que adotem medidas antiterroristas nas suas políticas externas, fazendo de sua guerra, uma guerra internacional.

Essa Guerra é considerada a mais longa e cara da história estadunidense, pois não só os Estados Unidos destinaram muitos recursos à caça aos “terroristas”, mas também, os seus aliados e os membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Os impactos na estrutura da segurança internacional gerados pela Guerra ao Terror, mudaram as relações que alguns países mantinham com o Oriente Médio, principalmente por pressão estadunidense. As relações entre o Brasil e os países islâmicos do Oriente Médio não foram diferentes. Ainda que o Brasil não tenha rompido as relações com esses países, houve, sim, certo distanciamento num primeiro momento. Logo depois, principalmente com a troca de governo, o Brasil mudou a sua estratégia e diversificou as suas relações. Ainda que o Brasil reconhecesse a importância da luta internacional contra o terrorismo, o tema não era central na sua política externa, pois o Brasil prefere solucionar as controvérsias por meio de vias pacíficas.

São inegáveis a importância e a influência dos Estados Unidos na política externa de alguns países. A Guerra ao Terror foi uma política estrategicamente implementada pelo então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush (2001-2009), em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001. Ela teve influência na política externa de alguns países do mundo: “nota-se a maior cobrança que os países sofrem para prevenir e reprimir o fenômeno” (CUNHA, 2010,

p. 26). O Brasil, por sua vez, tinha relações com os países islâmicos antes do ocorrido, mas com alguns países, como o Iraque, essas relações sofreram um certo distanciamento, voltando a ser aprofundadas durante o governo Lula (2003-2011), quase 2 anos após a declaração da Guerra ao Terror. Por esse motivo, busca-se verificar como eram as relações entre esses atores, antes e depois do evento, para poder analisar possíveis mudanças efetivas.

Ao mesmo tempo, a opção pelos países islâmicos e não árabes, reside no fato de que a Guerra ao Terror teria estigmatizado os seguidores do Islã, assim, independente da sua nacionalidade (árabes, persas, turcos, etc.), proferindo a religião islâmica, estariam passíveis dos efeitos da política de segurança estadunidense. Dessa forma, esta pesquisa terá por objeto os países do Oriente Médio, cuja religião oficial seja o Islã, ou, pelo menos, que a maioria da sua população seja seguidora desta religião. É importante ressaltar que, para esta pesquisa, entende-se por países islâmicos do Oriente Médio a Arábia Saudita, o Bahrein, o Catar, o Egito, os Emirados Árabes Unidos (EAU), o Iêmen, o Irã, o Iraque, a Jordânia, o Kuwait, o Líbano, o Omã, a Síria e a Turquia.

Torna-se necessário, então, definir Política Externa (PE). Segundo Oliveira (2005), política externa é o conjunto de decisões políticas e práticas de um governo, que criam uma doutrina específica para a inserção e a projeção desse Estado no sistema internacional. Possui duas características: 1- é própria dos Estados, como consequência da existência de uma sociedade de Estados soberanos e independentes, onde as noções de soberania e territorialidade contribuem para a compreensão do significado do que seja externalizado; e 2- é parte integrante da política geral do Estado, e sua principal característica é que seus destinatários são os Estados e outros atores do sistema internacional (OLIVEIRA, 2005). Logo, política externa deve ser implementada no sistema internacional. Nela se encontram comprometidas, de forma crítica, a segurança do Estado e a segurança nacional, o que caracteriza a política externa mais como política de Estado e menos como política de governo. Em outras palavras, a segurança nacional e a segurança do Estado se caracterizam por serem políticas de Estado e não de governo pois são objetivos duradouros, ou seja, que não mudam de quatro em quatro anos com as eleições presidenciais.

A Política Externa de cada país

é influenciada por fatores internos -históricos, culturais, o sistema político, a situação econômica, etc.- e externos -como sejam a conjuntura internacional, a situação geográfica e as políticas dos vizinhos, as influências de palas ou centros de poder, ainda que distantes, etc. (GOMES, 1990, p. 63).

Oliveira também traz outra definição: “[p]or política exterior deve-se entender o estudo da forma como um Estado conduz suas relações com outros Estados, [e] se projeta para o exterior” (OLIVEIRA, 2005, p. 2). Essa definição é muito importante para a análise deste Trabalho, pois, far-se-á exatamente isso, estudar a projeção do Brasil e dos Estados Unidos no sistema internacional e as suas relações com outros países. A projeção de cada Estado vai depender dos seus interesses e objetivos nacionais, mas para isso, talvez seja importante considerar “[...] a capacidade que cada Estado detém de convencer os outros a aceitar as suas posições ou, em termos mais claros, o poder que cada Estado dispõe para a imposição de seus interesses” (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

[...] [N]a análise da política externa de um Estado convém, analiticamente, levar em conta duas dimensões distintas, porém complementares. A primeira diz respeito às normas de funcionamento da ordem mundial num dado momento. A segunda trata de esclarecer as modalidades específicas de inserção de um Estado na dinâmica de funcionamento do sistema internacional (LAFER, [19--] apud LAFER, 1984, p. 104).

Ao longo do Trabalho, buscar-se-á responder à pergunta: Que mudanças ocorreram nas relações político-diplomáticas do Brasil com os países islâmicos do Oriente Médio no pós-11 de setembro, com a implementação da “Guerra ao Terror” pelos Estados Unidos? Como hipótese, acredita-se que, devido à influência que os Estados Unidos tinham – e têm – no sistema internacional, as relações entre o Brasil e os países islâmicos do Oriente Médio, tenham sofrido certo distanciamento. Nesse sentido, a mudança na Política Externa Brasileira, a princípio, teria alterado a agenda brasileira para a região, seguindo as diretrizes internacionais. As principais mudanças teriam impactado nos aspectos econômicos, no entanto pretende-se identificar prováveis alterações ocorridas mais especificamente nas relações políticas e diplomáticas.

Traçou-se como objetivo geral analisar as relações político-diplomáticas entre o Brasil e os países islâmicos do Oriente Médio. Como objetivos específicos, têm-se: analisar a Guerra ao Terror (Doutrina Bush); descrever como eram as relações do Brasil com os países islâmicos do Oriente Médio antes do 11 de setembro de 2001 e depois desta data, para verificar se houveram alterações devido à Guerra ao Terror; e, analisar o conceito de fundamentalismo islâmico.

A pesquisa será feita usando uma abordagem qualitativa, devido a que pretende-se não só descrever o fenômeno da Guerra ao Terror, mas também, compreendê-lo para poder explicar as mudanças nas relações do Brasil com os países islâmicos do Oriente Médio que decorreram deste. “As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização

das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno [...]” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Ao mesmo tempo, a pesquisa será descritiva-explicativa, aplicada, seguindo o método histórico. Uma pesquisa descritiva, para Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), “[...] exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Em consequente, uma pesquisa explicativa, para Gil (2007, p. 43), “[...] pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”.

Uma pesquisa aplicada, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), “[o]bjetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. E seguir-se-á o método histórico para investigar todo o processo histórico da Guerra ao Terror e verificar sua influência nas relações político-diplomáticas do Brasil com a região estudada. Os procedimentos utilizados serão o de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e web sites; pesquisa documental em documentos oficiais, discursos oficiais, revistas, entrevistas, etc.; e, pesquisa ex-post-facto. Para Fonseca (2002, p. 32), “[a] pesquisa ex-post-facto tem por objetivo investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre posteriormente”.

Assim sendo, o Trabalho estará dividido em cinco capítulos, além de introdução e considerações finais. No segundo capítulo, será analisada, em linhas gerais, a política externa dos Estados Unidos. No período analisado neste Trabalho (do início de 2001 até 2004), os Estados Unidos tiveram somente um presidente: George W. Bush. Será analisada então, nesse segundo capítulo, a Política Externa deste presidente, mostrando a mudança dos objetivos iniciais “softs¹”, pelo recrudescimento após os ataques de 11 de setembro, causando a alteração da agenda internacional deste país.

O terceiro capítulo é complementar ao segundo. Nele será analisada a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, mais conhecida como “Doutrina Bush”. Este documento oficializou a Guerra ao Terror e o presidente Bush estabeleceu o perfil do inimigo que passaria a ser perseguido até os dias de hoje. Ainda, há o reconhecimento de quem são os aliados e são traçadas as estratégias para a Guerra no combate ao terrorismo nos mais distintos países. A Doutrina será analisada em sua íntegra, capítulo por capítulo, para uma melhor

¹ Brandos, ou suaves.

compreensão da política externa estadunidense e da forma em que os Estados Unidos, a partir daquele momento, estariam moldando não só o mundo, mas também, as políticas externas dos diferentes países.

No quarto capítulo, será analisada, em linhas gerais, a Política Externa Brasileira (PEB). No período analisado, o Brasil teve dois presidentes: Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva. Estes presidentes, pode-se dizer que tiveram algumas semelhanças em suas políticas, mas as diferenças foram notórias, principalmente no que tange à intensidade das relações com o Oriente Médio, aprofundadas no governo Lula.

No quinto capítulo, serão analisadas as duas políticas externas (dos Estados Unidos e do Brasil) através da teoria realista de relações internacionais, especificamente, com base no Realismo Ofensivo de John Mearsheimer. Decidiu-se embasar a investigação no Realismo, devido a que serão examinadas as ações externas dos atores (Estados), tratando a política externa como posicionamento do Estado, o qual, por sua vez, atua seguindo os seus interesses. Em nenhum momento descarta-se a relação entre política interna e política externa, mas o foco deste trabalho será nas ações externas dos Estados, especificamente, como o Brasil atuou a partir da mudança de paradigma imposta pelos Estados Unidos a partir do 11 de setembro. Assim, analisar-se-á se o Brasil teve margem de manobra para direcionar a sua política externa para que esta cumpra com os seus interesses ou se assimilou diretamente as imposições feitas pelos Estados Unidos. Em outras palavras, partindo da premissa de que o 11 de setembro é um fato que desencadeou eventos internacionais e mudanças no sistema internacional, recrudescendo políticas de segurança e fortalecendo o papel do Estado, opta-se pelo neorealismo, especificamente pelo Realismo Ofensivo de Mearsheimer, por ser uma teoria estruturalista².

Por fim, o capítulo anterior às considerações finais, é onde serão analisadas as relações do Brasil com os países islâmicos do Oriente Médio, com o fim de verificar possíveis mudanças no pós-11 de setembro. Este capítulo, por sua vez, estará dividido em três partes: um breve apanhado de como eram essas relações entre o Brasil e os países islâmicos do Oriente Médio antes do 11 de setembro; um resumo da história moderna da região, para tentar entender os motivos da ascensão e da popularidade dos grupos considerados terroristas; e as relações político-diplomáticas bilaterais entre Brasil e cada um dos países islâmicos do Oriente Médio, junto com acordos e tratados.

² John Mearsheimer e Kenneth Waltz são considerados realistas estruturalistas, pois acreditam que a estrutura do sistema internacional determina o comportamento dos Estados.

2 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

O presente capítulo tem por objetivo analisar a política externa dos Estados Unidos (EUA) no governo Bush. Para isso, o capítulo estará dividido em quatro partes: 1- os antecedentes da administração de George W. Bush, para rever as políticas anteriores dos seus antecessores – inclusive a do seu pai, George H. W. Bush –; 2- o começo de sua administração, que abarcará a eleição presidencial e a administração antes do 11 de setembro; 3- os neoconservadores, para verificar a influência deste grande grupo na política estadunidense; 4- a administração de Bush no pós-11 de setembro. Esta última parte estará, por sua vez, dividida em três outras partes: a primeira sobre as generalidades da política externa depois dos ataques, a segunda abordará a invasão do Afeganistão e a terceira a invasão do Iraque, pois essas últimas duas partes foram, junto com a Doutrina Bush, os principais marcos da Guerra ao Terror.

2.1 Antecedentes da Política de George W. Bush

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos aumentaram o seu interesse e presença no Oriente Médio com vários objetivos, tais como: conter a expansão e influência soviética, controlar o Golfo Pérsico (visando garantir o acesso ao petróleo) e defender o seu maior aliado: o Estado de Israel (PINTO, 2003).

Ao mesmo tempo, o Oriente Médio foi palco de importantes conflitos internacionais, muitos deles, envolvendo Israel e Palestina, mas não somente. Por exemplo, em 1956 ocorreu a Crise de Suez, que foi um conflito entre Israel e Egito, que começou quando o Egito decide nacionalizar o Canal de Suez, que ainda era controlado pela Inglaterra. Israel se viu prejudicado porque o seu acesso ao Mar Vermelho estaria sendo bloqueado. Os EUA, então, se envolveram para retirar as tropas de Israel e aliados – França e Inglaterra – do Canal. Outro conflito foi a Crise do Líbano – ou Primeira Guerra Civil Libanesa – de 1958. Nesse ano, o Líbano esteve em uma situação complicada, vivenciando uma guerra civil interna entre cristãos e muçulmanos, cuja acusação era de que estava sendo financiada pela Síria e pelo Egito. Os EUA intervieram para proteger a presidência do libanês Chamoun – considerado “pró-Occidente” –, do “perigo comunista” representado pela Síria e pelo Egito. Outro evento importante foi a Guerra dos Seis Dias, de 1967. Nesse conflito entre israelenses e árabes, que se deu como resposta ao sentimento de revolta dos países árabes à criação do Estado de Israel, os EUA apoiaram seu maior aliado na região.

Assim como nesses, houveram outros eventos no Oriente Médio onde os EUA se envolveram, direta ou indiretamente. A região é importante e a análise do posicionamento dos EUA nos conflitos ocorridos no Oriente Médio também é. O posicionamento, como abordado a seguir, vai além da ideologia do partido do governante estadunidense em vigor, inclusive, há nuances nos posicionamentos dentro do próprio partido e da própria família. Por exemplo, ainda que Bush pai e Bush filho sejam republicanos, com relação ao Iraque, não atuaram da mesma forma e nem com a mesma intensidade. Bush pai se restringiu mais aos órgãos multilaterais – Organização das Nações Unidas (ONU) – enquanto Bush filho atuou unilateralmente, sem a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas isso será desenvolvido no decorrer do capítulo e do Trabalho. Primeiro, é interessante fazer um breve apanhado da política externa para o Oriente Médio dos antecessores de George W. Bush.

A herança do governo de George W. Bush vem, principalmente, desde o governo de Nixon (republicano), quem fora presidente de 1969 até 1974. Logo, outra grande influência foi o governo de Reagan (republicano), que esteve no posto presidencial de 1981 até 1989. O Oriente Médio, teve lugar importante na política externa dos EUA durante o governo Reagan. Segundo Ormond (2015), os focos da política externa do governo Reagan foram: a Revolução Iraniana (1979), a invasão do seu rival durante a Guerra Fria ao Afeganistão (1979) e a Guerra entre Irã e Iraque³.

O sucessor de Reagan, então, foi o pai de Bush, George H. W. Bush (republicano), governando os Estados Unidos de 1989 até 1993, que, ao mesmo tempo, havia sido vice-presidente de Reagan. Ainda que Reagan e George H. W. Bush fossem ambos republicanos, a política de Bush pai foi mais moderada. Bush pai não acreditava que, no seu período de gestão e considerando o cenário internacional da época, os EUA deveriam expandir sua hegemonia. Por isso, segundo Pecequilo (2007), ele adaptou o Internacionalismo Multilateral do pós-Segunda Guerra Mundial aos padrões de então, misturando o elemento militar com os valores liberais na política e na economia. O objetivo desta estratégia era retocar a imagem externa do seu país, para que este fosse visto como aquele que mantém o equilíbrio no sistema internacional (honest broker, holder of the balance e off-shore balancer⁴) (PECEQUILO, 2007). O governo de Bush pai também deu atenção especial ao Oriente Médio. Por exemplo, o governo

³ A Guerra Irã-Iraque aconteceu entre 1980 e 1988, opondo-se o Irã do Aiatolá Khomeini e o Iraque de Saddam Hussein. Os EUA não perderam a oportunidade de exportar armamento (para ambos países), mas oficialmente, apoiou o regime de Saddam, providenciando “logistical and intelligence support, believing, wrongly, that Saddam could destabilize the Iranian regime and defeat the Islamic Revolution” (TRISTAN, 2019, s.p.).

⁴ Mediador honesto, detentor do equilíbrio e equilibrista distante (tradução nossa).

de George H. W. Bush, foi marcado pela Operação Tempestade no Deserto⁵, que iniciara em 1991.

O sucessor de Bush pai foi William (Bill) Clinton (democrata), que governou o país em dois períodos, de 1993 até o ano de 2001. A vitória dos democratas, em 1992, representou um verdadeiro choque para os neoconservadores, que não esperavam esse resultado. Ainda que de partidos diferentes, “[...] Clinton deu sequência à reforma de Bush [...]” (PECEQUILO, 2007, p. 34) e recuperou a economia do país, sendo a gestão econômica de sua presidência considerada muito boa. Seguindo o perfil democrata, incentivou a educação, promoveu assistência social, buscou novos mercados internacionais e interveio em crises financeiras, marcando sua presença na região (crises mexicana e brasileira) e no globo (crises russas e asiáticas).

Já a administração de Clinton teve poucas intervenções no Oriente Médio, mas a mais importante foi a Operação Raposa do Deserto⁶, em 1998. Todas essas ações, principalmente as últimas duas, tiveram intenções petrolíferas. Ormond (2015) ressalta que tanto republicanos quanto democratas atuam da mesma forma quando se trata do Golfo Pérsico e do acesso ao seu petróleo. De fato, Pecequilo (2011) indica uma relação quase que dependente entre o crescimento da economia dos EUA e o setor petrolífero, aí a importância de fazer-se presentes nas regiões onde o recurso é vasto, pois também outras potências o fazem.

2.2 O começo da administração de George W. Bush

George H. W. Bush foi o 41º presidente dos Estados Unidos. Depois de ter servido na Segunda Guerra Mundial, estudou em Yale, uma universidade situada no estado de Connecticut, na cidade de New Haven, onde nasceu seu filho, George W. Bush. Quando George W. Bush ainda era criança, a sua família mudou-se para Midland, no estado do Texas, cidade na qual Bush pai entraria para o negócio do petróleo. Bush não só seguiu os passos do pai ao entrar na política (tornando-se o 43º presidente dos Estados Unidos), mas também ao estudar na mesma universidade (Yale) e ao investir na exploração de petróleo.

⁵ A Operação foi uma resposta dos Estados Unidos, dos seus aliados, da ONU e do seu Conselho de Segurança, à invasão do Iraque de Saddam ao território do Kuwait. A Operação foi considerada bem-sucedida, pois restaurou-se a soberania do território invadido. Como consequência, a ONU impôs sanções políticas e econômicas ao Iraque. Uma das verdadeiras intenções desta Operação foi petrolífera. Ainda que criticado pelos neoconservadores, Bush opta por intervir no Iraque em conjunto com a ONU. Bush não depôs Saddam, apesar de tê-lo vencido.

⁶ A Operação Raposa do Deserto foi uma ação conjunta dos EUA com o Reino Unido para conter o Irã e o Iraque, onde este último, fora bombardeado durante quatro dias consecutivos com o fim de destruir suas bases militares e impedi-los de produzir e usar armas de destruição em massa.

George W. Bush governou os Estados Unidos por dois mandatos, de 2001 até 2009. A sua primeira eleição foi marcada pela disputa acirrada com Al-Gore (democrata, que havia sido vice-presidente de Bill Clinton). Ainda que o governo de Clinton tenha ficado marcado pelo escândalo que levou à abertura de processo para seu impeachment, sua gestão foi considerada bem-sucedida e ele ainda mantinha a sua popularidade. Foi uma disputa difícil e tanto republicanos quanto democratas se surpreenderam com o resultado. Por um lado, estava a figura tão experiente de Gore, a quem era relacionada “[...] a uma sólida imagem familiar” (PECEQUILO, 2011, p. 364). Por outro lado, a figura de Bush, que era “[...] inexperiente, de passado conturbado por seus problemas com álcool e empresariais, simplório, de estilo agressivo, Bush parecia não ter chance” (PECEQUILO, 2011, p. 364).

Um dos erros da campanha de Gore foi subestimar o adversário. Ainda que Bush fosse inexperiente, mostrava-se humilde, com um estilo populista e um discurso moderado, mas sempre enfatizando os valores tradicionais. Ao subestimar o adversário, Gore e seus assessores não estavam percebendo o perfil egocêntrico, demasiado confiante, pouco carismático e arrogante que o candidato democrata expunha. Também, no princípio, pediram que Clinton se afastasse da campanha de Gore para que os eleitores não o relacionassem com os escândalos que o então presidente havia vivenciado, porém, esqueceram de que Clinton ainda era muito popular entre os cidadãos (PECEQUILO, 2011).

Bush evitava pronunciar-se sobre temas polêmicos, para tentar ganhar os moderados. Nos seus discursos durante a campanha e depois, já como presidente, a compaixão e a união entre os cidadãos são ideias bastante ressaltadas e apontadas como objetivo do seu governo. A política externa aparece como marginal, pois o foco está no interno: recuperar a economia, reduzir impostos, aumentar investimento em defesa, entre outras políticas neoconservadoras. No começo, a sua administração ficou conhecida como “compassionate conservatism⁷”, com níveis educativos excelentes e redução de impostos, políticas bastante parecidas com as adotadas por Reagan (FREIDEL; SIDEY, 2006, s.p.).

O recrutamento para o seu gabinete foi muito bem pensado, pois escolheu figuras importantes de administrações anteriores que já tinham experiência, baseando-se em seu ideal de que “[...] the people you choose to surround you determines the quality of advice you receive and the way your goals are implemented⁸” (BUSH, 2010, p. 49). Bush então decide cercar-se de neoconservadores e figuras populares importantes e, assim como a sua família, relacionados

⁷ Conservadorismo compassivo (tradução nossa).

⁸ As pessoas que você escolhe rodear-se determinam a qualidade dos conselhos que você recebe e a forma em que seus objetivos são implementados (tradução nossa).

com o setor energético ou com o setor militar. “Compensando a alegada falta de experiência de Bush, [...] [a equipe escolhida era] coesa, unida, experiente e fiel”, o que deu lugar a boatos de que o gabinete governaria mais do que o próprio presidente (PECEQUILO, 2011, p. 370).

Os membros do seu primeiro gabinete foram: Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Condoleezza Rice e Collin Powell. Dick Cheney foi escolhido como o seu vice-presidente (também como forma de financiamento da campanha Bush); ligado a ambos os setores (militar e energético), Cheney já havia sido vice-presidente da companhia Halliburton (uma das principais petrolíferas norte-americanas) (PECEQUILO, 2011). Donald Rumsfeld foi escolhido como o seu Secretário de Defesa; ligado ao setor militar. Condoleezza Rice foi escolhida como a sua assessora de Segurança Nacional, com participação em empresas petrolíferas. Collin Powell foi escolhido como o seu Secretário de Estado. Com exceção de este último que era considerado republicano moderado, todos os já mencionados eram conhecidos como os “falcões neoconservadores” ou “vulcanos” (PECEQUILO, 2011).

2.3 Os neoconservadores

O neoconservadorismo surge na década de 1960, como um movimento de democratas liberais que não estavam contentes com a perversão dos valores tradicionais norte-americanos por parte da esquerda (TEIXEIRA, 2007). Na década de 1970, o termo foi criado em um artigo pejorativo de Michael Harrington intitulado “The Welfare State and Its Neoconservative Critics”, que tinha a intenção de criticar o movimento que se formava. No início, o termo “neoconservador” foi evitado por este grupo, pois não só foi criado para criticá-los, mas também transmite uma ideia que não agrada aos moderados, devido ao tom radicalista. Ainda assim, depois que o termo ficou conhecido e foi amplamente aceito, começaram a usá-lo (ROSS, 2007).

Os neoconservadores (neocons) começam a identificar-se com os republicanos no governo Nixon, porém, será recém no governo Reagan o momento de grande identificação e consolidação com o partido. Desde a Era Reagan, então, os neoconservadores marcam sua presença e influência na presidência dos Estados Unidos. No governo de Bush pai e de Clinton, no entanto, a sua influência não foi tão visível quanto nos governos Reagan e Bush filho, pois Clinton era democrata e Bush pai, ainda que fosse republicano, se identificava mais com um perfil moderado e não com os ideais, às vezes tão radicais, dos neoconservadores.

A política dos neoconservadores é a de ser liberal no âmbito doméstico e realista no cenário externo, basicamente. Na economia, buscam sempre reduzir os impostos e também

reduzir as políticas sociais e a “ajuda” do Estado em certos setores, para poder assim, aumentar os gastos em defesa. Com esse aumento dos gastos em defesa, o país se militariza. Além disso, adquire uma postura “messiânica e religiosa” (PECEQUILO, 2011, p. 362).

O perfil neoconservador é tradicionalista, agressivo – até no discurso –, unilateral e tem como elemento essencial a democracia – um dos elementos que os diferencia dos conservadores reside no fato de que não apoiam o discurso agressivo, nem a imposição da democracia. Também, os neoconservadores acreditam que a militarização é um importante fator para a exportação e defesa da democracia, assim como, ao mesmo tempo, é importante para projetar a imagem dos EUA como grande líder no sistema internacional.

Com o término da Guerra Fria, os neoconservadores ficaram perdidos, sem um inimigo ideológico presente. Alguns declararam o fim da corrente. A crise fez com que a corrente se dividisse em dois ramos: *democratic globalism*⁹ (que defende que a força deve ser usada para defender a democracia) e *democratic realism*¹⁰ (que defende que a força só deve ser usada caso haja real necessidade) (KRAUTHAMMER, 2004). Contudo, a corrente se renovaria com o atentado do 11 de setembro de 2001, com a identificação de um novo inimigo e um novo sentido para a política externa.

De fato, no governo de George W. Bush, os neocons ganharam a força perdida. Ainda que não de forma absoluta, pode-se ver claramente a influência dos neocons na política externa de Bush. Destacados por Teixeira (2007), dentro do ideal neoconservador, os principais temas para política exterior são: internacionalismo não-institucional, unilateralismo, democracia e poder militar. Pode-se observar todos esses temas na política exterior do governo de Bush filho. O internacionalismo supõe a presença ativa dos EUA no mundo. Para isso, os EUA deveriam se envolver nos conflitos internacionais. “De acordo com essa visão, sendo a superpotência uma entidade com pretensões e interesses em todas as partes do globo, o envolvimento com assuntos externos seria não apenas desejoso, mas necessário” (TEIXEIRA, 2007, p. 61). Dentro do internacionalismo, o pensamento se especifica por ser “não-institucional”. Os neocons não acreditam na legitimidade das organizações internacionais, e questionam principalmente a ONU. Os neocons acreditam que, não só as instituições dificultam a atuação externa dos EUA, mas que também, “[...] servem de fórum para países hostis aos Estados Unidos” (TEIXEIRA, 2007, p. 63).

No tema do unilateralismo, Teixeira aponta que, dentro dos pensadores neoconservadores, existem aqueles que acreditam que o unilateralismo está sempre presente na

⁹ Globalismo democrático.

¹⁰ Realismo democrático.

política externa estadunidense, às vezes em menor grau e às vezes – principalmente no discurso e governo neoconservador – em maior grau. O autor aponta que o unilateralismo vai além do bem comum da comunidade internacional, pois é utilizado para servir e satisfazer os interesses nacionais estadunidenses, com vistas à “[...] manutenção e preservação da ordem internacional estabelecida através do apoio ativo à democracia por parte dos Estados Unidos” (TEIXEIRA, 2007, p. 68). Inclusive, no tema democracia, são relacionados os dois temas anteriores: internacionalismo não-institucional e unilateralismo, na ideia de que, para promover a democracia no mundo – que é de interesse estadunidense, pois ela garante a segurança do país e sua supremacia internacional – os EUA devem atuar ativamente, ainda que de forma unilateral (TEIXEIRA, 2007).

Por fim, a ideia de poderio militar também está, indiretamente, relacionada aos temas anteriores. Devido à falta de confiança nas organizações internacionais, o autor diz que, para os neoconservadores, “[...] o uso da força é sempre uma alternativa a ser constantemente considerada” (TEIXEIRA, 2007, p. 80). Para os neocons, a força militar pode e deve ser usada, se tiver o objetivo de promover a democracia e os interesses estadunidenses ou também se for para afirmar a posição de superpotência dos EUA no mundo. Assim, concluindo os temas apresentados por Teixeira, vê-se nitidamente que todos estiveram presentes na atuação externa do governo Bush com relação à Guerra ao Terror: o uso da força, o descaso às organizações internacionais, a atuação ativa, a unilateralidade. Todos estiveram presentes, desde a criação da Doutrina Bush.

2.4 A administração de Bush a partir do 11 de setembro de 2001

Como já descrito anteriormente, o 11 de setembro de 2001 foi um evento catalisador, que mudou a política interna e externa dos EUA e que deixou o mundo perplexo. Perante este evento, o governo Bush mostrou “[...] inicialmente um grande despreparo, pouco fazendo além da óbvia declaração de guerra e da habitual promessa de retaliação” (PECEQUILO, 2011, p. 376).

“When I woke up on September 12, America was a different place. [...] The focus of my presidency, which I had expected to be domestic policy, was now war¹¹” (BUSH, 2010, p. 92). “A sensação de que a América nunca mais será a mesma é natural e normal”

¹¹ Quando acordei no 12 de setembro, a América era um lugar diferente. O foco da minha presidência, que eu esperava que fosse a política interna, agora era a guerra (tradução nossa).

(PECEQUILO, 2011, p. 385). O ataque foi um evento marcante na vida das pessoas. Esse ataque, gerou forte sentimento nacionalista, de revanchismo e medo. O presidente até então humilde e carismático foi transformado pelos eventos, “[...] o horror do 11 de setembro colocou o novo presidente em um caminho neoconservador” (KEEGAN, 2004, p. 125). O seu discurso no dia do atentado é curto, mas conciso e carregado de tristeza. A promessa de retaliação feita nesse mesmo dia, renovou a esperança dos cidadãos norte-americanos.

A popularidade do presidente, que estava em decadência, em seguida aumentou depois do 11 de setembro. Depois do ataque, “[...] revertendo uma popularidade em constante queda, Bush foi agraciado com índices de aprovação superiores a 80%, demonstrando-se uma disposição firme ao combate: cerca de 90% dos norte-americanos apoiavam uma retaliação imediata” (PECEQUILO, 2011, p. 378). Os atentados deram abertura a um comportamento – ainda mais – agressivo dos neoconservadores, adotando uma agenda interna e externa repressiva, uma política externa intervencionista e o controle excessivo da vida das pessoas. Nota-se uma mudança de discurso de 2001 para 2002. Em 2001, o presidente Bush apontava os grupos terroristas, vulgo Talibã, como ameaças à segurança nacional e mundial. No entanto, em 2002, a ameaça muda, já não são só os grupos terroristas os ameaçadores, mas agora também, os Estados nacionais (DUTRA, 2015). Bush personificou um inimigo difuso, quais sejam, organizações terroristas em Estados para justificar suas intervenções militares e estabelecer bases militares na região e para assegurar o controle sobre recursos do Oriente Médio (leia-se: petróleo). Cabe destacar que Bush, sua família e a maior parte dos membros de seu gabinete mantinham relações próximas tanto com empresas na área de defesa quanto na área de petróleo. Assim, invasões e ataques legitimaram o fortalecimento de Bush no poder, garantindo uma reeleição (BANDEIRA, 2009).

Pode-se observar, também, uma postura unilateral dos EUA, pois cabe a eles a conceituação e a interpretação do que é o terrorismo, o traço dos objetivos da Guerra (para que estes beneficiem ao governo norte-americano), a forma e a escala desta, a maneira em que os aliados devem agir, e o local e a duração do conflito. Teixeira (2007, p. 53) explica que aceitar essa visão, “significa entrar em uma guerra na qual os EUA definem, a cada momento e da forma mais conveniente, quem é e onde está o rival”. A fórmula simplista do conflito (dicotomia do bem contra o mal, lutar contra ou apoiar, amigo ou inimigo) não deixa brecha nem margem de interpretação diferente sobre o que é o terrorismo. Os Estados que decidirem aliar-se aos Estados Unidos, simplesmente devem aceitar a postura do governo Bush, ou, se não o fizerem, correm o risco de serem considerados simpatizantes dos grupos terroristas e ter seu território invadido.

O perigo do terrorismo gera sentimentos extremos na população norte-americana e no mundo, assim, o governo Bush teve que agir de forma rápida e constante para tirar proveito disto, pois, como destaca Pecequilo (2011, p. 294), “o terrorismo é caracterizado por sua volatilidade”. Ou seja, o medo e a incerteza gerados pelo terrorismo, podem mudar no momento, obviamente, em que as pessoas se sentissem mais seguras de que outro ataque não iria pôr em risco as suas vidas. Portanto, é importante que esses sentimentos de ameaça e de incerteza de outro possível ataque continuem presentes nas pessoas, pois assim, elas apoiarão as ações externas e internas do governo que está buscando restaurar a sua segurança.

O governo Bush utiliza-se do medo gerado pelo terrorismo para atingir objetivos políticos internos, monitorando e vigiando a vida privada dos cidadãos norte-americanos (BANDEIRA, 2009; COSTA, WUNDER, 2011). Os cidadãos norte-americanos, por medo a futuros ataques, aceitam políticas antidemocráticas como o “Ato Patriota”. O Ato Patriota é formado por um conjunto de medidas contra a liberdade civil. Dentre estas medidas estão algumas como a espionagem de cidadãos por parte do FBI e da CIA, o monitoramento dos movimentos bancários de todas as pessoas, a invasão de lares, os interrogatórios a suspeitos de simpatizar com – ou de ser – terroristas. Na realidade, se os norte-americanos não estivessem tão manipulados pelo medo constante, poderiam perceber facilmente a ironia: medidas antidemocráticas e que infringem a liberdade individual, com o suposto objetivo de salvar e preservar a democracia e a liberdade individual; ou seja, medidas feitas para controlar e não para a proteger os cidadãos, como era justificado. Em concordância com Pecequilo (2011), pode-se afirmar que os Estados Unidos se tornaram o que mais criticaram: uma *rogue nation*¹², que infringe leis e desrespeita as liberdades civis.

O apoio da comunidade internacional também era essencial para legitimar as ações externas. Como sinal de solidariedade com a situação vivida pelos Estados Unidos, a Operação no Afeganistão foi considerada como “justa” (direito de defender-se após o ataque ao seu território) e grande parte dos países apoiaram-na. Os EUA tiveram o apoio das principais potências: Rússia, China, Grã-Bretanha (apoio total), França, Alemanha, Japão e da OTAN (apoio total). Diante desse cenário, Bush (2001, s.p.) se pronunciou “America and our friends and allies join with all those who want peace and security in the world, and we stand together to win the war against terrorism¹³”.

¹² Nação desonesta, ou nação pária.

¹³ A América e nossos amigos e aliados juntam-se com todos aqueles que querem paz e segurança no mundo, e permanecemos juntos para vencer a guerra contra o terrorismo (tradução nossa).

Segundo Pape (2003), a política de Bush foi ineficaz ao trazer resultados no curto prazo, mas não resolver o problema em si. Desde o ponto de vista do autor, a forma mais eficaz de combater o terrorismo é, entre outras estratégias, investir em segurança nacional. O que os EUA fizeram, que invadiram Estados e entraram em guerras com o pretexto de lutar contra o terrorismo, gerou sentimentos antiamericanistas e intensificou os já existentes.

2.4.1 “Operation Enduring Freedom”: O início da Guerra do Afeganistão

Cabe ressaltar, antes de começar a tratar sobre o que foi a intervenção em si, que as tropas norte-americanas continuaram no território afegão até agosto de 2021, quando foram retiradas pelo atual presidente dos EUA, Joe Biden. Na verdade, havia promessa de retirar as tropas desde o governo de Barack Obama (2009-2017), sucessor de Bush filho, mas não aconteceu. A ideia da retirada de tropas também esteve presente no governo de Donald Trump (2017-2021), mas também não foi efetivada, tendo apenas sido negociada. Por fim, no governo de Joe Biden (2021- dias atuais) a retirada das tropas estadunidenses do território afegão aconteceu. No mês de agosto de 2021, o Presidente Joe Biden decide retirar as tropas; quase 20 anos após os ataques do 11 de setembro. Ainda que a intervenção tenha durado até 2021, neste trabalho, analisar-se-á somente a Guerra ao Terror durante o governo George W. Bush, quem a desencadeou.

Inicialmente, a “Operation Enduring Freedom¹⁴” tinha o nome de “Operation Infinite Justice¹⁵”, porém, seu nome foi mudado devido à carga moral e religiosa que a palavra “justiça” carrega. Segundo Pecequillo (2011, p. 385), a Operation Enduring Freedom tinha três objetivos: “[...] a destruição da Al-Qaeda (e a prisão de seus líderes como Bin Laden) e do regime talibã que o apoiava no Afeganistão; a reconstrução política e econômica do Afeganistão pós-talibã; e, por fim, a eliminação do terrorismo em escala mundial”.

Mostrando as diferenças nos pontos de vista, enquanto o Departamento de Estado (Powell) defendia uma ação a longo prazo, com utilização de hard power¹⁶ e soft power¹⁷, o Departamento de Defesa (neoconservadores) defendiam uma ação rápida, somente com uso da

¹⁴ Operação Liberdade Duradoura (tradução nossa).

¹⁵ Operação Justiça Infinita (tradução nossa).

¹⁶ Hard Power é o poder militar e econômico que um Estado possui e pode utilizá-lo para coagir outros Estados a fazerem o que ele quer.

¹⁷ Soft Power, segundo Nye (1990), é o poder que um país possui de fazer com que outros países queiram o que ele quer. Ou seja, é o poder que um determinado país tem, de influenciar e manipular os outros países. Os recursos utilizados para isso são: a ideologia, a atração cultural e as organizações internacionais. A diferença entre hard e soft power está em que, no primeiro, o Estado *coage* aos outros Estados para fazerem o que ele quer, e, no segundo, ele *influencia* aos Estados a fazerem o que ele quer.

força. Em outubro de 2001, os Estados Unidos e seus aliados invadiram o Afeganistão, considerado por eles, hóspede e defensor de grupos terroristas como Al-Qaeda.

A invasão ao Afeganistão pode ser analisada como uma renovação do Destino Manifesto, uma Cruzada ideológica do bem contra o mal, onde os EUA teriam o dever de não só proteger a liberdade e a democracia, mas também disseminar esses valores aos países que os carecem e assim, garantir a segurança nacional e a estabilidade do sistema internacional.

Em 2004, era promulgada uma nova Constituição no Afeganistão com valores norte-americanos previstos: laicidade, igualdade em direitos entre homens e mulheres e liberdade política (PECEQUILO, 2011). Essa liberdade política prevista, levou às eleições presidenciais, onde Hamid Karzai, simpatizante dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, com ligação ao setor petrolífero, fora eleito.

Ainda que não tivessem desmantelado o a organização terrorista e nem capturado Osama Bin Laden, a Operação foi considerada bem-sucedida pelo rápido controle militar estabelecido. Esse sucesso, fez aumentar a confiança no aparelho militar estadunidense e acreditar em possíveis vitórias rápidas, o que incentivou o ataque unilateral e preventivo ao Iraque.

2.4.2 “Operation Iraqi Freedom¹⁸”: O início da Guerra do Iraque

Uma das principais questões que deve ser trazida quando se analisa a Guerra do Iraque é: por que o Iraque? O Eixo do Mal¹⁹ estava composto por outros países também, e os Estados Unidos tinham feito muitos inimigos no pós-11 de setembro (alguns até declarados por eles mesmos). Pecequilo (2011) observa que os outros países do Eixo do Mal, como Coreia do Norte e Irã, não seriam alvos tão fáceis quanto o Iraque, pois Coreia do Norte não possuía reservas de petróleo e invadi-la significaria ter que lidar com a Rússia, China, Coreia do Sul e Japão que não seriam favoráveis à intervenção (alguns destes países também não foram favoráveis à intervenção no Iraque). Por outro lado, invadir o Irã significaria ter que mobilizar muitas tropas e lidar com o seu programa nuclear. Portanto, Iraque era o país mais fraco. Ao mesmo tempo, os neoconservadores viam o ataque ao Iraque como superação do que acontecera no Vietnã, onde o orgulho dos Estados Unidos saiu ferido, e também, Bush “corrigiria” o erro do seu pai

¹⁸ Operação Liberdade do Iraque, também é conhecida como Segunda Guerra do Golfo ou Guerra do Iraque.

¹⁹ O Eixo do Mal foi uma expressão acunhada pelo Presidente George W. Bush para referir-se àqueles países maus ou vilões, que representavam ameaça à segurança dos EUA e do mundo. Eles eram, inicialmente, Irã, Iraque e Coreia do Norte.

de não ter deposto Saddam Hussein, presidente do Iraque, na Operação Tempestade no Deserto (1991).

O Iraque era um inimigo dos neocons desde o fim da Guerra Fria e representava a chance de superar a crise do poder militar da Guerra do Vietnã e a falta de coragem de Bush pai. Os neocons fizeram desta guerra uma necessidade para [...] [o] avanço territorial, conquista de recursos energéticos e disseminação da democracia (PECEQUILO, 2007, p. 40).

Assegurar o acesso aos recursos energéticos, como visto anteriormente, sempre foi muito importante na agenda norte-americana. Segundo dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), ainda em 2019, o Iraque ocupava a 4ª posição, estando entre as 14 maiores reservas de petróleo no mundo, representando cerca de 12% do recurso mundial. Também estão nesta lista o Kuwait, na 5ª posição, representando 8,5% do recurso no mundo e o Irã, na 3ª posição, com 12%. Podemos ver aqui também o verdadeiro motivo da Operação Tempestade no Deserto. O intuito não era só libertar o Kuwait da dominação iraquiana, mas, impedir que o Iraque dominasse uma maior quantidade de petróleo.

Entre os países do Eixo do Mal, o Iraque era o país mais fraco pois, já havia sido acusado de possuir e estar desenvolvendo armas de destruição em massa (ADMs). Por ter-se negado a receber inspeções da ONU, o Conselho de Segurança lhe impôs sanções e restrições políticas e econômicas. Então, desde 1991 quando recebeu essas sanções, “perdera qualquer capacidade de agressão e projeção de poder externo em nível regional e, principalmente, global” (PECEQUILO, 2011, p. 405).

“A ligação do regime iraquiano com terroristas foi a primeira tentativa de adotar um discurso de construção de Saddam como o ‘outro’ terrorista” (LEITE, 2009, p. 51). Mas a opinião pública e os norte-americanos não ficaram convencidos de que a ligação de Saddam Hussein com Bin Laden fosse motivo suficiente para invadir o país, então, Bush mudou seu discurso e começou a acusar o Iraque de possuir ADMs. Essa preocupação, sim, legitimaria o seu ataque, pois o 11 de setembro ainda estava presente no ideário do público norte-americano, que continuava com medo. Todavia, somado a esse boato, estava a “preocupação” com o povo iraquiano por suportar, por tanto tempo, o regime tirânico de Saddam Hussein, estando sempre presente a ideia de Cruzada Libertadora. “The liberty we prize is not America’s gift to the world, it is God’s gift to humanity²⁰” (BUSH, 2003, s.p.).

²⁰ A liberdade que nós prezamos não é um presente da América para o mundo, é um presente de Deus para a humanidade (tradução nossa).

To sell the Iraq war to the American media and people [...] the White House framed the debate in three ways: Hussein's weapons of mass destruction posed an imminent threat (the WMD frame); the Iraqi people should be freed from a cruel dictator (the liberation frame); and Hussein sponsored terrorist activities (the terrorist frame)²¹ (DAVIDSON *et al*, 2008, p. 470).

Bush não só constrói o inimigo, mas também atribui a ele características contrárias às características positivas do seu povo (barbárie, tirania, opressão, crueldade do regime de Saddam em contraposição com civilização, democracia, liberdade e compaixão, valores do povo estadunidense) (LEITE, 2009).

Como mencionado, Saddam já havia sido acusado de possuir e produzir ADMs e mísseis de longo alcance em 1991. Contudo, a ONU em sua resolução 1.441 de 2002, advertiu para as sérias consequências caso Saddam se recusasse a uma nova inspeção. Segundo Pecequilo (2011, p. 409), essa resolução permite uma ampla interpretação e é dúbia, pois “[n]ão se especificava o que se entendia por ‘sérias consequências’ e nem por ‘ação decisiva’”. Os inspetores, enviados pela ONU, constataram que não havia ADMs, e as que ainda existiam, já haviam sido destruídas. Os EUA não aceitaram essa resposta, e tomaram a resolução e a interpretaram da forma que mais lhes convinha, decidindo unilateralmente, que o Iraque não tinha aproveitado essa segunda chance de destruir suas ADMs, e assim, no dia 17 de março de 2003, enviou um *ultimatum* a Saddam de 48 horas para que este se rendesse e aceitasse a inspeção e destruição de suas armas. Como não foi respondido, no 19 de março, os EUA bombardearam e invadiram o Iraque.

A opinião pública não estava de acordo com isso. De fato, no dia 15 de fevereiro de 2003, dias antes do *ultimatum* dos Estados Unidos, mais de 8 milhões de pessoas marcharam no mundo contra a ocupação do Iraque (ALI, 2003). O Conselho de Segurança da ONU também não estava de acordo, e potências que tinham apoiado a invasão do Afeganistão, não apoiaram a invasão do Iraque. Essas potências (França, Rússia e Alemanha) ficaram conhecidas como o “Eixo da Paz”. Efetivamente, a invasão do Afeganistão representava um tipo de guerra (preemptiva, quando há uma ameaça iminente) e a invasão do Iraque representava outro tipo de guerra (preventiva, para prevenção futura). A diferença entre estes dois tipos será discutida mais à frente, no próximo capítulo.

Pecequilo (2011) examina outras falhas na administração de Bush, tanto internas quanto externas. No que tange às falhas internas, está a crise econômica deixada por seu governo,

²¹ Para vender a guerra do Iraque à mídia americana e ao povo [...] a Casa Branca estruturou o debate em três maneiras: as armas de destruição em massa de Hussein representavam uma ameaça iminente (a estrutura ADM); o povo iraquiano deveria ser liberto do cruel ditador (a estrutura da libertação); e Hussein patrocinava atividades terroristas (a estrutura terrorista).

devido às custosas invasões efetivadas. Por outro lado, as falhas externas²² são mais numerosas: redução do poder de atração (e, portanto, do soft power) dos Estados Unidos; aumento do sentimento antiamericanista; aumento do recrutamento de jihadistas; diminuição da popularidade e do apoio da comunidade internacional aos EUA; os escândalos de Guantánamo e a situação de Abu Ghraib²³, onde Rumsfeld, seu secretário de Defesa, foi acusado de torturar e desrespeitar os direitos humanos dos prisioneiros. Os problemas de Cheney, seu vice-presidente, com a empresa Halliburton (acusada de superfaturamento na reconstrução e exploração de petróleo no Iraque), o ressurgimento dos talibãs no Afeganistão; aumento das tensões com Irã e Coréia do Norte no âmbito nuclear; violência entre israelenses e palestinos – que, devido a que os Estados Unidos tinha outras preocupações, não deu muita atenção para a mediação entre estas duas nações –; os atentados em Madri²⁴ e Londres²⁵ (aliados americanos); perda de legitimidade e credibilidade externa por parte dos Estados Unidos; resposta similar às ações preventivas nos demais países, que, preocupados com sua segurança, começam a armar-se; novas corridas armamentistas; maior produção de ADMs em alguns países; discursos agressivos, xenófobos e antiamericanos nas regiões periféricas; e, principalmente, a emergência de novas economias no mundo, trouxeram muita tensão ao governo Bush.

A reeleição de Bush fez perpetuar as políticas neoconservadoras. No seu segundo mandato, a Guerra ao Terror continuou sendo o foco da sua política externa, junto com o discurso intervencionista de levar a democracia e a liberdade para outros povos. O segundo governo Bush focou externamente no Iraque, e, devido à crise econômica que seu país enfrentara, nos últimos anos de seu governo, tentou melhorar a situação econômica dos Estados Unidos. As tropas norte-americanas permaneceram no Iraque até 2011 e no Afeganistão até 2021.

²² Recomenda-se a leitura de MEARSHEIMER, J. J. Hearts and Minds. **The National Interest**, n. 69, 2002.

²³ Em abril de 2004, foram expostos vídeos e imagens das torturas que estavam ocorrendo na prisão de Abu Ghraib, onde haviam prisioneiros iraquianos. Algumas das técnicas de tortura utilizadas, ademais de espancar e jogar água gelada, foram: “quebrar lâmpadas químicas e derramar o líquido fosfórico sobre os detidos; [...] ameaçar prisioneiros homens de estupro; [...] e utilizar cachorros operacionais da polícia militar para apavorar e intimidar os detidos sob ameaça de ataques ou, em um caso específico, permitir que o animal de fato morda o prisioneiro” (HUSSEIN, 2019, s.p.). Há muita informação na Internet sobre o tema, mas recomenda-se o artigo citado, do autor Hussein.

²⁴ No dia 11 de março de 2004, antes das eleições gerais na Espanha, ocorreram ataques terroristas a um sistema ferroviário. O governo culpou uma célula terrorista, ligada ao Al-Qaeda, e o motivo do ataque foi, supostamente, porque a Espanha apoiou a Guerra do Iraque.

²⁵ No dia 7 de julho de 2005, também ocorreram ataques terroristas ao sistema de transporte público britânico. A organização Al-Qaeda assumiu a culpa, e acredita-se que o motivo tenha sido pelo envolvimento direto da Grã-Bretanha e apoio incondicional aos Estados Unidos.

“Da contenção à preservação, passando pelo Eixo do Mal, nascia a Doutrina Bush [...]” (PECEQUILO, 2011, p. 396) que será analisada, em sua íntegra, no seguinte capítulo deste trabalho.

3 ANÁLISE DA DOCTRINA BUSH NA GUERRA AO TERROR

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, grande parte do mundo se solidarizou com a causa estadunidense, pois foram ataques inesperados e muito bem premeditados. Ninguém achava que seria possível um ataque daquela magnitude – morreram cerca de três mil pessoas – a uma potência militar como o são os Estados Unidos. “Os acontecimentos deste setembro derrubaram uma das nossas poucas certezas sobre a segurança global e provaram que a única superpotência restante é tão vulnerável quanto qualquer outro país” (PECEQUILO, 2011, p. 375). Em outras palavras, os ataques de 11 de setembro demonstraram que a ideia de que o território dos EUA era inviolável estava muito errada, e mostraram o despreparo do governo Bush perante um ataque.

Os Estados estavam ansiosos pela resposta estadunidense aos ataques. Alguns historiadores esperavam uma resposta violenta, mas outros, como Joseph Nye, esperavam uma combinação de hard power, com espionagem e cooperação policial, sem, contudo, o elemento essencial: soft power (NYE, 2004). As principais e mais enfáticas respostas estadunidenses foram: a invasão ao Afeganistão em 2001, seguida pela publicação da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (National Security Strategy – NSS) em 2002 e a invasão do Iraque em 2003. O presidente George W. Bush (2001-2009), por sua vez, trata – neste documento de 2002 – o terror como um mal a ser combatido a qualquer custo e o terrorismo como uma força do mal que aprisiona sociedades. Começa, nesse sentido, uma dicotomia: uma cruzada ideológica antagônica do bem contra o mal, da civilização contra os não-civilizados, da paz contra o terror, do terrorismo e o contraterrorismo.

A “Cruzada contra o Terror”, “America at war” – ou simplesmente “Guerra ao Terror” – pode ser vista de várias formas, uma de elas, como uma resposta estratégica dos Estados Unidos para combater o terrorismo, libertando as sociedades com justiça (BUSH, 2002). Sendo a outra forma, como uma política intervencionista que se utilizou do fenômeno do 11 de setembro como arma para legitimar a dominação, invasão e ataque dos Estados Unidos no mundo (COSTA; WUNDER, 2011).

Seguindo quaisquer que sejam os pontos de vista, algumas perspectivas estão de acordo: a Guerra ao Terror fomentou a ideologia do medo e do pânico (terror) e chocou a opinião pública, lançando-a contra um novo inimigo criado pelos Estados Unidos, qual seja, o mundo islâmico. A partir de então, o terrorismo e o terrorista começaram a ter uma cara: homem, solteiro, suicida e fanático, que usa turbante e tem barba, e que está disposto a morrer pela sua crença (LAQUEUR, 2009 *apud* COSTA; WUNDER, 2011). Em todo o documento da

Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSS) está presente o motivo da luta contra o terrorismo: para construir um mundo mais livre (política e economicamente), com relações entre Estados pacíficos, os quais respeitem os valores da dignidade humana. Por outro lado, Bandeira (2009) faz críticas bastante severas quanto à atuação dos Estados Unidos e o verdadeiro motivo da Guerra ao Terror. Segundo o autor, o verdadeiro motivo de os Estados Unidos ter empreendido essa guerra foi para poder invadir e atacar o Afeganistão, o Iraque, o Irã e outros países islâmicos. Desse modo, podendo assegurar o controle dos recursos (leia-se petróleo). Ao mesmo tempo em que essa luta também garantiu ao presidente Bush uma reeleição e legitimação de seu governo.

Dutra (2015, p. 177) faz uma análise similar à análise de Bandeira. A autora argumenta que os Estados Unidos se utilizaram da Guerra ao Terror para tentar “[...] construir uma identidade coletiva baseada nos valores domésticos norte-americanos”. Eles responderam unilateralmente aos ataques, interpretando o que é terrorismo, construindo objetivos, estabelecendo a escala do conflito, a forma em que os aliados devem atuar, quem é o inimigo, e o local e tempo de duração do conflito, tudo sozinhos. Não deixaram lugar para interpretações sobre o que é terrorismo, nem para negociações. Os países deveriam simplesmente aceitar a postura imposta pelo governo Bush. Esperava-se, em palavras do presidente Bush na NSS, que todas as nações livres participassem da luta contra o terrorismo, assim aparece o chamado várias vezes no documento: “[...] all nations have important responsibilities. Nations that enjoy freedom must actively fight terror²⁶” (BUSH, 2002, s.p.). Também, “[w]herever possible, the United States will rely on regional organizations and state powers to meet their obligations to fight terrorism²⁷” (BUSH, 2002, p. 7). Percebe-se no chamado, que lutar contra o terror e apoiar aos EUA na sua empreitada, não é só uma decisão de política externa que os países devem decidir se tomar ou não, é uma responsabilidade e uma obrigação atribuídas pelos EUA, é um pedido de ajuda disfarçado, que será recompensado com sua gratidão e ajuda: “[i]n leading the campaign against terrorism, we are forging new, productive international relationships and redefining existing ones in ways that meet the challenges of the twenty-first century²⁸” (BUSH, 2002, p. 7). Essa citação tem um lado bom e esperançoso e um lado ameaçador. Se os EUA estão modificando as suas relações, um Estado mais frágil obviamente vai querer continuar

²⁶ Todas as nações têm responsabilidades importantes. As nações que desfrutam da liberdade devem lutar contra o terror ativamente (tradução nossa).

²⁷ Onde for possível, os EUA contarão com as organizações regionais e poderes estatais para o cumprimento de suas obrigações na luta contra o terrorismo (tradução nossa).

²⁸ Na liderança da campanha contra o terrorismo, nós estamos forjando novas e produtivas relações internacionais e redefinindo as já existentes, de modo a enfrentar os desafios do século XXI (tradução nossa).

sendo seu aliado, além do fato da dualidade de que se não se unir ao lado dos EUA, que é o lado da civilização e do bem, automaticamente estará do lado do mal, sendo inimigo desta grande potência. O lado esperançoso é a oportunidade de começar uma aliança com estes, ou de melhorar a já existente.

3.1 A Doutrina Bush

Conhecemos como Doutrina Bush o documento redigido pelo presidente Bush no dia 17 de setembro de 2002, e enviado ao Congresso no dia 20 do mesmo mês e ano, sob o título de Estratégia de Segurança Nacional. O documento está dividido em 10 partes, sendo a primeira a introdução. Nela, Bush começa traçando um paralelo entre Estados, alega que algumas nações do mundo e os Estados Unidos compartilham valores como: liberdade (humana, política e econômica), democracia, livre iniciativa e defesa dos Direitos Humanos (BUSH, 2002). Destaca, também, como compromisso fundamental e primeiro do Governo Federal, a proteção e defesa da sua nação contra os inimigos, deixando claro que, os então inimigos, eram os terroristas. Depois de fazer esse paralelo entre os Estados Unidos e os outros países do mundo e de definir o inimigo, o presidente ameaça que “[h]istory will judge harshly those who saw this coming danger but failed to act²⁹” (BUSH, 2002, s.p.). Os Estados Unidos irão responsabilizar aqueles que estiverem comprometidos com o terrorismo, fornecendo armas ou abrigo para terroristas, e irão defender a paz, lutando contra terroristas e tiranos nesse empreendimento global de duração incerta. “America will help nations that need our assistance in combating terror. And [...] will hold to account nations that are compromised by terror, [...] – because the allies of terror are the enemies of civilization³⁰” (BUSH, 2002, s.p.). Essa citação também pode ser vista como uma ameaça: quem não lutar contra o terror, apoiando a causa dos EUA, será considerado como inimigo. Também, descarta os possíveis impedimentos para não lutar contra o terror. Se um Estado não tiver recursos, ou precisar da assistência dos EUA, eles irão ajudar. A parte implícita é que a ajuda é um mero disfarce para controlar as ações internas e, principalmente, externas do país ajudado, bem como, para manter tropas americanas no território do país ajudado.

²⁹ A história julgará fortemente aqueles que enxergaram o perigo se aproximando e não atuaram (tradução nossa).

³⁰ A América irá ajudar as nações que precisarem da nossa assistência no combate ao terror. E irá responsabilizar as nações que estejam comprometidas com o terror, – porque os aliados do terror são inimigos da civilização (tradução nossa).

Depois disso, o presidente ressalta a união que possui com grandes potências como Rússia e China não só por compartilhar valores cada vez mais próximos, mas também por interessar-se na segurança global. Ao mesmo tempo que existem grandes potências, há países fracos, que devido à essa fraqueza, são mais suscetíveis ao terrorismo e representam um perigo ao interesse nacional estadunidense. Um exemplo de país fraco realçado pelo presidente é o Afeganistão. “The events of September 11, 2001, taught us that weak states, like Afghanistan, can pose as great a danger to our national interests as strong states³¹” (BUSH, 2002, s.p.). No entanto, país fraco e país pobre não são sinônimos, segundo o entendimento do então presidente quando afirma que a pobreza “[...] does not make poor people into terrorists and murderers. Yet poverty, weak institutions, and corruption can make weak states vulnerable to terrorist networks³²” (BUSH, 2002, s.p.)

O documento continua sua divisão em outros nove pontos. A seguinte parte – e o primeiro ponto – é “Overview of America’s International Strategy³³” (BUSH, 2002, p. 1). Assim como o nome o sugere, o primeiro ponto é um panorama geral da estratégia internacional americana. Nessa seção, é relatada a história de mudança na ameaça. Antigamente, representavam perigo aqueles Estados conquistadores, com frotas e exércitos. Com o 11 de setembro, a ameaça mudou sua face, passando de ser esses Estados ricos e conquistadores, a ser os Estados fracos que possuem tecnologias poderosas nas mãos de pessoas rancorosas “America is now threatened less by conquering states than we are by failing ones. We are menaced less by fleets and armies than by catastrophic technologies in the hands of the embittered few³⁴” (BUSH, 2002, p. 1). Também, aqui o presidente constrói as bases da NSS, procurando um mundo melhor, mais seguro, e com valores como: liberdade política e econômica, relações pacíficas com outras nações e respeito pela dignidade humana. Esses valores são repetidamente mencionados ao longo da NSS.

Continuando, o segundo ponto é “Champion Aspirations for Human Dignity³⁵” (BUSH, 2002, p. 3). Nessa parte são definidas pelo presidente Bush as aspirações da dignidade humana, sendo elas: “[...] the rule of law; limits on the absolute power of the state; free speech; freedom of worship; equal justice; respect for women; religious and ethnic tolerance; and respect for

³¹ Os eventos do 11 de setembro de 2001, nos ensinaram que tanto os estados fracos, como o Afeganistão, como os estados fortes, podem representar um grande perigo aos nossos interesses nacionais (tradução nossa).

³² Não transforma aos pobres em terroristas nem em assassinos. No entanto, a pobreza, as instituições fracas, e a corrupção fazem com que os estados fracos sejam vulneráveis às redes terroristas (tradução nossa).

³³ Panorama da Estratégia Internacional Americana (tradução nossa).

³⁴ A América agora é menos ameaçada por estados conquistadores que por estados fracos. Somos menos ameaçados por frotas e exércitos que por tecnologias catastróficas nas mãos de uma minoria rancorosa (tradução nossa).

³⁵ Defender as Aspirações da Dignidade Humana (tradução nossa).

private property³⁶” (BUSH, 2002, p. 3). Todas elas são inegáveis e fundamentais, serão defendidas pelos Estados Unidos e guiarão seus passos.

O terceiro ponto é “Strengthen Alliances to Defeat Global Terrorism and Work to Prevent Attacks Against Us and Our Friends³⁷” (BUSH, 2002, p. 5). Como o nome o sugere, a estratégia do capítulo 3 é usar o fortalecimento das alianças como estratégia para vencer o terrorismo. Três dias após o 11 de setembro, o presidente Bush discursa em Washington D.C. e promete “[...] to answer these attacks and rid the world of evil³⁸” (BUSH, 2002, p. 5). Continua salientando quem é o inimigo e o que é terrorismo, no entanto, reconhece que será uma luta longa contra um inimigo intangível e difuso, pois “[t]he struggle against global terrorism is different from any other war in our history. It will be fought on many fronts against a particularly elusive enemy over an extended period of time³⁹” (BUSH, 2002, p. 5). Continua também ameaçando que todos aqueles que fornecerem ajuda ou abrigo aos terroristas, serão considerados e vistos da mesma forma. Existem milhares de terroristas treinados espalhados pelos continentes do globo (“[t]housands of trained terrorists remain at large with cells in North America, South America, Europe, Africa, the Middle East, and across Asia⁴⁰”), o que realça ainda mais que as nações civilizadas devem unir-se à causa dos Estados Unidos (BUSH, 2002, p. 5).

O então presidente define, na NSS, como prioridade dos EUA: “[...] to disrupt and destroy terrorist organizations of global reach and attack their leadership; command, control, and communications; material support; and finances⁴¹” (BUSH, 2002, p. 11). Para conseguir destruir as organizações terroristas, os Estados Unidos traçam alguns pontos, que se resumem na ideia de: agir preventivamente (sozinhos ou com a ajuda da comunidade internacional) contra essas organizações terroristas e seus patrocinadores, fornecedores e aliados, para garantir e defender o povo e seus interesses nacionais, exercendo o seu direito de autodefesa.

We will disrupt and destroy terrorist organizations by: [1] direct and continuous action using all the elements of national and international power [...] [2] defending the United

³⁶ O Estado de direito, os limites ao poder absoluto do Estado, a liberdade de expressão, a liberdade de culto, a justiça imparcial, o respeito pelas mulheres, a tolerância étnica e religiosa e o respeito pela propriedade privada (tradução nossa).

³⁷ Fortalecer as Alianças para Vencer o Terrorismo Global e Trabalhar para Evitar Ataques Contra nós e nossos amigos (tradução nossa).

³⁸ Responder aos ataques e livrar o mundo do mal (tradução nossa).

³⁹ A luta contra o terrorismo global é diferente de qualquer outra guerra na nossa história. Será travada em várias frentes contra um inimigo particularmente intangível e por um longo período de tempo (tradução nossa).

⁴⁰ Milhares de terroristas treinados permanecem soltos com células espalhadas pela América do Norte, América do Sul, Europa, África, Oriente Médio e por toda a Ásia (tradução nossa).

⁴¹ Desfazer e destruir as organizações terroristas de alcance global e atacar suas lideranças, seu comando, seu controle e suas comunicações; seu apoio material; e suas finanças (tradução nossa).

States, the American people, and our interests at home and abroad by identifying and destroying the threat before it reaches our borders [...] [3] denying further sponsorship, support, and sanctuary to terrorists by convincing or compelling states to accept their sovereign responsibilities⁴² (BUSH, 2002, p. 6).

Nessa parte, a resposta dos Estados Unidos deixa de ser uma retaliação e se torna um direito; a guerra deixa de ser militar e se torna ideológica; e a luta contra o terrorismo deixa de ser uma escolha e se torna uma obrigação comum a todos Estados.

O quarto ponto consiste em “[w]ork with others to Defuse Regional Conflicts⁴³” (BUSH, 2002, p. 9). Nessa seção, o presidente tenta mostrar como os Estados Unidos foram mediadores entre alguns conflitos entre nações inimigas no mundo, tais como Israel e Palestina, e Índia e Paquistão, assim como, expõe as boas relações que mantêm com o México, o Brasil, o Canadá, o Chile e a Colômbia, na América Latina, e com a Europa. A consequência das suas boas relações com os países europeus é o esforço conjunto para fazer da África um continente livre, próspero e pacífico. Do mesmo modo, culpam aos grupos extremistas relacionados ao tráfico de drogas da Colômbia de financiar aos terroristas: “[i]n Colombia, we recognize the link between terrorist and extremist groups that challenge the security of the state and drug trafficking activities that help finance the operations of such groups⁴⁴” (BUSH, 2002, p. 10). Simultaneamente, mostram-se dispostos a ajudar aos países que sofrerem ataques violentos na restauração da estabilidade interna “[w]hen violence erupts and states falter, the United States will work with friends and partners to alleviate suffering and restore stability⁴⁵” (BUSH, 2002, p. 9). Porém, os Estados Unidos só irão ajudar àqueles países que o queiram e que estejam dispostos a fazer sua parte “[w]here and when people are ready to do their part, we will be willing to move decisively⁴⁶”, sem mencionar qual será o preço a ser pago em troca (não necessariamente valor em espécie) (BUSH, 2002, p. 9).

⁴² Nós iremos desmontar e destruir as organizações terroristas através de: ação direta e contínua usando todos os elementos do poder nacional e internacional; defesa dos EUA, dos americanos, e dos nossos interesses dentro e fora do nosso território, identificando e destruindo a ameaça antes de que ela chegue às nossas fronteiras; evitar que os terroristas continuem recebendo patrocínio, apoio e abrigo, convencendo ou obrigando os estados a aceitarem suas responsabilidades soberanas (tradução nossa).

⁴³ Trabalhar em conjunto para neutralizar conflitos regionais (tradução nossa).

⁴⁴ Na Colômbia, reconhecemos a ligação entre os terroristas e os grupos extremistas que desafiam a segurança do nosso estado, e as atividades de tráfico de drogas que ajudam a financiar as operações desses grupos (tradução nossa).

⁴⁵ Quando a violência explode e os estados vacilam, os EUA irão trabalhar com amigos e companheiros para aliviar o sofrimento e restaurar a estabilidade (tradução nossa).

⁴⁶ Onde e quando as pessoas estiverem prontas para fazer sua parte, nós iremos estar preparados para agir de forma decisiva (tradução nossa).

“Prevent our Enemies from Threatening us, our Allies, and our Friends with Weapons of Mass Destruction⁴⁷” é o quinto ponto e nele é mencionada a expressão “rogue states” (BUSH, 2002, p. 13). Dita expressão não é conceituada, mas o contexto em que é mencionada na NSS faz referência a que sejam Estados párias. Esses Estados párias têm alguns pontos em comum com os terroristas, por ambos serem violentos até com o seu próprio povo com o único fim de cumprir os interesses pessoais dos seus governantes. Também, ameaçam aos seus vizinhos, desperdiçam recursos naturais, não respeitam o direito internacional nem os tratados internacionais assinados nem os valores humanos básicos, odeiam os Estados Unidos e patrocinam o terrorismo internacional com armas de destruição maciça e outras tecnologias militares.

Aqui também se constrói a ideia de Eixo do Mal (Irã, Iraque e Coréia do Norte). Este conjunto de países ameaçariam a todos os demais por serem Estados párias, que detêm as características mencionadas acima. “We must be prepared to stop rogue states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends⁴⁸” (BUSH, 2002, p. 14).

Aqui cabe fazer uma distinção entre guerra preemptiva e guerra preventiva, dois conceitos diferentes, mas que são comumente confundidos. Guerra preemptiva pode ser sinônimo de legítima defesa. Gray (2007, p. 9) define preempção como: “[...] the desperate option of last resort prior to receiving an attack that one is absolutely certain is on its way or all but so⁴⁹”. Nesse sentido, Guerra Preemptiva seria atacar ao inimigo (que já manifestou sinais de querer atacar) primeiro, ou antes de que ele possa arremeter.

Por outro lado, diferentemente da Guerra Preemptiva, a Guerra Preventiva não precisa de um ataque iminente ou perigo real, quem trava uma ação preventiva é basicamente para manter o *status quo*. Assim explica Gray (2007, p. V), de maneira muito simples, que o preventor “[...] chooses to wage war, at least to launch military action, because of its fears for the future should it fail to act now. In other words, the preventor strikes in order to prevent a predicted enemy from changing the balance of power⁵⁰”.

⁴⁷ Evitar que nossos Inimigos Ameacem a nós, a nossos Aliados, e a nossos Amigos com Armas de Destruição em Massa (tradução nossa).

⁴⁸ Nós precisamos estar preparados para conter os estados meliantes e seus clientes terroristas antes mesmo de que eles forem capazes de ameaçar ou usar as armas de destruição em massa contra os EUA e nossos aliados e amigos (tradução nossa).

⁴⁹ A opção desesperada como último recurso antes de receber um ataque que se tem certeza absoluta que está por vir (tradução nossa).

⁵⁰ Escolhe travar a guerra, ou pelo menos iniciar uma ação militar, receoso pelo futuro caso ele não agir agora. Em outras palavras, o preventor ataca com o objetivo de prevenir que o inimigo alvo altere o equilíbrio de poder (tradução nossa).

Nesse sentido, o presidente Bush trava uma guerra contra os países do Eixo do Mal e contra o Afeganistão, começando com a invasão deste último. Na época, o Afeganistão era governado pelo regime Talibã, que apoiava o grupo terrorista Al-Qaeda, grupo culpado pelos EUA pelos ataques de 11 de setembro. Os EUA justificaram suas ações defendendo a utilização da guerra preemptiva, como se atacar e invadir o Afeganistão, e mais tarde o Iraque, fosse em legítima defesa. Porém, fica claro que o erro na conceituação foi deliberadamente, pois trata-se de uma guerra preventiva, onde claramente os EUA querem demonstrar para a comunidade internacional a sua força, a magnitude do seu poder – posta em dúvida com os ataques –, manter o controle e manter o *status quo*.

Continuando com a análise da NSS, depois de identificar mais inimigos, o presidente cria um plano para o combate às armas de destruição: detectar, defender (passiva e ativamente), contra-atacar, doutrinar, treinar e equipar as Forças Armadas (FA) como modo de preparação para qualquer conflito (conhecida como estratégia de Contraproliferação preventiva); evitar o armamento de terroristas; e reduzir e reagir aos efeitos do uso dessas armas. Respalda sua estratégia na alegação de que o direito internacional reconhece que não é necessário receber um ataque para se defender contra ele (realizar ações preemptivas para uma ameaça iminente).

For centuries, international law recognized that nations need not suffer an attack before they can lawfully take action to defend themselves against forces that present an imminent danger of attack. Legal scholars and international jurists often conditioned the legitimacy of preemption on the existence of an imminent threat⁵¹ (BUSH, 2002, p. 15).

Porém, o que a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) afirma no seu artigo 51 é que “[n]ada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas [...]” (ONU, 1945, s.p.). Nesse caso, a ONU somente legitima um contra-ataque como modo de defesa, e não ataques preventivos, como o foram os ataques ao Afeganistão e, mais tarde, ao Iraque.

À continuação, o sexto ponto é: “Ignite a New Era of Global Economic Growth through Free Markets and Free Trade⁵²” (BUSH, 2002, p. 17). Ali, o então presidente propõe a promoção do crescimento e da liberdade de mercado, enfatizando os benefícios da adoção de

⁵¹ Há séculos, o direito internacional reconhece que as nações não precisam sofrer um ataque antes de poderem defender-se licitamente das forças que representam perigo de ataque iminente. Frequentemente, especialistas em direito e juristas internacionais condicionavam a legitimidade de medidas preemptivas à existência de uma ameaça iminente (tradução nossa).

⁵² Desencadear uma nova era de crescimento econômico global através de do livre-mercado e do livre-comércio (tradução nossa).

algumas políticas (as quais favoreçam o crescimento econômico, incentivem os investimentos privados, reduzam as alíquotas, que não tolerem a corrupção, que criem sistemas financeiros fortes, e que incentivem o livre-comércio investindo na educação e na saúde), mas também realçando que cada país é responsável pelas políticas econômicas escolhidas e adotadas. Aqui, é remarcada a importância do livre-mercado; tanto, que este aparece não só como um pilar da economia, mas como um princípio moral “[t]he concept of ‘free trade’ arose as a moral principle even before it became a pillar of economics⁵³” (BUSH, 2002, p. 18). Para promover o livre-comércio, então, os Estados Unidos traçam algumas estratégias internas, como “[r]enew the executive-congressional partnership [...], [h]elp domestic industries and workers adjust [...] [and] [e]nhance energy security⁵⁴” (BUSH, 2002, p. 19-20). E também, estratégias externas:

[s]eize the global initiative. [...] Press regional initiatives. [...] Move ahead with bilateral free trade agreements. [...] Promote the connection between trade and development. [...] Enforce trade agreements and laws against unfair practices. [...] Protect the environment and workers⁵⁵ (BUSH, 2002, p. 18-19).

No sétimo ponto, “Expand the Circle of Development by Opening Societies and Building the Infrastructure of Democracy⁵⁶”, Bush (2002, p. 21), começa falando da pobreza e de como é injusto e instável que algumas pessoas tenham tanto dinheiro e outras sobrevivam com “less than \$2 a day⁵⁷”. Define uma meta de uma década para duplicar o tamanho da economia dos países mais pobres do mundo. Para alcançar essa meta, traça as seguintes estratégias: a) fornecer recursos para aqueles países que aceitaram a ajuda dos EUA e as reformas internas propostas por eles (essas reformas internas, no papel, seriam lutar contra a corrupção, investir na educação e na saúde, reformas econômico-liberais, entre outras. Os Estados que estivessem dispostos a acatar essas reformas, seriam recompensados com um aumento de 50% na assistência dos EUA); b) com o fim de aumentar os padrões de vida, dever-se-ia aumentar a eficácia do Banco Mundial e dos outros bancos de desenvolvimento; c) assegurar que a assistência ao desenvolvimento tenha efeitos reais na vida das pessoas (é

⁵³ O conceito de ‘livre-mercado’ surgiu como um princípio moral inclusive antes de tornar-se um pilar da economia (tradução nossa).

⁵⁴ Renovar a parceria entre o Executivo e o Legislativo [...], ajudar as indústrias e os trabalhadores nacionais a se ajustarem à nova situação [...] [e] aumentar a segurança energética (tradução nossa).

⁵⁵ Tirar partido da iniciativa global. [...] Pressionar a favor de iniciativas regionais. [...] Levantar adiante os acordos bilaterais de livre-comércio. [...] Promover a conexão entre o comércio e o desenvolvimento. [...] Exigir a aplicação dos acordos comerciais e das leis de combate a práticas desleais. [...] Proteger o meio ambiente e os trabalhadores (tradução nossa).

⁵⁶ Expandir o Círculo de Desenvolvimento Abrindo Sociedades e Construindo a Infraestrutura da Democracia (tradução nossa).

⁵⁷ Menos de dois dólares por dia (tradução nossa).

observada a importância da saúde, da educação e do emprego para alcançar o desenvolvimento); d) aumentar o valor total das doações de assistência ao desenvolvimento e não dos empréstimos (mais e maiores doações destinadas aos países mais pobres para que eles invistam em saúde, em educação, em água potável e em outras necessidades básicas; e) abrir sociedades ao comércio e aos investimentos (fator fundamental para o crescimento econômico); f) garantir a saúde pública (além de ser mencionada nos pontos anteriores, aqui a saúde ganha um ponto que fala só dela, relacionando o desenvolvimento econômico com a prevenção e o tratamento de doenças como HIV/AIDS, tuberculose e malária); e, g) priorizar a educação (BUSH, 2002). A educação também ganha um ponto próprio. Dentro da educação, prevê-se melhorar a educação básica e treinar professores no continente africano, aumentando em 20% a assistência dos EUA para este segmento, além de levar tecnologia da informação para os países assistidos; e continuar a dar ajuda ao desenvolvimento da agricultura (incluir a biotecnologia na agricultura para que 800 milhões de pessoas sejam beneficiadas) (BUSH, 2002).

“Develop Agendas for Cooperative Action with the Other Main Centers of Global Power⁵⁸” é o oitavo ponto (BUSH, 2002, p. 25). Aqui o presidente Bush continua seu discurso liberal de cooperação entre os Estados. Destaca a aliança com o Canadá e com a Europa – outra vez – e com as instituições internacionais como a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ressaltando que a OTAN reconheceu os ataques do 11 de setembro como próprios também “[t]he attacks of September 11 were also an attack on NATO, as NATO itself recognized when it invoked its Article V self-defense clause for the first time⁵⁹” (BUSH, 2002, p. 25). Ao mesmo tempo, sugere mudanças estratégicas para a OTAN, que aumentariam a segurança e o interesse dos seus Estados-membros, como: incluir novos membros (nações democráticas com capacidade militar e dispostas a contribuir com essa capacidade na defesa em guerras); capacitar forças militares da OTAN; união dos membros no trabalho e na luta (BUSH, 2002). Utiliza o termo “family of transatlantic democracies⁶⁰”, que, pelo contexto, deduz-se que o então presidente esteja se referindo aos membros da OTAN como uma família (BUSH, 2002, p. 26).

Logo, salienta os parceiros dos EUA: Austrália, Japão, República da Coreia, Tailândia, Filipinas, Cingapura e Nova Zelândia. Em seguida, traça estratégias para a região asiática, agradecendo em documento público, de certa forma, alguns parceiros nomeados pela

⁵⁸ Desenvolver Agendas para Ações Conjuntas com os Demais Centros de Poder Global (tradução nossa).

⁵⁹ Os ataques do 11 de setembro foram também ataques à OTAN, como a própria OTAN reconheceu, ao invocar, pela primeira vez, o seu Artigo V da cláusula de autodefesa (tradução nossa).

⁶⁰ Família das democracias transatlânticas (tradução nossa).

solidariedade e ajuda após o 11 de setembro, e desafiando alguns outros países para sua melhoria. Os centros de poder global referidos no título deste ponto, seriam as três potências asiáticas que os EUA mantêm parceria e aliança: Rússia, Índia e China. Bush fala dos desafios, das críticas, das qualidades e dá sugestões das suas e para suas relações desses países com os EUA. Critica fortemente a militarização da China, alegando ser um fator que ameaça seus vizinhos e que dificulta a grandeza nacional chinesa. Obviamente que os EUA e suas “unparalleled strength of the [...] armed forces⁶¹”, não irão querer que um dos grandes centros de poder global se militarize, pois além de poder chegar a ser uma competência – e chegou a ser –, poderia também chegar a representar uma ameaça ao *status quo* (BUSH, 2002, p. 29).

E, por fim, o nono ponto é “Transform America’s National Security Institutions to Meet the Challenges and Opportunities of the Twenty-First Century⁶²” (BUSH, 2002, p. 29). Aqui, o então presidente “mostra suas garras”; deixa de lado o papel de bonzinho que quer ajudar todo mundo e mostra sua verdadeira face Realista. Começa dizendo que todas as instituições de segurança americana devem ser transformadas, pois os tempos e as exigências das suas criações não são os mesmos; tanto as ameaças quanto os inimigos mudaram, então as FA devem acompanhar essas mudanças, reafirmando o poder militar americano.

Como em todos os pontos anteriores, Bush estabelece estratégias para alcançar determinado(s) objetivo(s). Aqui, o objetivo é “to maintain a balance of power that favors freedom⁶³” (BUSH, 2002, p. 29). A ideia é mencionada cinco vezes no decorrer do documento. As estratégias para alcançar este objetivo são: estar presentes no exterior e prontos para se defender e aos seus aliados; estabelecer postos, bases e acessos dentro e além da Europa Ocidental e do Nordeste da Ásia; modificar a administração do Departamento de Defesa; adquirir e fazer uso de novas táticas bélicas, novas estratégias, maior treinamento e fortalecimento das tropas, mais opções militares, etc. (BUSH, 2002). Tanto o presidente quanto o povo americano, depositam sua confiança nas FA e na Diplomacia para defender os interesses nacionais. Realça a importância de a diplomacia expandir o *soft power* americano para “help people around the world learn about and understand America⁶⁴” (BUSH, 2002, p. 31).

Também, Bush propõe-se proteger os americanos diante de “potential for investigations, inquiry, or prosecution by the International Criminal Court (ICC) ⁶⁵” (BUSH, 2002, p. 31). A

⁶¹ Força incomparável das Forças Armadas (tradução nossa).

⁶² Transformar as Instituições de Segurança Nacional Americanas para que Possam Encarar os Desafios e as Oportunidades do Século XXI (tradução nossa).

⁶³ Manter um equilíbrio de poder que favoreça a liberdade (tradução nossa).

⁶⁴ Ajudar as pessoas ao redor do mundo a aprender sobre e a compreender a América (tradução nossa).

⁶⁵ Possíveis investigações, inquéritos ou processos a serem efetuados pela Corte Penal Internacional (tradução nossa).

ICC é vista como um obstáculo a ser evitado para as operações militares que serão levadas a cabo. Finaliza seu documento com a ideia de que os EUA farão escolhas e ações difíceis, mas necessárias para assegurar o cumprimento dos objetivos de segurança mundial, para vencer a guerra e para proteger aos americanos, lutando em conjunto com outros países ou sozinhos contra o terrorismo.

We will make hard choices in the coming year and beyond to ensure the right level and allocation of government spending on national security. The United States Government must strengthen its defenses to win this war. At home, our most important priority is to protect the homeland for the American people⁶⁶ (BUSH, 2002, p. 31).

Conclui-se com a consideração de que o ex-presidente Bush deixou clara a importância de alguns pontos: da influência e do poder militar que os EUA têm; da defesa dos valores da dignidade humana imposta pelos EUA e considerados como únicos valores certos; da assistência e ajuda que irá brindar aos países que decidam lutar do seu lado (“o lado certo”); do interesse na propagação de valores e ideais liberais na economia; e de que irão defender os seus interesses nacionais sem importar as adversidades, os adversários nem as consequências. Também, em todo momento ressalta a transcendência do investimento na educação e na saúde (o tratamento e combate ao HIV/AIDS é mencionado várias vezes). A abertura de mercados e a instauração das democracias nos países são vistas como fatores que favorecem e facilitam a união e cooperação entre países, coincidentemente dois dos três pilares do Liberalismo (o livre-comércio como um civilizador da relação entre os Estados, pois, em teoria, se os Estados mantêm relações comerciais, eles não entrariam em guerra; e que as democracias não fazem guerras umas com as outras). O discurso liberal é claramente substituído por um discurso Realista no nono ponto, onde Bush prepara estratégias para aumentar o poder das FA e melhorar táticas de guerra.

Como dito anteriormente no início do capítulo, a Guerra ao Terror possibilitou a invasão, ataque e controle dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque, ataques que foram duramente criticados por historiadores e especialistas, tais como Joseph Nye e Moniz Bandeira, por exemplo.

A pesar das repetidas vezes em que são mencionados os valores de liberdade e segurança, defendidos pelos EUA, e do seu intuito de fazer com que o sistema internacional

⁶⁶ Nós iremos tomar decisões difíceis no próximo e nos seguintes anos, para assegurar a correção dos níveis e da destinação dos gastos com segurança nacional. O governo dos EUA deve reforçar suas defesas para vencer esta guerra. No doméstico, nossa prioridade mais importante é proteger o território pátrio para o povo americano (tradução nossa).

seja um lugar harmonioso e mais pacífico, a NSS tem um tom bem agressivo e estrito. As respostas dos EUA aos ataques de 11 de setembro foram supérfluas e com o único fim de demonstrar que os terroristas “mexeram com o Estado errado”. Foram uma resposta cara e exagerada dos EUA com a intenção de afirmar e mostrar a sua força, poder, alianças e influência mundial, deixando claro que os EUA que saíram quase ilesos da catastrófica Segunda Guerra Mundial e os EUA que saíram vencedores da Guerra Fria, são os mesmos que irão começar uma guerra contra o terrorismo.

Por outro lado, é tão remarcada a boa relação que os Estados Unidos têm com as grandes potências e com outros países, que parece que eles necessitam desse apoio não só para ganhar a guerra (o que é contraditório porque repetidas vezes ao longo da NSS é anunciado que os EUA irão lutar sozinhos se for necessário), mas principalmente para amedrontar aos seus inimigos com a quantidade – e a qualidade – de aliados que eles possuem, e para dizer aos seus parceiros que estão contando com o seu apoio na luta.

Para finalizar, então, a NSS foi o documento oficial que respaldou os ataques e a destruição de alguns países, por parte dos Estados Unidos, com o falso pretexto de terem direito ao contra-ataque. A Guerra ao Terror e a NSS “visavam legitimar” a empreitada mundial dos EUA na sua busca por mais poder e mais controle, influenciando não só nas políticas econômicas e internas de cada país, mas também nas políticas externas destes (na imposição pela escolha de um lado na guerra, o lado do bem ou o lado do mal).

4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

No capítulo anterior, conceitualizou-se Política Externa. Mais especificamente, a modo de síntese, Celso Lafer (2018, p. 1088) descreve a Política Externa Brasileira (PEB) como uma “[...] obra aberta [...] [que] combina mudança e continuidade em função de distintas conjunturas internas e externas”. Segundo o autor, não existe uma PE sem precedentes, autônoma e independente dos seus governantes, cada governante constrói o novo a partir do existente (LAFER, 2018). Por esse motivo, podemos catalogar a PEB como uma política de Estado, e não como uma política de governo, – pelo menos, até o período abordado e estudado neste Trabalho. Oliveira (2005) descreve e analisa o corpo diplomático até 2005, afirmando que os interesses nacionais são permanentes, e o corpo diplomático é tão bem-formado, sofisticado e coeso, que é fiel aos valores tradicionais da PE e consistente nas suas orientações. Por esses motivos, pode-se afirmar que a PEB não é uma política de governo, que muda com cada mandato presidencial. O que pode sim mudar é a forma em que as políticas são conduzidas, a ordem de prioridades, o cenário internacional – que possui muita influência sobre a elaboração e aplicação destas políticas –, assim como a situação interna do país, que às vezes tem mais peso (por ser mais necessária) na hora da escolha entre a implementação de uma PE ou de uma Política Interna. A PEB é condicionada por muitas variáveis, e a escolha da condução das políticas depende do perfil e da personalidade do governante e do corpo diplomático (OLIVEIRA, 2005). A definição da PEB e a elaboração das políticas cabe ao Poder Executivo, e, por sua vez, o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) cumpre o papel de implementá-las.

Com o passar do tempo, o Ministério foi ganhando mais autonomia, e passou a não só implementar, mas também a formular algumas políticas. Essa confiança no aparato diplomático deve-se ao seu sistema, que é bem treinado, avaliado e controlado (OLIVEIRA, 2005). Devido à sua consistência nas orientações da PEB, à sofisticação do seu corpo, à seriedade, à coesão e à consistência e fidelidade à “doutrina” da PEB, o Ministério foi ganhando cada vez mais credibilidade geral, sendo seu papel aceito e aprovado pela sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2005).

A Constituição Federal do Brasil, no seu artigo 4º, traça as diretrizes da PEB:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;

- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político (BRASIL, 1988).

Em seu parágrafo único, determina: “[a] República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 1988, s.p.). Segundo Barreto (2010), a busca pela integração econômica e pelo desenvolvimento nacional são políticas que foram traçadas e definidas na primeira metade do século XX, e que são hoje, políticas fundamentais.

Cervo e Bueno (2010) caracterizam a PEB como: universalista, autônoma, flexível e ajustável, dinâmica e corajosa. Sobre a característica universalista, comentam que esta é tradicional e exercida com atitude, liberdade e autonomia. A autonomia é o fator principal da PEB. Os autores observam que o Brasil busca a autonomia através da participação internacional, de boas relações com os Estados Unidos, da manutenção do poder de barganha e da interdependência econômica, com vistas em defender os interesses nacionais. Para explicar as características de flexível e ajustável, os autores relatam que as potências médias, como o Brasil, mudam seu comportamento de acordo com suas capacidades e vulnerabilidades. O Brasil, geralmente, atua de forma mais próxima ou semelhante aos países mais fracos, sem se igualar a eles, buscando afirmar seu papel de potência média. Também, o Brasil se mostra como interlocutor na intermediação entre países pobres e países ricos, o que lhe assegura relevância internacional. Por fim, ser conhecida como dinâmica e corajosa, se deve ao fato de que o Brasil procura apresentar sua postura atuando nos mais diversos cenários e regiões, graças a sua desenvolvida diplomacia.

Segundo Vizontini (1999), a Política Externa Brasileira tem duas faces, uma dependente dos Estados Unidos, que é uma das estruturas que sustenta o Brasil, e outra face autônoma, que é momentânea e circunstancial. Ao mesmo tempo, analisa que a PEB passou por 3 fases. A primeira fase, de 1494 a 1912, vai desde o Tratado de Tordesilhas até o Barão do Rio Branco. É uma fase de definição territorial, de conquista, de ocupação não pacífica, com característica expansionista e agressiva. Essa primeira fase ainda apresenta uma face de dependência à metrópole, através do mercantilismo, e com a Inglaterra, como país industrial capitalista, defensor do liberalismo. A segunda fase vai de 1912 até, aproximadamente, o fim da

presidência de Juscelino Kubitschek (o fim desta fase vai mais ou menos de 1956 até 1961), que é quando o Brasil começa a sua adesão ao sistema interamericano, distanciando suas relações com os Estados Unidos, procurando maior autonomia. O autor analisa que até essa fase, as relações com a potência estadunidense constituíam “a espinha dorsal da política exterior brasileira” (VIZENTINI, 1999, p. 141). Efetivamente, até essa fase, onde o Brasil começa a se distanciar e procurar o seu próprio espaço no sistema internacional, Mearsheimer (2001) observa que o Brasil estava seguindo a estratégia de *bandwagoning* (que pode ser traduzido como “seguidismo⁶⁷”), guiado pela Europa e pelos Estados Unidos. No *bandwagoning*, há uma concessão de poder, onde um Estado mais frágil, para evitar ser inimigo de um Estado mais forte, cumpre as petições deste último, pela sua segurança.

A terceira e última fase, vai do final da segunda fase até a data de análise do livro, em 1999, e observa-se um Brasil multilateralista, que busca expandir suas relações, dando ênfase e colocando empenho nas relações sul-sul e sul-leste, com países emergentes em regiões como África, Oriente Médio e Ásia Ocidental.

Ainda que a análise do autor tenha sido até 1999, data de publicação do artigo, vê-se uma continuidade das características multilateralistas, tanto no mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), quanto no mandato de Lula – principalmente neste último. Pois, a partir do momento em que a PEB começa a ser autônoma e a traçar seus objetivos e metas com independência, o Brasil passa a participar mais em questões internacionais e exercer papel de maior relevância nos foros internacionais, ganhando espaço e formando o seu legado como nação emergente. Ainda, ressaltando sua luta contra o subdesenvolvimento e se posicionando contra o colonialismo, em prol de seus parceiros na África e na Ásia. De fato, o Brasil aproveita o aumento do seu protagonismo no sistema internacional e começa a desempenhar o papel de defensor dos países em desenvolvimento, lutando diplomaticamente pelos interesses desses países e por acordos comerciais mais justos, por exemplo, o fim dos subsídios agrícolas que as potências do Norte (Estados Unidos e Europa, principalmente) impunham sobre os países exportadores de produtos primários. Também, diversificou suas relações diplomáticas e comerciais, destacando as suas relações com as economias emergentes, principalmente com a Índia e a China (pela imensa quantidade de recursos humanos e de produção destes dois países), mas com a Rússia e a África do Sul também.

⁶⁷ Seguidismo, em espanhol, é deixar-se levar e ser influenciado por ideias ou comportamentos alheios.

4.1 Presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003)

Durante o período analisado neste Trabalho, o Brasil teve dois presidentes: Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, cada um deles, com dois mandatos presidenciais. Fernando Henrique Cardoso (FHC), nascido em 1931, foi um intelectual de família militar. Graduou-se como sociólogo, e isso, segundo Lafer (2018), ajudou-o a entender melhor os problemas internos do Brasil e a procurar soluções a estes. Antes de ser presidente, assumiu em 1992, após o impeachment de Fernando Collor de Mello, o cargo de Chanceler; através de um convite do presidente Itamar Franco (que era vice-presidente de Fernando Collor).

Esteve na presidência desde 1º de janeiro de 1995 até 1º de janeiro de 2003. Durante seu mandato, teve três ministros das Relações Exteriores: Luiz Felipe Lampreia (1º de janeiro de 1995 até 2001), Luiz Felipe de Seixas Corrêa (12 de janeiro de 2001 até 29 de janeiro do mesmo ano) e Celso Lafer (de 29 de janeiro de 2001 até o fim do mandato presidencial de FHC). Sobre Celso Lafer, seus atos serão analisados mais detalhadamente no transcorrer deste trabalho, haja vista a sua ocupação do cargo de Chanceler durante o período em foco neste estudo.

Segundo os autores Vigevani, Oliveira e Cintra (2003, p. 31), as diretrizes dos dois mandatos de FHC foram: “[...] o pacifismo, o respeito ao direito internacional, a defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção, e o pragmatismo como instrumento necessário e eficaz à defesa dos interesses do país”. Segundo esta análise, a PE do governo FHC seguiu os princípios tradicionais e cumpriu com o estipulado na Constituição Brasileira, citados anteriormente.

Vale destacar que o conhecimento acadêmico internacional de FHC e sua experiência como Chanceler, explicam a sua participação direta na PE, possibilitando a consolidação da Diplomacia Presidencial, que fora marca do seu governo (BERNABÉ, 2010). De fato, FHC se esforçou para tentar mudar a imagem externa do Brasil, suprimindo a imagem de país periférico de terceiro mundo “pelo ideário do Primeiro Mundo e de uma nova era da política mundial sustentada nas premissas do neoliberalismo e da governança mundial” (PECEQUILO, 2012, p. 218).

De acordo com os autores Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), as posições brasileiras como global player⁶⁸ e global trader⁶⁹ são afirmadas nos governos FHC. Para alcançar a posição de global player, o Brasil teve que aumentar a sua presença e adotar discursos mais ativos nos

⁶⁸ Global player é o ator internacional que tem presença e influência mundiais.

⁶⁹ Global trader é o ator internacional que importa e exporta mercadorias mundialmente, não somente com alguns parceiros.

foros internacionais; ampliar suas parcerias, principalmente com os países emergentes (Rússia, China, Índia); abandonar o discurso de terceiro mundo; e adotar posturas mais firmes e autônomas no sistema internacional.

Oliveira (2005) relata que devido à forma como o Brasil foi projetado e exposto na era Cardoso, as relações com a Europa e com a China foram ampliadas. É nesse período, observa Barreto (2010, p. 326), que o Brasil aumenta o seu poder de barganha e a sua participação internacional em fóruns mundiais adotando políticas externas eficazes. “Partindo da percepção realista de uma potência média com espaços reservados de poder, a PE de Cardoso aposta no institucionalismo internacional como cenário otimizador para ganhos absolutos e preservação de autonomia”. Referindo-se a fóruns mundiais, nessa época houve a participação no Grupo dos 20 (G20), grupo das 20 maiores economias mundiais. Sobre esse Grupo, Lessa (2004) comenta que foi uma tentativa do Brasil de demonstrar a sua capacidade de articulação, politicamente falando, mesmo que a participação tenha sido em um foro como o G20, que ele aponta como inusitado.

Para alcançar a posição de global trader, o Brasil aproximou-se dos países desenvolvidos – e, principalmente, dos Estados Unidos –, priorizando essas relações; seguiu a “autonomia pela integração”, onde o intuito era integrar-se aos países ricos e não se distanciar deles; aumentou a sua capacidade negociadora; diversificou sua agenda; liberalizou o comércio para obter mais ganhos; e optou sempre pela cooperação e pela interdependência, principalmente a regional. Utilizando-se da diretriz do universalismo, com revigoramento do regionalismo, deu apoio e prioridade ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). O seu plano era utilizar o Mercosul como plataforma de inserção internacional – própria e de todos os membros da organização – às tendências mundiais e ao *mainstream*. Adotando um “regionalismo aberto”, mantiveram sempre o leque de opções de negociação e parceiros desabrochado, mas apostaram em uma parceria entre Mercosul e União Europeia. A ideia brasileira era inserir-se no sistema para mudá-lo desde dentro, ou seja, aderir-se ao sistema, mas tentar mudar e reparar seus déficits e incoerências, junto com outros atores, de forma a torná-lo mais justo e favorável a todos os países. Esse processo ficou conhecido como “convergência crítica” (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

O cenário político que FHC encontra quando chega à presidência é bastante desanimador. Collor sofreu impeachment, então seu vice-presidente teve que assumir a presidência. Ocorre que a PE de Collor era quase que um alinhamento automático aos Estados Unidos. Sobre essa situação, Barreto (2010, p. 324) observa que “no mundo pós-bipolar marcado pela potência capitalista hegemônica, os dados já estavam lançados em um novo

tabuleiro, onde a autonomia distanciada de outrora já não configuraria mais como opção válida de inserção internacional pragmática”. Ou seja, de todas as opções disponíveis para Collor no pós-Guerra Fria, talvez para ele e para os seus assessores fazia mais sentido alinhar-se à potência vencedora da guerra e adotar o modelo econômico defendido pelo gigante norte-americano – o neoliberalismo –, que, segundo Mello (2000), era sedutor, irresistível e prometia “a superação do subdesenvolvimentismo para aqueles que abrissem seus mercados e economias” (MELLO, 2000 *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 233). Já a PE de Itamar Franco foi um pouco mais universalista e se distanciou dos Estados Unidos, mas não houve grandes mudanças.

O governo de FHC desperta discordâncias nos diversos autores que analisam o período e as relações com os Estados Unidos. Para alguns deles, como Pecequillo (2012) e Berringer (2014), o governo FHC foi marcado por um realinhamento aos Estados Unidos. Para outros autores, como Haffner e Wenzel (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016), o governo FHC foi marcado por uma forte aproximação – não chega a ser realinhamento –, mas com nuances, desentendimentos e períodos de distanciamento e autonomia. Por fim, para outros autores, como Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) e Mello (2000), não houve realinhamento.

Começando as análises, Pecequillo (2012) acredita que essa subordinação ocorreu devido a um erro de interpretação do sistema internacional no pós-Guerra Fria, onde o Brasil teria avaliado o sistema internacional como unipolar, então, decide realinhar-se à grande potência. A autora descreve que essa interpretação não foi própria do Brasil, mas sim, regional. Os países latino-americanos teriam sido seduzidos pela proposta estadunidense de Iniciativa para as Américas, em 1990, que prometia que a América Latina seria a região preferencial dos Estados Unidos.

Para Berringer, o Brasil esteve alinhado com os Estados Unidos em todo momento, durante os dois mandatos do governo FHC. Como prova do seu argumento, a autora destaca “[...] a declaração de que o Brasil apoiaria os Estados Unidos em uma guerra contra os responsáveis pela queda das Torres Gêmeas [...]; a afirmação de que a ida de Bush à Assembleia Geral da ONU para tentar legitimar a invasão ao Iraque teria sido positiva” (BERRINGER, 2014, p. 114).

Por outro lado, para Haffner e Wenzel (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016), um exemplo do realinhamento com os Estados Unidos no governo FHC foi a consolidação do neoliberalismo no Brasil, marcada no seu governo. “No plano internacional, o neoliberalismo se caracteriza pela aproximação econômica e diplomática dos países ricos (em especial os Estados Unidos) e uma tentativa de adaptação às regras do sistema

internacional” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016, p. 1). No que tange ao período de distanciamento com o gigante norte-americano, os autores observam que o afastamento não aconteceu devido a um redirecionamento racional da PE, mas sim, como consequência de discordâncias e decepções com as atitudes unilaterais dos Estados Unidos e algumas estratégias adotadas, onde a América Latina não fazia parte.

Por fim, o argumento dos autores Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) sobre as relações Estados Unidos-Brasil, é baseado na análise de Mello. Os autores observam que até 1988, a PE seguia uma agenda reativa, com padrões tradicionais protecionistas. O Brasil até então seguia um modelo de “autonomia pela distância”. Esse modelo foi substituído pela “autonomia pela integração”, com uma agenda proativa. Para Mello (2000, p. 92), “autonomia pela integração são as “relações externas universais, sem alinhamentos ou opções excludentes, com vistas a preservar a autonomia do país na sua atuação internacional”. Há um entendimento, então, de que a precisa-se ter boas relações com os Estados Unidos para alcançar objetivos. Isso, para estes autores, é um fato, uma realidade a ser aceita, e não uma realidade a ser mudada ou minimizada.

4.2 Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011)

Luiz Inácio Lula da Silva, nascido em 1945, ex-metalúrgico e ex-sindicalista, é um dos principais fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Concorreu à presidência nos anos de 1989, 1994, 1998 e foi derrotado, mas em 2002 venceu as eleições e se tornou presidente do Brasil. Seu mandato transcorreu de 1º de janeiro de 2003 até 1º de janeiro de 2011, e, nesse período, teve apenas um ministro das Relações Exteriores, que foi Celso Amorim. Amorim, já havia sido chanceler no governo de Itamar Franco, de 20 de julho de 1993 até 1º de janeiro de 1995.

Em discurso no XXXIII Fórum Econômico de Davos, no começo do seu primeiro mandato, Lula fala sobre as diretrizes da sua PE.

Nossa política externa está firmemente orientada pela busca da paz, da solução negociada dos conflitos internacionais e pela defesa intransigente dos nossos interesses nacionais. A paz não é só um objetivo moral. É, também, um imperativo de racionalidade. Por isso, defendemos que as controvérsias sejam solucionadas por vias pacíficas e sob a égide das Nações Unidas. É necessário admitir que, muitas vezes, a pobreza, a fome e a miséria são o caldo de cultura onde se desenvolvem o fanatismo e a intolerância. A preservação dos interesses nacionais não é incompatível com a cooperação e a solidariedade. Nosso projeto nacional não é xenófobo e, sim, universalista (BRASIL, 2007, p. 18).

Segundo Oliveira (2005, p. 264), a PEB de Lula deu ênfase:

a) na construção da Comunidade Sul-Americana de Nações e no relançamento do Mercosul; b) na importância política e econômica dos países intermediários para esforço das pretensões internacionais do Brasil; c) na necessidade de avançar nos processos negociadores multilaterais e, em especial, na OMC; d) na instrumentalização do Mercosul ou da ALCSA para ampliar a capacidade nacional em relação a outras regiões (União Européia, Ásia do Leste, África Austral).

A PEB no governo Lula, está muito atrelada à imagem do ex-presidente, isso porque Lula exerceu a Diplomacia Presidencial de forma ativa, e encantou a todos com a sua personalidade carismática, ganhando popularidade e aceitação. Anderson (2011, p. 42) descreve a política de Lula como “[...] um excepcional conjunto de dons pessoais, uma mescla de sensibilidade social afetuosa e frio cálculo político”. Também, “[...] desenvolveu uma diplomacia de ampla projeção mundial com as alianças de geometria variável no âmbito Sul-Sul [e uma] intensa e vantajosa cooperação Sul-Sul com a África e o Oriente Médio”, regiões não prioritárias e um pouco esquecidas no governo de FHC. Essa estratégia foi denominada pelo próprio Lula como “diplomacia da generosidade” (HOLAND, 2013).

Ainda que o ex-presidente não reconheça essa comparação, Holand compara Lula com Getúlio Vargas (presidente populista do Brasil, governando o país em 1930 até 1945 e em 1951 até 1954, ano de sua morte). Salvando algumas nuances e diferenças, os dois presidentessouberam “lidar com as preocupações de capital e trabalho, [...] explorar as circunstâncias externas favoráveis em prol do desenvolvimento interno, [...] afirmar os interesses nacionais e, acima de tudo, [...] se conectar com as massas até então desarticuladas” (HOLAND, 2013, p. 43).

Na época da invasão ao Iraque, em 2003, já no governo Lula, o Brasil questionou e repudiou o comportamento da potência norte-americana, demonstrando que não ia aderir àquele *modus operandi*. Em seu primeiro encontro com o presidente Bush, em 2002, Lula, quando questionado sobre o Iraque, responde: “[e]u entendo, presidente Bush. Mas minha guerra é outra. É a guerra contra a fome. Eu quero que cada brasileiro faça três refeições por dia” (SILVA, 2014, p. 234). Segundo Silva (2014), a partir desse momento, o presidente Bush começou a apoiar não só o programa Fome Zero de Lula, mas também o seu governo. Relembrando, que na época pré-eleições presidenciais, os EUA estavam receosos de que Lula assumisse o cargo de presidente, temendo pelo distanciamento do Brasil. Porém, o presidente FHC começou a traçar um caminho para que os EUA confiassem mais no futuro das relações bilaterais entre estes dois. Assim revela o estudo feito por Silva sobre o livro “18 Dias: quando

Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush” de Matias Spektor: “[...] desde o início de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso instruiu seu embaixador em Washington, Rubens Barbosa, a auxiliar os petistas a adentrar o meio político e econômico norte-americano”, para que, quando Lula assumisse o cargo, “[...] o staff do presidente Bush [tivesse] um conhecimento mais detalhado e menos estereotipado do líder brasileiro” (SILVA, 2014, p. 232).

Assim sendo, segundo Silva (2010), FHC também ajudou na escolha do chanceler. FHC não queria que a futura chancelaria passasse pelos mesmos contratemplos que a chancelaria de Lafer passou, então, indicou o nome de Celso Amorim, que já era diplomata de carreira e residia em Londres como enviado brasileiro. Nas palavras do autor, Amorim era desconhecido por Lula e pelo seu partido, mas era bem reconhecido pelo seu prestígio. De fato, a indicação teve sucesso: Amorim ficou no posto de ministro das Relações Exteriores nos dois períodos de governo do presidente Lula.

4.3 Mudança ou continuidade?

Frequentemente, as duas PE são comparadas. A verdade é que, como foi citado pelo ex-chanceler Lafer anteriormente, a PEB é uma combinação de mudanças e de continuidades, ou, mudança dentro da continuidade. Quando um novo governante chega ao poder, ele se depara com duas situações: políticas que não estão funcionando e que devem ser mudadas, e políticas que estão funcionando, então, às vezes, não faz sentido arriscar uma mudança só para marcar a diferença. Na primeira situação, ocasionalmente, as políticas funcionaram por certo tempo, mas, como o cenário internacional sofre alterações, as políticas devem acompanhar essas mudanças. Os dois presidentes acompanharam mudanças bastante abruptas nos seus mandatos. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e principalmente com o fim da Guerra Fria, as relações internacionais estavam mudando. A estrutura do sistema estava sendo reconfigurada com a emergência de novos atores e novos temas políticos, tais como, meio ambiente, direitos humanos, narcotráfico, minorias, etc. O Brasil teve que acompanhar essas mudanças para evitar estar em defasagem e desvantagem perante aos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Quando discorre sobre o porquê de os governos redirecionarem as suas políticas externas, Holand (2013) expõe a análise do modelo Hermann (1990), utilizada por muitos autores. O modelo aponta a quatro níveis de mudança e autocorreção do Estado: mudança de ajuste, mudança de programa, mudança de problema ou objetivo e mudança de orientação internacional. A forma e o impacto de cada uma dessas mudanças variam, mas todas têm a mesma consequência: o redirecionamento ou mudança da PE de um Estado. Essas mudanças

podem acontecer devido a (ou por causa de): líderes (no caso brasileiro, o presidente), burocratas (no caso brasileiro, o corpo diplomático), reestruturação doméstica e/ou choques externos.

FHC deu, em sua PE, ênfase ao regionalismo, adotando políticas conservadoras e cautelosas. Já a PE de Lula foi mais abrangente, e não focou só na América Latina, mas também nas regiões emergentes e nas regiões do Terceiro Mundo, como seu “defensor”, adotando um perfil político mais agressivo (BARRETO, 2010). Lula, por sua parte, identificou as PE anteriores a ele com excessos de passividade e docilidade. Lula foi muito criticado por políticos em seus posicionamentos com relação às políticas externas antecedentes a ele, principalmente por Celso Lafer, que deixou claro o seu descontentamento com a afirmação de Lula de que a herança do governo FHC era “maldita” (LAFER, 2018). Nesse sentido, pode-se dizer que ainda que tenha havido certas mudanças, houve muitas semelhanças e continuidades, então, não é válido taxar a herança da PE anterior como maldita. As duas políticas mantiveram sua fidelidade aos valores tradicionais da diplomacia brasileira, e segundo Barreto (2010, p. 329, grifo do autor), outras semelhanças foram “o intento *mater* da integração regional, com a tradição grotiana de respeito ao direito internacional, com a índole universalista e a busca pela autonomia decisória na formulação de nossa estratégia de inserção mundial”.

Ainda, Celso Lafer aponta mais elementos de continuidade da política de Lula, tais como “a prioridade ao Mercosul, a valorização do sistema multilateral, e a busca de maior intercâmbio com parceiros não tradicionais” (KUNTZ, 2004, p. D6). Por outro lado, seguindo a mesma citação, Lafer também fala de algumas diferenças, pois “[...] contém mudanças de ênfase, às vezes perigosas, e sobretudo de configuração: a atual diplomacia dá à política externa uma feição republicana destinada a transmitir ao público interno a ideia de um recomeço radical” (KUNTZ, 2004, p. D6). Vemos nesta citação, as diretrizes da PEB refletidas, tais como a integração e paz dos povos da América Latina, a independência nacional com uma maior autonomia na PEB, e a cooperação entre os povos, principalmente entre os vizinhos e membros do Mercosul.

Para Cervo (2004, p. 4), do governo FHC para o governo Lula, “[...] o Brasil evoluiu de uma aliança estratégica com o Ocidente, feita de subserviência decisória e de ilusão kantiana, para o universalismo de ação, feito do jogo duro e realista das relações internacionais”. Porém, como foi explicado anteriormente, há muitas divergências na academia sobre esse ponto, algumas até chegando a demonstrar que não houve alinhamento, muito menos “subserviência”. Se bem, é correto afirmar que o Brasil ganhou mais protagonismo no sistema internacional, chegando à posição de global player no governo Lula, esse destaque e posição foram tentados

no governo FHC, o que pôde ter servido de base para que, no governo Lula, esses objetivos tivessem sucesso. Uma política exterior nunca está desligada 100% da outra, sempre há um legado, uma política que possibilita outras ou ações começadas no governo anterior que o governo atual ganha o crédito. O Brasil nunca rompeu as suas relações com os Estados Unidos, mas sim, foi aprendendo a jogar e a barganhar. Em um primeiro momento, o Brasil apoiou o ataque dos EUA ao Afeganistão, como modo de solidariedade com o povo americano e comprometimento com a causa dos EUA de lutar contra o terrorismo, que as diretrizes da PEB traçam. Porém, em 2001, em discurso na Assembleia Nacional francesa, o presidente FHC associou a intolerância e “a imposição de políticas unilaterais em escala planetária” à barbárie (LAFER, 2018, p. 1090). Então, pode-se dizer que em um primeiro momento, o Brasil apoiou a invasão dos EUA ao Afeganistão, mas pouco a pouco foi percebendo que os EUA estavam dramatizando a situação e excedendo-se nas suas ações ofensivas. Foram justamente essas ações que fizeram com que o Brasil se distanciasse gradualmente das políticas intervencionistas dos estadunidenses e, no final do governo FHC, estavam mais distantes ainda dos EUA.

Na análise de Cervo (2002), existem quatro paradigmas que explicam as orientações do Brasil no tocante à política externa desde a década de 1990: o Estado desenvolvimentista, o Estado normal e o Estado logístico.

O *Estado desenvolvimentista*, de características tradicionais, reforça o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Trata-se do Estado empresário que arrasta a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional mediante a superação de dependências econômicas estruturais e a autonomia de segurança. O *Estado normal*, [...] envolve três parâmetros de conduta: como Estado *subserviente*, submete-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo; como Estado *destrutivo*, dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere rendas ao exterior; como Estado *regressivo*, reserva para a nação as funções da infância social. O [...] *Estado logístico* [...] fortalece o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades empreendedoras e ajudando-a a operar no exterior, por modo a equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção madura no mundo globalizado (CERVO, 2002, p. 6-7, grifo do autor).

Em 2002, Cervo analisa que o governo FHC foi marcado por ter características de Estado normal, e critica essas posições. Porém, em 2008, o autor retifica sua análise, indicando que o governo FHC foi marcado por uma “dança de paradigmas”: “o desenvolvimentista que ele se compraz em ferir gravemente sem matar, o normal que emerge de forma prevaiente e o logístico que ensaia como outra via” (CERVO, 2008, p. 82). Sobre o governo Lula, o autor comenta que foi marcado por ter características de Estado logístico e elogia essa postura.

Enfim, herdando políticas boas ou não, continuando políticas antigas ou mudando, criando e inovando, podemos confirmar que o Brasil passou por grandes mudanças, e que, de

acordo com a análise de Holand (2013), as mudanças externas favoreceram imensamente ao país, principalmente no governo Lula. Pode-se inferir, sem dúvidas, que o Brasil nunca viu nada igual à figura do presidente Lula e a sua excelente condução externa do país, nos mais variados cenários e frentes, erguendo o país a uma posição de global player e aumentando o seu protagonismo, atuação e relevância mundiais, sabendo barganhar e mantendo firme a autonomia multifacetada brasileira.

5 O REALISMO OFENSIVO ESTABELECENDO AS BASES PARA AS POLÍTICAS EXTERNAS

Para melhor compreensão da proposta desta pesquisa, optou-se por embasá-la na Teoria Realista das Relações Internacionais, para a análise tanto da Política Externa Estadunidense quanto da Brasileira. Podemos considerar que a Escola Realista é a mais antiga dos Estudos de Relações Internacionais, e, segundo Castro (2012, p. 316), o Realismo defende a “sobrevivência e autoajuda em sentido amplo por meio da manutenção do Estado, conservação do seu poder e a preservação da ordem pela subserviência de sua população, tendo a segurança comum como seus principais pressupostos”.

Os pilares do Realismo são: Centralidade do Estado, Sobrevivência e Auto-ajuda. A Centralidade do Estado considera que o Estado é o único ator do sistema internacional (ou seja, se bem, reconhecem que existem outros atores, acreditam que o Estado é o único que tem influência no sistema internacional). A função do Estado, como ator, é manter a paz nas fronteiras e garantir a segurança dos seus cidadãos.

O pilar da Sobrevivência é claro e sugestivo: os Estados sempre irão agir visando a sua sobrevivência. Dentro desse pilar, há uma oposição entre a Ética da Convicção (que é a moral) e a Ética da Responsabilidade (o que o Estado precisa fazer para manter-se como ator no sistema internacional). Nesse ponto, Maquiavel defende que as ações do Estado no sistema internacional não podem ser julgadas pela moral.

Por último, o pilar da Autoajuda reconhece que o sistema internacional é anárquico, e que os atores (Estados) irão utilizar todos os meios disponíveis para sobreviver. Isso, gera o chamado “Dilema de Segurança”, pois, se o poder é a única forma que os atores têm para garantir a sua segurança e sobrevivência, deve-se aumentar o poder. Ao mesmo tempo, quanto mais poder um Estado tem, mais desconfiança gerará em outros atores, que, por sua vez, irão querer aumentar o seu poder. Em definitiva: quanto mais segurança um Estado tenta ter, mais inseguro será o sistema internacional.

Este capítulo trará conceitos essenciais sobre o Realismo Ofensivo, teoria criada por John Mearsheimer, para depois, aplicá-los às Políticas Externas Brasileira e Estadunidense. Assim, optou-se pelo Realismo Ofensivo por considerar que esta seja uma teoria que explica o sistema internacional de forma bastante clara e por importar-se pelo comportamento externo dos países. Ainda que existam diversas outras teorias, e ainda que o discurso de alguns países seja diferente, acredita-se, sim, que o Realismo explica os sucessos e comportamentos dos Estados da forma mais fiel. De acordo com as palavras de Mearsheimer (2002b, s.p.): “[w]e

behave in the world according to Realistic dictates on almost every occasion⁷⁰”. Se bem, aceita-se que as teorias têm limites e não respondem a todas as perguntas ou questionamentos sobre o mundo político, nas palavras do autor: “[...] offensive realism is a rich theory which sheds considerable light on the workings of the international system⁷¹” (MEARSHEIMER, 2001, p. 10). O realismo ofensivo é uma teoria atual – criada no século XXI – e completa, pois não só descreve o comportamento dos Estados (teoria descritiva), como também, estabelece padrões de como eles deveriam comportar-se para sobreviver no sistema internacional, que é anárquico e perigoso (teoria prescritiva).

5.1 O Realismo Ofensivo

Dentro do Realismo existem também outros pensadores que fizeram contribuições muito importantes: Morgenthau, Carr, Waltz e Mearsheimer. Utilizaremos a teoria de Mearsheimer⁷² para analisar o ocorrido no 11 de setembro e as consequências que trouxe, tanto para a formulação da política externa dos Estados Unidos, quanto para a formulação da política externa do Brasil. *The Tragedy of Great Power Politics*, traduzido ao português como *A Tragédia da Política das Grandes Potências* é um dos seus livros e foi escrito em 2001. Nele, o autor enfatiza que o propósito de cada potência é chegar a ser o grande e único “hegemon⁷³”, pois somente sendo a única maior potência do mundo, com o maior poder e a maior capacidade militar, garantiria a sua sobrevivência. Então, visando a sua segurança, as grandes potências – e todos os países no geral – vão fazer qualquer coisa (até se utilizar da força se for preciso) para conseguir mais poder e assim, chegar nessa hegemonia. De fato, as potências não só usariam (e usam) a força para conseguir mais poder, como também, recebem um incentivo constante por parte do sistema para tentar mudar o equilíbrio de poder ao seu favor. Esse desejo nunca vai embora, porém, às vezes os Estados não tentam mudar o equilíbrio de poder porque os custos são muito grandes, então esperam por oportunidades e circunstâncias mais propícias para fazê-lo. Por esse motivo, a hegemonia é a única forma que os países democráticos e os não

⁷⁰ Nós nos comportamos no mundo de acordo com os ditames realistas em quase todas as ocasiões (tradução nossa).

⁷¹ O realismo ofensivo é uma teoria rica que deixa consideravelmente claro o funcionamento do sistema internacional (tradução nossa).

⁷² John Joseph Mearsheimer, nasceu em Nova Iorque 14 de dezembro de 1947. Com 17 anos, se alistou no exército militar americano. Depois de ter se graduado na Academia Militar dos EUA (United States Military Academy), serviu outros 5 anos nas Forças Armadas. Após perceber que essa não era sua vocação, decidiu estudar política, governos e relações internacionais. Conseguiu mestrado, doutorado e pós-doutorado e deu aulas na Universidade de Chicago. Como realista ofensivo, teve muita influência de Waltz (realista defensivo), quem admira muito e é mencionado em seus livros.

⁷³ Não existe tradução imediata para a palavra hegemon, mas, neste caso, o autor faz referência a um Estado que alcançou a hegemonia.

democráticos⁷⁴ têm de garantir sua segurança. “Apprehensive about the ultimate intentions of other states, and aware that they operate in a self-help system, states quickly understand that the best way to ensure their survival is to be the most powerful state in the system⁷⁵” (MEARSHEIMER, 2001, p. 33). Porém, o autor diz que é quase que impossível chegar a esse grau de poder, então, “[s]ince no state is likely to achieve global hegemony, however, the world is condemned to perpetual great-power competition⁷⁶” (MEARSHEIMER, 2001, p. 2). Nunca, na história humana, houve um hegemom global, pois é muito difícil projetar o poder através dos oceanos. Então, já que essa posição não é possível, “[t]he best outcome a great power can hope for is to be a regional hegemom⁷⁷ [...]” (MEARSHEIMER, 2001, p. 41).

No livro mencionado, o autor expõe a sua teoria chamada “Realismo Ofensivo”, onde apresenta como as grandes potências se comportam umas com as outras, enfatizando que elas buscam por oportunidades de ganhar mais poder. Os Estados ganham mais poder às custas dos outros Estados, pois quanto mais poder um Estado tem, menos sobra para os outros. Essa é uma situação trágica e uma forma triste de ver o mundo, mas é a forma real e não a que deveria ser. O leitor pode se perguntar o porquê os Estados se comportam desta forma então. A resposta que o autor traz é simples: os Estados buscam somente sua segurança, mas a estrutura do sistema é a que os força para atuar agressivamente uns contra os outros. Países que não têm motivos para brigar com os outros, pois todos têm o mesmo objetivo (sobreviver), são compelidos a conseguir mais poder e tentar dominar os outros Estados. “Offensive realism assumes that the international system strongly shapes the behavior of states⁷⁸” (MEARSHEIMER, 2001, p. 10). Cabe ressaltar que a teoria se importa com o comportamento externo dos países e quanto poder estes possuem, o que acontece dentro de cada Estado não tem valor. O autor compara os Estados com caixas pretas ou bolas de bilhar: o que tem dentro delas não interessa para a análise do seu comportamento externo.

Portanto, pode-se concluir certas pontos que são essenciais para compreender a lógica da teoria do Realismo Ofensivo: 1- o sistema internacional é anárquico (isso não quer dizer que seja caótico ou conflituoso, mas sim, que não há autoridade central por cima dos Estados; 2-

⁷⁴ Diferentemente do Liberalismo, que acredita que democracias não fazem guerra umas com as outras (Teoria da Paz Democrática), o Realismo Ofensivo não faz distinção entre democracias e não democracias, pois “democracies care about security as much as non-democracies” (MEARSHEIMER, 2001, p. 4).

⁷⁵ Apreensivos sobre as reais intenções dos outros Estados, e cientes de que eles operam em um sistema de auto-ajuda, os Estados rapidamente compreendem que a melhor forma para garantir a sua sobrevivência é ser o Estado mais poderoso do sistema (tradução nossa).

⁷⁶ Uma vez que provavelmente nenhum Estado alcance a hegemonia global, no entanto, o mundo está condenado a competição perpetua entre grandes potências (tradução nossa).

⁷⁷ O melhor resultado que uma potência pode esperar é ser um hegemom regional (tradução nossa).

⁷⁸ O Realismo ofensivo assume que o sistema internacional molda fortemente o comportamento dos Estados (tradução nossa).

estudar a estrutura do sistema, leva a compreender o comportamento dos Estados, pois, a estrutura encoraja aos Estados a buscar a hegemonia, ter intenções revisionistas e buscar oportunidades para conseguir mais poder às custas dos outros Estados; 3- os Estados sempre possuem alguma capacidade militar, o que lhes dá a possibilidade de destruir outros Estados ou feri-los; 4- os Estados sempre têm medo e nunca podem ter certeza absoluta das verdadeiras intenções dos outros; 5- o primeiro e fundamental objetivo de cada Estado é sobreviver, manter sua autonomia e soberania; 6- os Estados são atores racionais, que estão cientes do seu entorno e, por isso, agem estrategicamente, calculando como o seu comportamento irá influenciar no comportamento dos outros Estados; 7- os Estados querem ser hegemons globais, como isso não é possível, se contentam com serem hegemons regionais (MEARSHEIMER, 2001).

As estratégias mais usadas para obter mais poder são a guerra e a chantagem, mas não são as únicas. Também pode-se conseguir mais poder através do *bait and bleed*⁷⁹ e do *bloodletting*⁸⁰. A guerra é a estratégia mais controversa, pois envolve morte e destruição em grande escala, e, em casos extremos, a guerra pode levar à total destruição de um Estado. “Nevertheless, occupation is not cost-free for the conqueror, and there will be cases where the costs of exploiting another state’s economy outweigh the benefits. Still, conquest sometimes pays handsome dividends⁸¹” (MEARSHEIMER, 2001, p. 150). A estratégia da Guerra será desenvolvida e analisada na próxima seção, quando expor-se-á a política externa dos Estados Unidos.

A chantagem é outra forma que o autor mostra como possibilidade para a obtenção de mais poder por parte de um Estado. Pode-se chantagear um Estado através da intimidação ou de ameaças coercitivas. Devido a que os Estados nunca têm certeza absoluta das intenções dos outros, as ameaças, muitas vezes, funcionam, porém, “[...] threats alone are usually not enough to compel a great power to make significant concessions to a rival great power⁸²” (MEARSHEIMER, 2001, p. 152). Geralmente, se uma grande potência ameaçar outro país, e esse país possuir capacidade militar suficiente como para enfrentar o seu adversário, a ameaça não tem efeito. No entanto, se uma grande potência, tentar intimidar um Estado mais fraco, provavelmente este irá ceder e fazer concessões. “If this blackmail works, it is clearly preferable

⁷⁹ Esta estratégia não possui uma tradução imediata, mas basicamente é jogar a isca e assistir a exsanguinação.

⁸⁰ Deixar sangrar.

⁸¹ No entanto, a ocupação não é gratuita para o conquistador, e haverá casos onde os custos de explorar a economia de outro estado superam os benefícios. Ainda assim, a conquista às vezes vale a pena (tradução nossa).

⁸² Geralmente, as ameaças por si sós não são suficientes para compelir uma grande potência a fazer concessões significativas a outra grande potência rival (tradução nossa).

to war, because blackmail achieves its goals without bloody costs⁸³” (MEARSHEIMER, 2001, p. 152).

A estratégia de *bait and bleed* “[...] involves causing two rivals to engage in a protracted war, so that they bleed each other white, while the baiter remains on the sideline, its military strength intact⁸⁴” (MEARSHEIMER, 2001, p. 153). O único problema desta estratégia – que, em teoria, parece estrategicamente inteligente – é que é muito difícil fazer com que dois Estados entrem em guerra sem ficar exposto.

Diferentemente da estratégia anterior, na estratégia de *bloodletting*, ninguém incita aos Estados a irem à guerra, eles vão por decisão própria, pois o propósito desta estratégia é “[...] to make sure that any war between one’s rivals turns into a long and costly conflict that saps their strength⁸⁵” (MEARSHEIMER, 2001, p. 154).

Por outro lado, o autor comenta que também há estratégias para manter o equilíbrio de poder atual e evitar que um rival adquira mais poder. As grandes potências raramente estão conformes com a distribuição de poder em que vivem, então, sempre estão com o que o autor chama de “intenções revisionistas”, ou seja, buscando oportunidades para mudar a balança de poder ao seu favor. Porém, como já foi dito anteriormente, as potências ganham poder às custas dos outros Estados. Então, esses outros Estados irão tentar frustrar as tentativas do Estado revisionista de mudar o equilíbrio de poder. As formas para frustrar essas tentativas são *balancing*⁸⁶ e *buck-passing*⁸⁷.

“With balancing, a great power assumes direct responsibility for preventing an aggressor from upsetting the balance of power⁸⁸” (MEARSHEIMER, 2001, p. 156). Basicamente, é quando o Estado ameaçado empenha seus próprios recursos para tentar conter o seu rival. O autor vai mais fundo no desenvolvimento desta estratégia e destaca algumas medidas para que o *balancing* funcione: 1- enviar uma mensagem confrontadora pelos meios diplomáticos ao agressor para deixar claro que o Estado está comprometido em manter o equilíbrio de poder atual; 2- balanceamento externo: criar uma aliança defensiva com outros

⁸³ Se a chantagem funcionar, é claramente preferível à guerra, porque a chantagem alcança seus objetivos sem custos sangrentos (tradução nossa).

⁸⁴ Envolve fazer com que dois rivais se engajem em uma guerra prolongada, para que sangrem um ao outro, enquanto o causador da guerra (o “baiter”) permanece à margem, com sua força militar intacta (tradução nossa).

⁸⁵ Garantir que qualquer guerra entre os seus rivais se transforme em um conflito longo e custoso que minará as suas forças (tradução nossa).

⁸⁶ Balanceamento.

⁸⁷ Atribuição de responsabilidade.

⁸⁸ Com o balanceamento, uma grande potência assume diretamente a responsabilidade de prevenir um agressor de alterar o equilíbrio de poder (tradução nossa).

Estados que também se sintam ameaçados pelo agressor; 3- balanceamento interno: aumentar recursos utilizados na contenção do agressor (MEARSHEIMER, 2001).

“A buck-passer attempts to get another state to bear the burden of deterring or possibly fighting an aggressor, while it remains on the sidelines⁸⁹” (MEARSHEIMER, 2001, p. 157-158). Em poucas palavras, é quando um Estado ameaçado tenta com que outro Estado contenha ou derrote seu adversário. Essa alternativa é a preferida, pois é mais barata e é vantajoso ver que dois adversários estão destruindo-se mutuamente, mas é perigosa, pois o *buck-passer* corre o risco de que um adversário vença rápido a guerra e se volte contra ele, ou que um dos dois adversários obtenha tanto poder – às vezes, o *buck-passer* ajuda a algum dos lados com recursos – que ameace o equilíbrio de poder e se torne mais poderoso do que já era. Essa estratégia é similar ao *bait-and-bleed*. Quando o agressor vai à guerra com um Estado, o *buck-passer* ou *baiter* ganham mais poder. A diferença entre o *buck-passing* e o *bait-and-bleed* é que o primeiro é uma estratégia de contenção que desencadeia em guerra, enquanto o segundo possui o objetivo de provocar a guerra (MEARSHEIMER, 2001).

Não obstante, o autor indica algumas estratégias a serem evitadas, porque cedem poder ao agressor, e, portanto, aumentam as possibilidades de mudanças no equilíbrio de poder. Estas estratégias são: *bandwagoning*⁹⁰ e *appeasement*⁹¹. “Great powers that care about their survival should neither appease nor bandwagon with their adversaries⁹²” (MEARSHEIMER, 2001, p. 162).

“Bandwagoning happens when a state joins forces with a more powerful opponent, conceding that its formidable new partner will gain a disproportionate share of the spoils they conquer together⁹³” (MEARSHEIMER, 2001, p. 162-163). Mearsheimer não só não recomenda o uso desta estratégia, como também critica que os que a utilizam, são Estados fracos. “Bandwagoning is employed mainly by minor powers that stand alone against hostile great

⁸⁹ Um atribuidor de responsabilidades tenta fazer com que outro Estado carregue o fardo de dissuadir ou possivelmente lutar contra um agressor, enquanto ele permanece à margem (tradução nossa).

⁹⁰ Bandwagoning não possui uma tradução imediata, mas refere-se a seguir (assim como os vagões de um trem) uma ideia, sem questioná-la.

⁹¹ Apaziguamento.

⁹² As grandes potências que se importam com a sua sobrevivência, não deveriam apaziguar ou seguir seus adversários (tradução nossa).

⁹³ Bandwagoning (seguimento) acontece quando um Estado une forças com um adversário poderoso, garantindo que seu formidável novo companheiro irá ganhar uma parte desproporcional daquilo que conquistem juntos (tradução nossa).

powers. They have no choice but to give in to the enemy, because they are weak and isolated⁹⁴” (MEARSHEIMER, 2001, p. 163).

O apaziguamento também supõe ceder poder ao agressor, portanto, um sinal de fraqueza. “Appeasement [...] [allows] the appeaser to demonstrate its good intentions and by shifting the military balance in the appeased state’s favor, thus making it less vulnerable and more secure, and ultimately less aggressive⁹⁵” (MEARSHEIMER, 2001, p. 163). Basicamente, concede mais poder a um rival é um tiro no pé, pois assim, o rival irá se sentir mais confiante, terá menos medo e irá cair na tentação de mudar o equilíbrio de poder ao seu favor. É uma visão um pouco ingênua, ou idealista, que acredita que cedendo poder ao rival, este irá ficar menos agressivo, gentil e defensor do amor e da paz (MEARSHEIMER, 2001).

Os Estados tendem a imitar o comportamento dos outros. Por exemplo, se um Estado for bem-sucedido agredindo outro, esse comportamento pode despertar interesse em outros países em fazer o mesmo. Não só isso, mas também, tendem a inovar os comportamentos e as práticas. A inovação pode ser: de armas, de estratégias, entre outras, junto com comportamentos inesperados. Isso preocupa aos Estados, aumentando seu medo e aumentando a insegurança do sistema.

5.2 O Realismo Ofensivo aplicado à Política Externa dos Estados Unidos

Depois de vencer a Guerra Fria e com o colapso da União Soviética, os Estados Unidos estavam no auge do poder mundial e os americanos estavam confiantes de que havia uma nova era de paz e prosperidade, onde o presidente George H. W. Bush (pai) chegou a declarar que se iniciava então uma “nova ordem mundial” liderada pelos Estados Unidos (LAMAZIÈRE, 2010). De fato, Mearsheimer menciona alguns autores, como Fukuyama (1989; 1992), que acreditavam que ali era “the end of history⁹⁶”. O pensamento liberal, segundo esses autores,

⁹⁴ Bandwagoning (seguimento) é empregado principalmente por potências menores que se posicionam sozinhas contra grandes potências. Eles não têm outra escolha a não ser ceder ao inimigo, porque são fracos e isolados (tradução nossa).

⁹⁵ O apaziguamento permite ao apaziguador a demonstrar suas boas intenções e a mudar o equilíbrio militar a favor do Estado apaziguado, portanto, tornando-o menos vulnerável e mais seguro, e no final das contas, menos agressivo (tradução nossa).

⁹⁶ O fim da história. “The end of History?” é um artigo escrito por Francis Fukuyama em 1989. Depois, em 1992, o autor publica o livro intitulado “The end of History and the Last Man” (o fim da história e o último homem), onde desenvolve e defende as ideias do seu artigo. Basicamente Fukuyama acredita que a história segue um rumo, e o final desse rumo é a democracia. Com o fim da Guerra Fria, e a vitória dos Estados Unidos, a ideologia do liberalismo democrático ocidental também venceu. Sociedades democráticas são a maior evolução da raça humana, portanto, o fim da história é representado ali, junto com o começo de outra fase, onde os valores liberais prevaleceriam.

projetara que as grandes potências já não viam umas as outras como rivais militares, mas sim, como membros do que chamamos comunidade internacional. Segundo Mearsheimer, esse ponto de vista está errado, pois ainda que a intensidade da competição varie, “[...] great powers fear each other and always compete with each other for power⁹⁷” (MEARSHEIMER, 2001, p. 2).

A partir disso, podemos pressupor que os ataques ao Pentágono e às Torres do World Trade Center foram uma tentativa de contestar esse *status quo* do sistema internacional, onde os Estados Unidos eram vistos como potência econômica e militar, mas que, ainda assim, foram incapazes de detectar o ataque antes que ele ocorresse. Assim, seguindo a mesma linha, os Estados Unidos começaram a Guerra ao Terror em resposta ao medo e a insegurança que os ataques geraram, o que mostra que, se eles tiveram medo, foi porque os seus opositores estavam contestando o equilíbrio de poder e ameaçando a sua segurança. Analisando dessa forma, está bem claro o pilar realista da Sobrevivência: os Estados Unidos foram à Guerra para garantir a sua segurança e sobrevivência no sistema internacional. Cabe destacar que em nenhum momento estamos defendendo as ações dos Estados Unidos, no que tange à Guerra ao Terror, somente expondo e analisando os fatos. Sem dúvidas, o século XXI trouxe a emergência, tanto de novas potências – ou novas economias emergentes –, como também de atores não-estatais, tais como a organização Al-Qaeda. Pode-se catalogar o governo de Bush como expansivo e imperialista, isso devido ao seu uso da força contra o terrorismo (até mesmo sem a autorização do CSNU e sem o consentimento da comunidade internacional, como na Segunda Guerra do Golfo): esse novo inimigo emergente, ainda desconhecido e difuso. Ainda que o autor (Mearsheimer) seja estadunidense, tentará se analisar as políticas da forma mais objetiva possível.

Ademais, podemos enxergar o pilar da autoajuda, junto com o “Dilema de Segurança”. Os Estados Unidos estavam muito bem armados para a Guerra Fria e, saindo vitoriosos desta, geraram insegurança e desconfiança em outros países, que, por sua vez, também começaram a armar-se. Isso gerou um sistema internacional totalmente instável – que já encontrava-se dessa maneira desde a Segunda Guerra Mundial –, com graus de poderes muito diferentes, acordos falidos, desconfiança e busca incessante das potências e países emergentes por mais poder.

Segundo o autor, os Estados Unidos subestimaram o poder do Al-Qaeda. Em entrevista, Mearshiemer relata: “[w]hen we realized just how competent and dangerous they were, we then

⁹⁷ As potências têm medo umas das outras e sempre competem entre elas por poder (tradução nossa).

began to hypothesize what might happen if they got ahold of weapons of mass destruction, and particularly, if they got ahold of nuclear weapons⁹⁸” (2002a, s.p.).

Quando o fenômeno do 11 de setembro acontece, alguns países ficaram na expectativa pela reação dos Estados Unidos. Alguns dizem que entrar em guerra foi exagerado, outros, como Mearsheimer, acreditam que a guerra é aceitável, pois a anarquia do sistema internacional a causa, porém, “[s]tates usually do not fight wars for security reasons alone⁹⁹” (MEARSHEIMER, 2001, p. 335).

Quando se estuda a invasão do Afeganistão e a invasão do Iraque, pode-se pensar erroneamente que os Estados Unidos as fizeram apenas por razões de segurança, como declaram em seus discursos. E, de fato, uma das razões foi a segurança que, segundo o Realismo Ofensivo, todos os Estados buscam aumentar o seu poder para sobreviver, mas não se restringe a essa motivação. Também o fizeram para ter acesso aos recursos dos países (principalmente o petróleo) e para aumentar a sua presença naquela localidade, haja vista as grandes massas de água servem como um freio à sua expansão¹⁰⁰. Mearsheimer faz um apanhado histórico no qual mostra que todas as vezes que os Estados Unidos enviaram tropas para algumas regiões do mundo, foi para evitar que adversários emergissem, não para manter a paz.

Acontece que existe praticamente um abismo entre o discurso e a prática. Se alguém que não conhece o funcionamento do sistema internacional, lesse a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (também analisada neste Trabalho), diria que os Estados Unidos são os “bonzinhos” que querem a paz e o desenvolvimento mundial. Mearsheimer discorre sobre essa incongruência entre discurso e ação, verificando que “[...] the United States speaks one way and acts another¹⁰¹” (MEARSHEIMER, 2001, p. 26).

“American foreign policy has usually been guided by realistic logic, although the public pronouncements of its leaders might lead one to think otherwise¹⁰²” (MEARSHEIMER, 2001, p. 26). Mearsheimer demonstra que, ainda que no discurso os Estados Unidos pareçam seguir o Liberalismo, eles agem seguido a lógica Realista, porque os estadunidenses não gostam da

⁹⁸ Quando percebemos o quão competentes e perigosos eles eram, foi então que começamos a pensar o que poderia ocorrer se eles conseguissem armas de destruição em massa, e particularmente, se eles conseguissem armas nucleares (tradução nossa).

⁹⁹ Os Estados geralmente não travam guerras apenas por questões de segurança (tradução nossa).

¹⁰⁰ Segundo Mearsheimer (2001, p. 83), as grandes massas de água – oceanos – servem como freio para os ataques entre Estados e para a projeção de poder: “[...] grandes massas de água limitam profundamente a capacidade de projetar o poder das forças terrestres. Quando exércitos opostos devem cruzar grandes massas de água como o Oceano Atlântico ou o Canal Inglês para atacar ao outro, nenhum exército é provável que tenha muita capacidade ofensiva contra o seu rival, independente do tamanho ou qualidade dos exércitos enfrentados.

¹⁰¹ Os Estados Unidos falam de uma forma e agem de outra (tradução nossa).

¹⁰² A política externa americana geralmente tem sido guiada pela lógica realista, ainda que os pronunciamentos públicos dos seus líderes possam levar a pensar o contrário (tradução nossa).

realpolitik, os ideais do Realismo não vão de encontro com a sua moralidade. Então, os Estados Unidos adotam um discurso, mas agem de outra forma. Talvez os estadunidenses nem percebam essa contradição, porque os princípios liberalistas estão tão firmes na sua cultura, que é mais fácil achar que o governo está atuando de acordo com estes, do que enxergar a realidade, onde os Estados Unidos atuam de forma fria e calculista, seguindo o Realismo.

Because Americans dislike realpolitik, public discourse about foreign policy in the United States is usually couched in the language of liberalism. [...] Behind closed doors, however, the elites who make national security policy speak mostly the language of power, [...] and the United States acts in the international system according to the dictates of realist logic¹⁰³ (MEARSHEIMER, 2001, p. 25).

Ainda que, segundo o autor, o realismo tenha mérito de explicar bem a realidade e o mundo político real, ele não é bem visto no Ocidente. Isso se deve ao fato de que o realismo se opõe aos valores do povo americano e à sua forma de enxergar o mundo e a si mesmos. O povo americano, prefere a visão liberalista de otimismo, moralidade na política, e acreditar que existem estados bons e estados ruins, pois essa perspectiva o leva a identificar o seu país como um Estado benevolente, e – individualmente – a si mesmos de igual forma. O realismo, por outro lado, oferece uma visão pessimista do mundo político, e acredita que a guerra é um elemento intrínseco da vida no sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001).

Isso não quer dizer que os estadunidenses estejam contra a guerra, ao contrário, muitas vezes eles estão a favor, desde que seja usada para cumprir com objetivos liberalistas, não para conseguir mais poder (MEARSHEIMER, 2001). Esse foi um dos motivos pelos quais a Guerra ao Terror foi amplamente aceita na sociedade estadunidense. O governo e os políticos nunca revelaram as verdadeiras intenções, essas ficaram nas entrelinhas – aquelas que só os que estudam política e são observadores conseguem ler.

O governo manipulou o discurso para que fosse dito o que os estadunidenses queriam ouvir. “Most people prefer to think of fights [...] as clashes between good and evil, where they are on the side of the angels and their opponents are aligned with the evil¹⁰⁴” (MEARSHEIMER, 2001, p. 23). Isso foi o que aconteceu com a Guerra ao Terror e com a declaração da Estratégia de Segurança Nacional, os Estados Unidos manipularam as palavras para criar uma história antagônica, onde o bem se enfrentava ao mal, a civilização ao terrorismo,

¹⁰³ Porque os americanos não gostam da realpolitik, o discurso público nos Estados Unidos sobre política externa geralmente é expresso na linguagem do liberalismo. [...] Atrás das portas fechadas, no entanto, as elites que fazem as políticas de segurança nacional falam principalmente a linguagem do poder, e os Estados Unidos atua no sistema internacional de acordo com o que dispõe a lógica realista (tradução nossa).

¹⁰⁴ A maioria das pessoas prefere pensar nas lutas [...] como confrontos entre o bem e o mal, onde eles estão do lado dos anjos e seus adversários estão alinhados com o mal (tradução nossa).

os libertadores aos tiranos. “[...] [L]eaders tend to portray war as a moral crusade or an ideological contest, rather than as a struggle for power¹⁰⁵” (MEARSHEIMER, 2001, p. 23). Não pode-se negar o tom ideológico da Guerra ao Terror, o cenário que os Estados Unidos criaram, o perfil do adversário também criado por eles, como a personificação do mal, atribuindo-lhe a culpa de tudo.

Espera-se que essa ficção inventada pelos Estados Unidos fique implícita com estas citações e ao longo do Trabalho, pois o autor, ainda que estadunidense, foi consideravelmente objetivo no seu trabalho com relação a este ponto. Mearsheimer aponta que seria mais fácil, e mais aceitável, empreender uma guerra contra um inimigo difuso (que poderia mudar a qualquer momento, quando os Estados Unidos quisessem), um país pobre e sem capacidade suficiente de retaliação. Também, seria mais aceitável assumir o papel de mocinhos, levando valores como a democracia e a liberdade na luta contra a tirania e a opressão destes governos autoritários. Assim, os Estados Unidos, sob um mesmo governo, conseguiram enganar parte do povo com essa história tirada de um filme de Hollywood não só uma vez, mas duas vezes. Essa combinação de política e moralidade encaixou perfeitamente no ideário do povo americano, e foi fácil ser vendido. “[Sometimes] [...] realist policies can be justified with liberal rhetoric without having to discuss the underlying power realities¹⁰⁶” (MEARSHEIMER, 2001, p. 26).

“When power considerations force the United States to act in ways that conflict with liberal principles, ‘spin doctors’ appear and tell a story that accords with liberal ideals¹⁰⁷” (MEARSHEIMER, 2001, p. 26). A partir do atentado às torres gêmeas, o personagem terrorista começou a ser desenhado na mente do povo americano com o propósito de que, no momento que os Estados Unidos invadissem a região, o povo já tivesse uma imagem distorcida desta (tirânica, autoritária, conflituosa, terrorista, sem piedade). Pouco importaram as diferenças ideológicas tidas com a China e com a Rússia, muito menos importou o fato de que os Estados Unidos ainda tinham tropas no Norte da Ásia e na Europa; os “spin doctors¹⁰⁸” apareceram, nos discursos norte-americanos, informando que contavam com a ajuda dos seus agora aliados.

Quando se analisa a Guerra ao Terror, como uma estratégia e não só como uma defesa, como nos discursos, alguns pontos começam a unir-se. Ainda que a guerra seja uma estratégia

¹⁰⁵ Os líderes tendem a retratar a guerra como uma cruzada moral ou uma disputa ideológica, e não como uma luta por poder (tradução nossa).

¹⁰⁶ Às vezes as políticas realistas podem ser justificadas com retórica liberalista sem ter que discutir as realidades de poder subjacentes (tradução nossa).

¹⁰⁷ Quando as considerações de poder forçam aos Estados Unidos a agir de formas conflitantes com os princípios liberalistas, os “spin doctors” aparecem e contam uma história que segue os ideais liberalistas (tradução nossa).

¹⁰⁸ Os spin doctors são porta-vozes contratados para fazer declarações favoráveis à mídia ou a um determinado comportamento político.

cara, às vezes, a conquista permite ganhar mais dinheiro e poder. “[...] [C]onquerors [...] gain power by confiscating natural resources such as oil and foodstuff. [...] Furthermore, conquest sometimes pays because the victor gains strategically important territory¹⁰⁹” (MEARSHEIMER, 2001, p. 150). Verdadeiramente, sabe-se que um dos motivos pelos quais os Estados Unidos invadiram a região foi para apoderar-se do petróleo e para afirmar sua presença ali. Também podemos ir além, e complementar a teoria do Realismo Ofensivo de Mearsheimer com a teoria do Rimland de Spykman. Spykman cria uma teoria de contenção política, defendendo que o Rimland, um cinturão de países que rodeiam a Europa, é uma zona muito importante (entre esses países, estão: China, Coréia, Irã, Afeganistão, Arábia Saudita e algumas regiões da Ásia), pois ali reside a maioria das pessoas do mundo e grande parte dos recursos naturais mundiais. Spykman sempre demonstrou seu apoio às políticas expansionistas e imperialistas dos Estados Unidos. Assim, a formulação do Rimland como zona de amortecimento foi importante para conter a expansão de potências, como Rússia e alguns países da Europa. Esse ponto de vista também pode fazer sentido quando nos indagamos sobre o porquê de os Estados Unidos terem decidido invadir aquele território. E a resposta é imediata, qual seja, imperialismo, expansão de poder, posse dos recursos naturais e contenção das potências, que são seus rivais no sistema internacional anárquico e competitivo.

Com relação à invasão ao Iraque (2003), os Estados Unidos tentaram chantagear o país, enviando o ultimato de quarenta e oito horas¹¹⁰, porém, o país não cedeu e não fez nenhum tipo de concessão. Então, os Estados Unidos, sem a permissão da ONU, decidiram invadi-lo. Essa ausência de aval é importante ser analisada, pois o autor desacredita no poder das organizações internacionais de mediar conflitos ou de coagir os Estados a atuarem contra seus interesses estratégicos, priorizando a cooperação. De modo oposto, acredita que as instituições são ferramentas criadas pelas grandes potências “[...] so they can maintain, if not increase, their own share of world power¹¹¹” (MEARSHEIMER, 2001, p. 364).

Então, um dos preceitos do liberalismo, que destaca que as instituições ajudam a reduzir a competição entre os países, é contrariada, haja vista, “the United States is the most powerful state in the world, and it usually gets its way on issues it judges important. If it does not, it

¹⁰⁹ Os conquistadores ganham poder confiscando recursos naturais, como o petróleo e alimentos. Além disso, a conquista às vezes compensa porque o vencedor ganha território estrategicamente importante (tradução nossa).

¹¹⁰ O ultimato e os antecedentes foram abordados no capítulo sobre Política Externa dos EUA, bem como, a resultante invasão do Iraque.

¹¹¹ Para que possam manter, pra não dizer aumentar, a sua própria parcela de poder mundial (tradução nossa).

ignores the institution and does what it deems to be in its own national interest¹¹²” (MEARSHEIMER, 2001, p. 365). Essa postura soberba ficou bastante clara com a invasão do Iraque, quando os EUA agiram unilateralmente sem o apoio e nem a autorização do Conselho de Segurança da ONU.

Quem sim apoiou a Guerra do Iraque, principalmente por motivos estratégicos, foram as grandes potências: Grã-Bretanha, China e Rússia. Ao apoiar a guerra, essas potências também estariam liberadas a intervir em nome da autodefesa. À Rússia, lhe interessava justificar a intervenção e briga contra a Chechênia, e à China, lhe interessava justificar a luta contra o movimento de contestação. Combates mundiais como este são oportunidades perfeitas para tentar conquistar Estados ou tentar mudar o equilíbrio de poder, pois devido à tensão e medo espalhados no sistema internacional, os países estão liberados a armar-se e a justificar lutas contra adversários.

A NSS de 2002, sem dúvidas, aumentou a instabilidade do sistema internacional. Os Estados não só temiam pelo armamento dos Estados Unidos, mas também, temiam ser objeto de intervenções preventivas por parte deste gigante. Esse temor faz com que alguns Estados reorientem as suas políticas externas em nome da segurança nacional e, que aumentem o investimento em defesa. As alianças são muito bem-vindas em momentos como este, mas, como compara Mearsheimer, elas são como casamentos de conveniência: aliar-se hoje, para sobreviver hoje. Devido à instabilidade do sistema e que as intenções dos Estados poderem mudar; os aliados de hoje, amanhã, podem ser inimigos, e vice-versa.

Quanto às estratégias para obtenção de poder durante a Guerra ao Terror, os Estados Unidos combinaram a estratégia de *balancing* (porque enfrentaram o inimigo diretamente), a estratégia de *buck-passing* (fizeram com que outras potências se unissem à sua luta) e *bandwagoning* (fizeram com que países menores também se unissem à sua causa). Quanto ao *balancing*, que foi a atuação direta dos Estados Unidos, podemos ver que eles usaram todas as estratégias que Mearsheimer traça para que esta funcione: 1- enviaram uma mensagem clara e confrontadora ao agressor pelos meios diplomáticos (NSS, discursos, conferências, etc.), 2 - criaram alianças defensivas com outros Estados que também se sentiam ameaçados pelo terrorismo (o combate ao terrorismo interessa à grande maioria dos Estados, ninguém quer ser visto como defensor deste – e, portanto, inimigo dos Estados Unidos), 3 - empenharam mais recursos para conter e vencer o inimigo (MEARSHEIMER, 2001). Em números, os Estados

¹¹² Os Estados Unidos são o Estado mais poderoso do mundo, e geralmente consegue o que quer em questões que julga importantes. Se não conseguirem, ignoram a instituição e fazem o que consideram ser do seu próprio interesse nacional (tradução nossa).

Unidos gastaram um trilhão de dólares só na intervenção do Afeganistão – desde os ataques de 11 de setembro até a retirada das suas tropas em 2021 (STEWART, 2021).

Em entrevista, Mearsheimer fala sobre a invasão do Afeganistão, dizendo que, ainda que alguma força militar seja justificada, não deveria depender somente disso, mas também de ganhar corações e mentes: “[it] may sound somewhat odd coming from a Realist, [but I think that] the Bush administration’s policy is wrong-headed because it places too much emphasis on using military force to deal with the problem, and not enough emphasis on diplomacy¹¹³” (MEARSHEIMER, 2002a, s.p.).

[U]sing military force in the Arab and Islamic world is just going to generate more resentment against us and cause the rise of more terrorists and give people cause to support these terrorists. So I'd privilege diplomacy much more than military force in this war, and I think the Bush administration would be wise if it moved more towards diplomacy and less towards force¹¹⁴ (MEARSHEIMER, 2002a, s.p.).

Nessa citação, pode-se observar que ainda que o autor seja tributário do realismo e tenha desenvolvido uma teoria sobre o quão agressivo e perigoso é o sistema internacional, onde os Estados competem por mais poder, não descarta a importância da diplomacia, que continua sendo um meio eficiente e barato de solucionar problemas – e não criar outros. Ainda que as grandes potências recebam incentivos do sistema internacional para comportar-se agressivamente, não significa que os Estados sempre sejam agressivos.

5.3 O Realismo Ofensivo aplicado à Política Externa Brasileira

Ainda que o Brasil não seja uma grande potência e que os Estados Unidos, segundo Mearsheimer, sejam o único hegemom regional do mundo, pode-se aplicar a teoria do realismo ofensivo para potências emergentes com o finalidade de evidenciar que estas seguem os padrões de comportamentos das grandes potências, pois continuam sendo atores racionais atuando em um sistema anárquico e competitivo, cujo propósito é o mesmo entre todos: sobreviver. A emergência destas novas potências, de fato, deixa o sistema mais perigoso, tanto para as grandes potências (que temem perder poder para os emergentes), quanto para os emergentes (que temem

¹¹³ Isso pode parecer estranho de alguma forma vindo de um Realista, [mas acredito que] a política do governo Bush está errada porque coloca demasiada ênfase no uso da força militar para lidar com o problema, e pouca ênfase na diplomacia (tradução nossa).

¹¹⁴ Usar a força militar no mundo árabe e islâmico só irá gerar mais ressentimento contra nós e causar o surgimento de mais terroristas e dar motivos para que as pessoas apoiem estes terroristas. Então, eu privilegiaria muito mais a diplomacia do que a força militar nesta guerra, e acho que o governo Bush seria mais sábio se atuasse mais pela diplomacia e menos pela força (tradução nossa).

ser contidos ou derrotados pelas grandes potências). Se analisarmos a posição do Brasil a partir da perspectiva da América do Sul, podemos perceber que o Brasil, por vezes, teve um relacionamento tenso com a Argentina, principalmente na formação de ambos Estados, ainda que os dois países não tenham rompido relações. Isso se deve à intenção de os dois países quererem aumentar o seu poder, e talvez, chegar a ser hegemom regional, posto que pode ser somente de um país e “[b]ecause one state’s gain in power is another state’s loss¹¹⁵” (MEARSHEIMER, 2001, p. 34).

Por outro lado, se analisarmos a posição do Brasil desde o plano continental, levando em conta que Mearsheimer considera que os Estados Unidos são os únicos hegemom regional, poderemos compreender o porquê de os Estados Unidos sempre buscarem estratégias para minar a expansão do Brasil, bem como, para diminuir o seu poder e sua economia. Pela sua localização geográfica, um pouco mais longe dos Estados Unidos, o Brasil possui mais autonomia do que alguns países, como o México, por exemplo, porém “the hemispheric leader nevertheless imposes significant limitations on Brazilian foreign policy. Most fundamentally, US predominance tightly restrains the use of military force¹¹⁶” (WEYLAND, 2016, p. 150).

O Brasil, no período estudado, não precisou (e nem pôde) usar das estratégias de guerra e chantagem para conseguir mais poder. Foi inserindo-se aos poucos no sistema internacional, aproveitando as condições favoráveis e as oportunidades, junto com outros emergentes. No caso, o Brasil se insere no sistema internacional travando boas relações (econômicas e políticas) com os países, erguendo-se até como “defensor” de alguns, como player neutro, disposto a relacionar-se com os Estados por pragmatismo.

“This fundamental role of a global leader prevents a rising middle power such as Brazil from pursuing its goals via aggression; territorial conquest, which ambitious countries commonly used in earlier times, is out of the question¹¹⁷” (WEYLAND, 2016, p. 150). Também, se o Brasil expusesse uma postura imperialista e conquistadora, não só os Estados Unidos perceberiam esse posicionamento como um risco, como seus vizinhos também não iriam ficar tranquilos com a ideia, e, possivelmente, buscariam formas para detê-lo. Por esse motivo, como descreve Mearsheimer, não é porque os países não entrem em guerra que eles não possuam intenções revisionistas. Às vezes, o cálculo militar os impede de entrar em guerras.

¹¹⁵ Porque o ganho de poder de um Estado é a perda de outro (tradução nossa).

¹¹⁶ O líder hemisférico mesmo assim impõe limitações significativas à política externa brasileira. Principalmente, a predominância dos Estados Unidos restringe fortemente o uso da força militar (tradução nossa).

¹¹⁷ Esse papel fundamental de líder global impede que uma potência média emergente como o Brasil persiga seus objetivos por meio da agressão; a conquista territorial, que países ambiciosos usaram comumente em épocas anteriores, está fora de questão (tradução nossa).

Isso não significa que o Estado tenha deixado de ser influenciado pelo sistema internacional a adotar uma postura agressiva, significa, tão somente, que o Estado é prudente e conhece as suas limitações.

Se analisarmos o governo FHC seguindo o ponto de vista de que esteve alinhado aos Estados Unidos, podemos dizer que o Brasil, naquela época, seguiu uma das estratégias que Mearsheimer aconselha evitar porque acredita ser usada somente por Estados fracos, qual seja, o *bandwagoning*. Alguns autores, como exposto no capítulo sobre a PEB, acreditam que o Brasil seguiu durante esse período os ordenamentos dos Estados Unidos. Com o intuito de conseguir benefícios com o programa norte-americano de Iniciativa para as Américas, dos anos 1990, acabou cedendo mais poder aos Estados Unidos, e talvez, desperdiçando os primeiros anos da Guerra ao Terror. O Brasil deveria ter aproveitado que os Estados Unidos estavam em uma guerra tão custosa para posicionar-se com mais autonomia e confiança no sistema internacional, tirando vantagem dos “tempos de guerra” para aumentar a sua defesa e investir em força militar. Deveria ter usado a estratégia de *bloodletting*, aproveitar que os Estados Unidos entraram em uma guerra longa e custosa, junto com outras grandes potências, para destacar-se e mudar o equilíbrio de poder ao seu favor.

Para demonstrar que o Brasil quis ascender como potência regional na América do Sul, Weyland observa exemplos históricos onde o Brasil quer demonstrar uma postura autônoma e independente dos ditames dos Estados Unidos – ainda que isso tenha trazido consequências:

Brazil's quest for influence drives its foreign policy behavior as a 'revealed preference'. This self-interest causes the striking inconsistency of Brasília's adherence to international norms. The country eagerly put strong pressure on its weak neighbor Paraguay to safeguard democracy, but was reluctant to support US pressures for democracy in Peru in 2000 and Venezuela in 2014–2015; however, Brazil claimed to have defended democracy in Honduras in 2009, again in opposition to US efforts. [...] [T]hese inconsistencies follow a Realist logic: Brazil pressures weak neighbors, yet resists what it sees as attempts to reinforce US hegemony in the Western hemisphere¹¹⁸ (WEYLAND, 2016, p. 155).

Historicamente, o Brasil tem aplicado a estratégia de *bandwagoning*. As políticas brasileiras têm seguido os ditames estadunidenses com o intuito de tirar proveito de algumas políticas voltadas à América Latina. Alguns autores como Pecequillo (2012) e Berringer (2014),

¹¹⁸ A busca do Brasil por influência guia o comportamento da sua política externa como uma “preferência revelada”. Esse interesse próprio causa uma notável inconsistência do Brasil em aderir-se às normas internacionais. O país pressionou fortemente o seu fraco vizinho Paraguai para salvaguardar a democracia, mas foi relutante em apoiar as pressões estadunidenses por democracia no Peru em 2000 e na Venezuela em 2014-2015; no entanto, o Brasil alegou ter defendido a democracia em Honduras em 2009, novamente em oposição aos esforços dos Estados Unidos. [...] [E]ssas inconsistências seguem a lógica realista: o Brasil pressiona os vizinhos fracos, mas resiste ao que vê como tentativas de reforçar a hegemonia dos Estados Unidos no hemisfério ocidental (tradução nossa).

acreditam que, no governo FHC, o Brasil esteve alinhado aos Estados Unidos. Se esteve, pode-se confirmar a estratégia de *bandwagoning*, porém, talvez com a Guerra ao Terror, o presidente FHC tenha se decepcionado, pois nos anos 1990, os Estados Unidos prometeram aplicar recursos em políticas voltadas ao desenvolvimento da América Latina (conhecido como Iniciativa para as Américas), não obstante, não cumpriram, pois, seus recursos foram destinados à luta contra o terrorismo.

Já no final do governo FHC e no transcorrer do governo Lula, pode-se notar um afastamento do Brasil perante os Estados Unidos e uma busca por mais poder e mais influência no sistema internacional. Tudo isso no intuito de garantir o seu lugar como potência em ascensão. Weyland acredita que, ainda que o Brasil como potência seja “rival” dos Estados Unidos (seguindo a lógica realista de que todas as potências são rivais porque ganham poder às custas das outras), ele ainda é muito influenciado pelo gigante norte-americano. “Consequently, the US is both Brazil’s traditional role model and its primary rival [...]. Driven by the Realist quest for relative clout, Brazil’s rise would come at the expense of US influence¹¹⁹” (WEYLAND, 2016, p. 160). A influência dos Estados Unidos sobre a ação externa do Brasil é prevista por Mearsheimer, que acredita que os países tendem a imitar e a inovar agressões bem-sucedidas. Mesmo que o Brasil tenha decidido não optar por inserir-se no sistema internacional através da guerra ou do uso direto da força, sua ascensão caracteriza-se como um comportamento agressivo por desafiar uma mudança no equilíbrio de poder (na estrutura do sistema internacional).

As estratégias que Mearsheimer não aconselha seguir são as de *appeasement* e *bandwagoning*, pois cedem poder ao agressor. O Brasil tentou, no governo Lula principalmente, não ceder aos Estados Unidos mais poder do que eles já tinham. Agiu pragmaticamente, defendendo seus próprios interesses nacionais e foi ganhando aos poucos mais poder. Segundo Weyland (2016), ainda que o confronto não tenha sido direto – pois o Brasil nunca confrontou aos Estados Unidos abertamente –, era a primeira vez que os Estados Unidos enfrentavam a ascensão de um rival no seu próprio hemisfério. “Brazil has cautiously refrained from frontally challenging US ‘hierarchy’ in the Western hemisphere. Instead, the lusophone aspirant has only sought ‘soft balancing against the United States’¹²⁰” (WEYLAND, 2016, p. 162).

¹¹⁹ Consequentemente, os Estados Unidos são o modelo tradicional a seguir do Brasil e seu principal rival. Impulsionado pela relativa busca realista por influência, a ascensão do Brasil viria às custas da influência dos Estados Unidos (tradução nossa).

¹²⁰ O Brasil cuidadosamente se absteve de desafiar frontalmente a “hierarquia” dos EUA no hemisfério ocidental. Ao invés disso, o aspirante lusófono buscou apenas um “suave equilíbrio contra os Estados Unidos” (tradução nossa).

Porém, o Brasil não descarta a possibilidade de se aliar aos Estados Unidos se isso for conveniente e for necessário para alcançar seus objetivos, contudo, o poder que o Brasil ganha nessa época, lhe concede mais vantagem de barganha. O Brasil sabe que os Estados Unidos são um parceiro necessário, bem como, os Estados Unidos sabem que os seus rivais também podem tirar vantagens em se relacionar com o Brasil, principalmente a China em ascensão. Aqui podemos observar as alianças que Mearsheimer descreve como casamentos de conveniência: se cooperar com os Estados Unidos for oportuno, o Brasil será seu aliado; mas, se aliar-se aos adversários dos Estados Unidos lhe trazer mais benefícios, ele não hesitará em romper essa aliança com o seu grande vizinho continental. O poder também concede ao Brasil a possibilidade de uma aliança que traga benefícios mútuos, seja com o parceiro que for. Weyland (2016) tem uma perspectiva um pouco negativa sobre o *bandwagoning* brasileiro, acredita que, ainda que o Brasil tenha um leque diversificado de parceiros e mantenha boas relações com inúmeros países, “[...] the US remains vital for its future development, a precondition for increasing national power¹²¹ [...]” (WEYLAND, 2016, p. 162). Por esse motivo, ainda que o Brasil queira diversificar seus parceiros, ainda não pode cortar relações com os Estados Unidos.

Mearsheimer acredita que ainda que a prosperidade econômica seja importante, quando entra em conflito com a sobrevivência do Estado e a busca pelos próprios interesses, esta deve ser deixada para depois, e deve-se priorizar a garantia de poder. “Great powers must be forever vigilant and never subordinate survival to any other goal, including prosperity¹²²” (MEARSHEIMER, 2001, p. 371). Por esse motivo, o Brasil permanece procurando oportunidades (intenções revisionistas) onde possa adquirir mais poder e aumentar a sua influência regional. Principalmente quando os Estados Unidos estão focados em outras regiões do mundo, como aconteceu na Guerra ao Terror, onde os Estados Unidos estavam focados no Oriente Médio, o Brasil interpreta isso como oportunidade de preencher esse vácuo de poder e dominância regional. Para que seus vizinhos não se sintam inseguros e vejam o Brasil como perigoso ou inimigo, o país teve que formar boas relações regionais. A criação do Mercosul foi muito produtiva, pois tenta criar relações interdependentes com os seus vizinhos, principalmente com o seu grande rival: Argentina. “Brazil has seen MERCOSUL as a sub-

¹²¹ Os EUA permanecem vitais para o futuro desenvolvimento, uma pré-condição para aumentar o seu poder nacional (tradução nossa).

¹²² As grandes potências devem estar sempre vigilantes e nunca subordinar a sobrevivência a qualquer outro objetivo, incluindo a prosperidade (tradução nossa).

regional alliance that strengthens its political hand and bargaining position vis-à-vis the US¹²³” (WEYLAND, 2016, p. 165).

¹²³ O Brasil tem visto o Mercosul como uma aliança sub-regional que fortalece a sua política e a sua posição de barganha frente aos EUA (tradução nossa).

6 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA OS PAÍSES ISLÂMICOS DO ORIENTE MÉDIO

Este capítulo pretende descrever a PEB para os países islâmicos durante o governo de FHC e também nos primeiros anos do governo de Lula, que foram os dois presidentes que tiveram de lidar com os desdobramentos diretos da Guerra ao Terror. FHC presenciou os ataques de 11 de setembro, a formulação da Doutrina Bush e a invasão ao Afeganistão, e, por sua parte, Lula presenciou a invasão do Iraque (Segunda Guerra do Golfo), que, como tentará se explicar, a invasão foi o resultado do ápice das tensões entre Estados Unidos e Iraque (e, especificamente, entre Bush pai e Bush filho com Saddam Hussein, como explicado no capítulo sobre Política Externa dos Estados Unidos).

O capítulo então, estará dividido em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo abordará um breve apanhado histórico da região do Oriente Médio, pois assim, poderá ser explicado o conceito de Fundamentalismo Islâmico, e também, o leitor poderá entender alguns posicionamentos externos dos países da região. O segundo subcapítulo mapeará brevemente as relações históricas do Brasil com a região do Oriente Médio. E, por fim, o terceiro subcapítulo detalhará as relações do Brasil com cada país islâmico do Oriente Médio, analisando as mudanças na política externa brasileira e a influência estadunidense nesta.

6.1 Breve histórico do Oriente Médio

Para poder descrever as relações do Brasil com os países islâmicos do Oriente Médio, faz-se necessário, primeiramente, contextualizar ao leitor sobre um pouco da história desta região e do quanto os países têm sofrido – principalmente nas mãos do Ocidente – e só assim, poder entender os fenômenos que ocorrem (como o surgimento e as causas do fundamentalismo islâmico) ou as posturas que adotam.

O auge das conquistas muçulmanas se deu durante o Império Otomano, que conquistou territórios no Oriente Médio, na África e no Leste Europeu. Segundo Menezes (2012, p. 203), “[...] levaram o crescente ao Egito, à África do Norte, a toda a Espanha, à Aquitânia e à Septimânia, e, do lado oriental, à Síria, à Palestina, à Pérsia, à Armênia, à Babilônia, à Bocara, ao Afeganistão, ao Turquestão e à própria Índia”.

Após seu apogeu, no século XIX já se evidenciava a decadência e a Primeira Guerra Mundial acabou o levando à sepultura. Em 1916, França e Inglaterra fazem um acordo, que

ficou conhecido como Sykes-Picot¹²⁴. Nesse acordo, os dois países pactuam a partilha do Oriente Médio, sem considerar as particularidades da região e as diversidades étnica, religiosa e cultural, somente guiados com o fim de favorecer os seus próprios interesses econômicos e políticos. “Para os árabes, foi essa a primeira lição acerca da ciência do jogo político internacional moderno amparado pela força (*power politics*)” (MENEZES, 2012, p. 205, grifo do autor).

É importante frisar, adotando um olhar ocidentalista, mas empático, a tardia independência desses povos. Enquanto a América do Sul, por exemplo, já estava independente e aproveitando as oportunidades econômicas que o período entre guerras lhe fornecia, a região ainda estava lutando contra o domínio estrangeiro. Essa luta contra a opressão estrangeira surgiu com o nacionalismo árabe, porém este ainda era jovem e não tinha forças para posicionar-se contra a repressão anglo-francesa. O nacionalismo árabe também se opunha ao surgimento do movimento sionista, que ganhara força na região pela mesma ajuda estrangeira das potências opressoras¹²⁵.

“Os próprios ideais e princípios básicos de democracia ocidental não poderiam deixar de ser menosprezados pelos árabes, que não compreendiam porque a Inglaterra e a França pregavam e praticavam a democracia em casa e a negavam para seus países” (MENEZES, 2012, p. 207). Quem procura estudar a região, não pode abdicar da compaixão e da sensibilidade. No entanto, a amizade entre o Oriente e o Ocidente seria possível, segundo Menezes (2012), se os líderes ocidentais tivessem tomado outra postura. “Durante 20 anos o Ocidente recusou-se a ganhar a duradoura gratidão e amizade dos árabes [...]. As súplicas de vários líderes nacionalistas para uma conduta mais racional tinham caído em orelhas moucas” (MENEZES, 2012, p. 207).

Outra atitude considerada como traição foi que, depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos apoiaram abertamente Israel. A criação do Estado de Israel instaurou o caos em uma região já sensível e instável. Com a criação do Estado, muitas pessoas ficaram como refugiados, tendo que pedir asilo nos países fronteiriços ou vizinhos (Líbano, Síria, Jordânia, Egito). Essas pessoas, em qualidade de refugiados, vivem, até os dias de hoje, em condições

¹²⁴ O acordo de Sykes-Picot, de 1916 entre França e Inglaterra, foi criado para redesenhar o mapa do Oriente Médio, partilhando regiões que ficariam sob o domínio francês ou britânico. A França recebeu o Norte (Síria, Líbia e o norte da Palestina) e a Inglaterra recebeu o Sul e a Mesopotâmia. Devido à falta de consideração das particularidades da região, as potências formaram pequenos Estados, que acabaram sendo bastante heterogêneos. Para controlá-los, colocaram ditadores para governar os Estados (LOPES, 2017).

¹²⁵ A Declaração de Balfour – que é vista como traição ao povo palestino – “[...] não tinha qualquer valor, visto que a Inglaterra ou a Liga das Nações não podiam prometer território que não lhes pertencia [...]”, então, carecia de valor para os árabes (MENEZES, 2012, p. 205).

precárias. “Os gritos, os clamores desses farrapos humanos que ecoam por toda essa zona em volta de Israel só podem promover irritação, ódio e paixão pela ‘revanche’” (MENEZES, 2012, p. 215). As feridas das traições ocidentais estão cicatrizando, mas ainda estão muito vívidas no imaginário árabe. As organizações extremistas utilizam-se dessas feridas como propaganda para as suas ideologias de envenenamento contra o Ocidente. Algumas organizações, utilizam-se da fé muçulmana para propagar seus ideais nacionalistas violentos e extremos. Menezes (2012, p. 219) observa que “[...] o Islã, [é] para o mundo muçulmano, uma arma política [...]. O nacionalismo dos países muçulmanos encontra maior apoio e brilho, quando amparado no Islã. Encontram motivo para dizer que têm cultura, tradições e glórias iguais ou melhores que as dos países ocidentais”.

A região é instável e conflituosa, devido ao seu histórico de subordinação às potências imperialistas e também devido às diferenças que existem e que dividem aos povos. Por exemplo, ainda que a economia dos países tenha melhorado com a produção de petróleo, socialmente este recurso foi um divisor de classes (a minoria rica ligada ao setor petrolífero e a maioria pobre). De fato, uma das causas do fundamentalismo islâmico, apontadas por Pinto (2003), é o petróleo. Na década de 1970 e 1980, com as crises do petróleo, muitas pessoas ficaram desempregadas. O desemprego, somado às ditaduras e corrupções dos regimes impostos, criaram “[...] terreno propício ao recrutamento de islamistas” (PINTO, 2003, p. 32).

Assim, adentra-se no conceito de fundamentalismo islâmico, tentando responder a um dos objetivos propostos neste Trabalho. A palavra fundamentalismo, segundo Dias (2019, p. 81), deriva de conservadorismo: “[...] conservar é manter ou fazer manter algo [...] [sem importar] os meios nem as consequências”. Fundamentalismo Islâmico, então, é a versão conservadora (e até radical) do Islã.

Faz-se necessário ressaltar que não todos os muçulmanos são fundamentalistas, assim como nem todos os cristãos, budistas, hinduístas e etcetera, são fundamentalistas, pois o fundamentalismo existe nas religiões mais populares do mundo. Os fundamentalistas islâmicos consideram que as sociedades e valores ocidentais deturpam o Islã, por isso, defendem o retorno às suas bases, ao que considerariam o “Islã puro”. A questão que diferencia os muçulmanos radicais dos “moderados”, é o meio utilizado para converter os infiéis; os radicais utilizam-se da violência.

A separação entre radicais e moderados surge pelas diferentes interpretações dos ditos sagrados islâmicos. Dentre os diversos aspectos que a divergência na interpretação estimula ao radicalismo, a *jihad* é um deles. *Jihad* significa luta, esforço ou empenho, contudo, alguns muçulmanos acreditam que a *jihad* é o esforço em impor o Islã aos infiéis. Outros, acreditam

que *jihad* se trata de um esforço e uma luta interna para superar-se a si mesmo e conseguir maior desenvolvimento espiritual (DIAS, 2019). Para os fundamentalistas, a *jihad* é o dever do muçulmano de comandar “[...] uma guerra para defender a fé contra agressores” (LOPES, 2017, p. 59). Os *mujahideen* são os guerreiros sagrados da *jihad*. “Acreditam que sendo mártires, irão para o paraíso onde serão considerados inocentes e onde se poderão reunir com suas famílias para a eternidade” (LOPES, 2017, p. 59). Dentro das organizações fundamentalistas – consideradas “terroristas” – também há diferenças. Porém, devido aos inimigos em comum (Ocidente, Estados Unidos, Israel, valores ocidentais como democracia e cidadania, etc.), às vezes, essas diferenças são superadas por pragmatismo.

6.2 Breve histórico das relações Brasil-Oriente Médio

Para iniciar este estudo, torna-se fundamental ater-se a algumas considerações. Seguindo o embasamento teórico do Realismo Estrutural de Mearsheimer, o sistema internacional molda o comportamento dos Estados. É necessário, então, considerar: 1- as relações entre o Brasil e o Oriente Médio são guiadas pelos interesses dos países a relacionar-se; 2- o quão propício é o cenário internacional para essas relações; 3- os objetivos comerciais e econômicos dos países, que, às vezes, guiam as políticas externas; 4- a relevância da região ou país para o cumprimento dos objetivos nacionais ou estratégias adotadas (OLIVEIRA; LESSA, 2006).

Em 1871 e em 1876, Dom Pedro II, visitou algumas províncias do Império Otomano. Mesmo que sua visita tenha sido por motivos pessoais (interesse por civilizações antigas), cimentou as bases para a migração de “[...] uma parcela da população levantina, em contexto de grande instabilidade política e crise econômica” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p. 19). Depois de sua visita, muitos sírio-libaneses migraram para o Brasil, onde encontraram, além de acolhimento, “[...] amplas oportunidades de prosperidade material e intelectual, tolerância religiosa e representação política” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 10). Esses imigrantes, devido à sua condição de súditos do Império Otomano, vieram com passaportes turcos, daí a maneira genérica com que tratam todos os árabes como “turcos”.

A imagem do árabe para o brasileiro sofreu algumas mudanças com o passar do tempo, mas em sua maioria foi positiva, com uma mistura de sabedoria, romanticismo e mistério (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001). Os descendentes de libaneses, também ficaram

conhecidos por “brimos” “[...] dada a inexistência do ‘p’ em árabe [...]” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p. 18). Os imigrantes sírio-libaneses se desenvolveram como comerciantes e mascates, e se espalharam por todas as cidades do Brasil, mas em sua maioria, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nas pequenas cidades, “[...] o comércio às vezes está inteiramente em suas mãos” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 30). Prontamente, devido à sua dedicação ao comércio, suas formas de barganha e as facilidades de pagamento das mercadorias por parte de seus clientes, os comerciantes sírio-libaneses melhoraram a sua economia e condições de vida, espalhando a notícia para os seus parentes que tinham ficado nos seus países de origem e incentivando-os a migrar para o Brasil. Assim, o ápice da imigração foi de 1900 até 1930, aproximadamente (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001).

Os imigrantes participaram ativamente na formação do Brasil como nação, aportando para a formação econômica, cultural, arqueológica, gastronômica e social da sociedade. “Hoje, segundo estatísticas válidas, a população brasileira de origem árabe chega ao número de 12 milhões de habitantes, tornando-se a maior comunidade árabe no mundo [...]” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 82).

Segundo Santos (2015, p. 42), porém, ainda que o Brasil acolhesse um grande número de imigrantes árabes, o País “[...] não chegou a desenvolver laços políticos estreitos com o Oriente Médio até meados da década de 1940 [...]”, especificamente no governo Dutra (1946-1951), com a criação do Estado de Israel. De fato, talvez devido ao alinhamento da PEB de Dutra com os Estados Unidos, a mídia brasileira começou a corromper a opinião da sociedade brasileira, em favor de Israel e em oposição à Palestina e ao povo palestino, e esse prejuízo respingou dentro da própria sociedade.

Não é um exagero afirmar que para o povo e a diplomacia brasileira o Mundo Árabe foi reduzido ao mero papel de oponente e inimigo do Estado de Israel; conseqüentemente, a imagem do árabe passou a ser muito negativa, identificada ao fundamentalismo, ao terrorismo, ao radicalismo e à violência (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 361).

Já no governo Vargas (1951-1954), em janeiro de 1953, este “[...] declarou seu apoio ao nacionalismo árabe e aos movimentos de libertação nacional [...]” (SANTOS, 2015, p. 45).

Também, assinou alguns acordos com o Líbano¹²⁶ e com a Turquia¹²⁷. Embora Vargas tenha se posicionado em defesa das causas do Oriente Médio, sua relação foi discreta, pois o governante ainda pretendia o apoio dos Estados Unidos para o desenvolvimento nacional.

Apesar do forte relacionamento com os Estados Unidos e da influência norte-americana na PEB do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Brasil também teve contato com a região do Oriente Médio. Em 1956, o Brasil participou da primeira missão de paz da ONU, enviando forças militares para “[...] impedir um conflito de grandes proporções entre o Egito e a coalizão formada por França, Grã-Bretanha e Israel, durante a Crise de Suez [...]” (SANTOS, 2015, p. 45). A autora relata que o Brasil foi um dos primeiros países a prontificar-se para ajudar ao Egito a defender-se dos invasores. Ainda no governo de Juscelino, o Brasil assinou dois acordos com países islâmicos do Oriente Médio. O primeiro foi o Acordo Cultural assinado em 22 de novembro de 1957 com o Irã e o segundo foi outro Acordo Cultural, assinado em 17 de maio de 1960 com o Egito.

O governo de Jânio Quadros (1961), conhecido pela sua Política Externa Independente (PEI), “[...] não procurou aproximar-se do Oriente Médio, o que pode ser exemplificado pela inexistência de quaisquer acordos bilaterais com nações desta região” (SANTOS, 2015, p. 46-47). Isso pode ser entendido devido ao pouco tempo que o presidente ficou no poder. Era uma época bastante tensa e o Brasil estava sendo pressionado pelos Estados Unidos, que temiam¹²⁸ “[...] que a volta do regime presidencialista no Brasil significasse uma ameaça a seus planos hegemônicos” (SANTOS, 2015, p. 47). O governo de João Goulart não deu atenção às relações do Brasil com os países islâmicos do Oriente Médio. Em sua administração, assinou acordos com Israel e deu início às relações diplomáticas com o Marrocos, a Argélia e a Tunísia em 1961 (SANTOS, 2015).

Em 1964, o Brasil sofre um golpe militar, onde o país é diretamente alinhado com os Estados Unidos, sem perspectivas de uma política externa independente. Durante o governo militar, o projeto nacional de desenvolvimento do país será muito forte, e guiará as ações externas. Tanto é assim, que na década de 1970, com os Choques do Petróleo, o Brasil aproxima-se da região do Oriente Médio. “As relações diplomáticas intensificam-se entre 1974

¹²⁶ Vargas assinou um acordo em 28 de janeiro de 1952, sobre a Modificação do Acordo sobre Transportes Aéreos de 1951. No ano de 1954, Vargas assinou dois acordos. O primeiro foi no dia 10 de maio, sobre Declaração Conjunta e o segundo acordo era o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação no dia 12 do mesmo mês (SANTOS, 2015).

¹²⁷ Com a Turquia foi assinado um acordo, no dia 14 de dezembro de 1953, sobre o Ajuste de Pagamentos entre o Banco do Brasil e o Banco Central da República da Turquia (SANTOS, 2015).

¹²⁸ O cenário internacional sofria a bipolaridade da Guerra Fria. Os Estados Unidos temiam um regime presidencialista onde João Goulart desfrutasse de maior poder (SANTOS, 2015). Um presidente com mais poder e com uma PEI do domínio estadunidense, o Brasil se aliasse à União Soviética e apoiasse a causa comunista.

e 1977, com a abertura de dez embaixadas de países do Oriente Médio no Brasil. O país enviou ao mundo árabe igual número de embaixadores [...]” (SANTOS, 2015, p. 49). O Brasil também assinou acordos culturais, aéreos e marítimos com os países da região, não limitando-se somente ao setor comercial (importação de petróleo). Nesse período, o Brasil começou um relacionamento bastante sólido com o Iraque. Obviamente, o intuito era garantir o fornecimento de petróleo iraquiano, mas, segundo a autora, as relações entre ambos países se viram possibilitadas pela “[...] postura neutra que o governo brasileiro sempre adotou no que concerne aos assuntos internos do Iraque, algo que não acontecia quando Hussein negociava com países do Primeiro Mundo” (SANTOS, 2015, p. 49).

“No início dos anos 70, o chanceler Mário Gibson Barbosa, numa atitude de independência da política dos Estados Unidos, tomou as primeiras posições, visando à aproximação do Brasil com os países árabes” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 362). Em seguida, quando Israel invade o Líbano, em 1982, a opinião pública e dos meios de comunicação e informação começam a questionar o posicionamento israelense.

Silva e Pilla (2012) observam três períodos, ou fases, da PEB em relação ao Oriente Médio, no período pós-1945. O primeiro período foi o de aproximação. Esse período vai de 1947 até 1989, ou seja, desde o governo Dutra até meados do governo Sarney. Nele, o Brasil se aproxima da região por meio de sua participação ativa na ONU, ainda que com uma postura neutra e indiferente em relação à região, seguindo uma diplomacia pragmática. O segundo período caracteriza-se por um distanciamento e ocorre na década de 1990 durante os governos de Collor, Itamar Franco e FHC. Nessa segunda fase, o Brasil manteve distância do Oriente Médio, tanto por questões de conjuntura internacional, como por questões de prioridades. Nesse período, o Brasil se esforçava para tentar melhorar a sua imagem externa por uma mais democrática. O Brasil se empenha em melhorar as suas relações com os Estados Unidos, seguindo os ditames internacionais impostos pelos Estados Unidos, para desenvolver a economia brasileira e alçar-se como *global player*. Por fim, a última fase é de engajamento, e acontece a partir dos anos 2000, ainda no governo FHC e, principalmente, no governo Lula.

Assim, o próximo subcapítulo abordará sobre as relações do Brasil com os países islâmicos do Oriente Médio desde a década de 1990 até 2004, ano posterior à invasão do Iraque por parte dos Estados Unidos.

6.3 Relações do Brasil com países islâmicos do Oriente Médio: análise de possíveis mudanças

Como exposto no subcapítulo anterior, as relações entre o Brasil e os países islâmicos do Oriente Médio é influenciada pelos interesses nacionais. No governo de FHC, o objetivo de desenvolvimento econômico do país era uma das principais estratégias, então, as relações político-diplomáticas com estes países, muitas vezes, se deram em razão do comércio. “Alguns dizem que a economia é a única força que move a política internacional. No meu ponto de vista, há uma interação entre a política e a economia. Algumas vezes, a política lidera, outras vezes, a economia lidera” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 219). Também, Santos (2015, p. 48-49) defende que se deve levar em consideração que a PEB “[...] sempre buscou fazer da diplomacia um instrumento do desenvolvimento nacional, em outras palavras, a inserção internacional do país sempre esteve atrelada à ideia de desenvolvimento econômico”.

Por esses motivos, muitas vezes, a PEB se limitou ao comércio com alguns países, sem aprofundar as relações político-diplomáticas. É natural que, no cenário internacional, os Estados desenvolvam mais as suas relações políticas com uns países do que com outros. Isso depende muito da estratégia do Estado, do cenário internacional, e, obviamente, da economia e dos interesses econômicos. Na década de 1990, o Oriente Médio estava submerso em tensões e conflitos. As principais tensões se deram entre Israel e Palestina, que acabavam afetando toda a região. Também, o Iraque passou, quase toda a década de 1990, com problemas com a ONU, devido ao posicionamento de Saddam Hussein sobre a inspeção de possíveis armas de destruição em massa. Ao mesmo tempo, restavam tensões regionais devido à invasão do Iraque ao Kuwait na Primeira Guerra do Golfo.

Nesse momento, o Brasil, como exposto anteriormente, queria aprimorar a sua imagem internacional e desligar-se do período de ditadura militar, mostrando-se um país democratizado e não-contrário ao que os Estados Unidos impunham à comunidade internacional. Concomitantemente, segundo Oliveira e Lessa, “[...] o mundo árabe estava mais preocupado com atores relevantes para seus interesses mais imediatos do que com atores remotos, com reduzida, para não dizer inexistente, capacidade de influência sobre as questões prioritárias [...]” (2006, p. 254).

Seguindo essa linha de pensamento, o Embaixador Osmar Chohfi, em conversa¹²⁹, afirmou que ainda que o Brasil é uma potência média respeitada, “[...] não é uma grande potência que vá poder influir decisivamente nas questões do Oriente Médio [...]” (2022, p. 137). Então, pode-se dizer que o afastamento e até o desconhecimento entre as nações em questão, foi mútuo. Tanto os países do Oriente Médio, quanto o Brasil, estavam ocupados com solucionar os seus problemas internos para depois ampliar as relações, porém, sempre atentos às oportunidades. O Chanceler Luiz Felipe Lampreia, em 14 de outubro de 1996, observa que o Oriente Médio ainda era uma área instável e volátil, para tanto, afirma “[...] trata-se de uma situação que recomenda cautela, apoio imparcial mas interessado e uma atitude de observação atenta” (BRASIL 1996c, p. 115).

No entanto, no final da década de 1990 e, principalmente nos primeiros anos de 2000, o processo de reaproximação começou. “Não queremos chegar tarde às áreas novas que se reincorporam ao convívio internacional, e por isso estamos fazendo uma política ativa na África Austral e no Oriente Médio [...]”, discursa o Chanceler Luiz Felipe Lampreia (BRASIL, 1996c, p. 19).

A seguir, serão abordadas as relações bilaterais com cada país islâmico do Oriente Médio. Notou-se necessário destacar alguns indicadores sociais dos Estados, como também, em alguns casos, a história e o tipo de governo para uma melhor compreensão do leitor.

6.3.1 Reino da Arábia Saudita

A Arábia Saudita foi fundada “[...] em 1932 por Abd Al-Aziz Bin Abd Al- Rahman Al Saud após uma campanha de trinta anos para unificar a maior parte da Península Arábica” (IBGE, [2021?]a, s.p.). A sua religião oficial é o Islã e o idioma é o árabe. O Reino da Arábia Saudita, segundo dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de 2019, é o segundo país com maiores reservas de petróleo do mundo. Na Guerra do Golfo, com a invasão ao Kuwait por parte do Iraque, a Arábia Saudita ficou do lado do Kuwait, permitindo a entrada de refugiados e de tropas estrangeiras no seu território. A atual capital da Arábia Saudita é Riade, porém, antigamente era Jeddah. O regime político é monárquico.

¹²⁹ A conversa foi gentilmente cedida à autora do presente Trabalho, Jéssica Dayana Blanco Castillo, por disposição do Embaixador de ajudar na elaboração deste. O Embaixador dispôs-se a conversar pela plataforma Google Meet, no dia 7 de fevereiro de 2022. A conversa foi transcrita e se encontra disponível na parte de Anexos deste Trabalho.

O Brasil considerava a Arábia Saudita como um país interessante para relacionar-se, por esse motivo, iniciou o contato. No dia 23 de dezembro de 1968, iniciam-se as relações diplomáticas entre os dois países. No entanto, nenhum país abriu embaixada nesse ano, então “[...] a embaixada brasileira, em Beirute, [era a] encarregada de responder pela área relacionada com a Arábia Saudita, e a embaixada saudita em Washington, D.C, respondia pela área brasileira [...]” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 63-64).

Em 23 de janeiro de 1973, foram abertas as embaixadas em Brasília e em Jeddah. Ainda no governo Geisel, o Brasil convida o ministro das Relações Exteriores saudita a visitar o Brasil (no ano de 1974) e a visita propicia a assinatura de contratos comerciais e industriais. As relações comerciais fluem otimamente, pois a Arábia Saudita, além de importar armamento brasileiro, também estava interessada na compra de aviões, fragatas, submarinos e principalmente tanques e carros de assalto. Isso desperta a atenção dos EUA, no ano de 1979, pois a Arábia Saudita estaria deixando de comprar estes produtos dos EUA para passar a comprá-los do Brasil, diminuindo a sua dependência armamentista dos americanos (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001).

No ano de 1986, o Brasil transfere a sua embaixada para Riade, que passa a ser a nova capital do país. O Itamaraty caracteriza as relações bilaterais dos dois países como “[...] tradicionalmente intensas [...], com registro de visitas oficiais de parte a parte desde 1973. O fortalecimento das relações se intensificou a partir dos anos 2000 [...]” (BRASIL, 2021d, s.p.).

Em setembro de 2000, o então Príncipe Herdeiro, Abdullah bin Abdulaziz Al Saud, visita Brasília e reúne-se com FHC. Na ocasião, especificamente no dia 18 desse mês, o presidente FHC oferece um almoço em Brasília pelo motivo da visita do príncipe herdeiro e vice-primeiro ministro da Arábia Saudita. “O Brasil e a Arábia Saudita ocupam posições singulares em seus respectivos contextos regionais e caracterizam-se, em sua atuação política, pela busca do entendimento, da estabilidade e do desenvolvimento”, discursa Fernando Henrique (BRASIL, 2000, p. 61). O objetivo da visita foi impulsionar as relações bilaterais e o comércio principalmente, e conseguir o apoio do Brasil à adesão da Arábia Saudita à Organização Mundial do Comércio (OMC), que foi obtido. Para impulsionar o comércio bilateral, renegociou-se o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica de 1975. A renegociação deste, possibilitaria “[...] inclusive, o incremento da cooperação esportiva” (BRASIL, 2000, p. 62).

Mais tarde, em maio de 2002, Osmar Chohfi, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, visita, entre outros países, a Arábia Saudita. A visita foi para “[...] manter contatos de natureza política de alto nível, que possam aprimorar o já excelente relacionamento do Brasil com aqueles países” (BRASIL, 2002b, p. 131). Na entrevista anexada neste Trabalho, o Embaixador comenta que a visita teve por objetivos “[...] dar uma indicação do interesse do Governo brasileiro na aproximação das relações com o Mundo Árabe [...]”, realizando consultas políticas¹³⁰ e também “[...] explorar os possíveis caminhos para ampliar a cooperação econômica e comercial” (CHOHFI, 2022, p. 138).

No dia 5 de dezembro de 2003, o Presidente Lula viaja à Arábia Saudita, assim como ao Egito, Líbano, EAU e Síria. O objetivo da viagem era “[...] não apenas mostrar o Brasil como país que pode tornar-se parceiro no campo comercial, industrial, cultural, científico e tecnológico, mas também de mostrar a potencialidade da América do Sul” (BRASIL, 2003e, p. 148). O Presidente Lula leva como acompanhante ao ex-presidente da Argentina, Eduardo Duhalde como representante do MERCOSUL.

6.3.2 Reino do Bahrein

“Em 1783, a família sunita Al-Khalifa assumiu o poder no país. A fim de garantir as propriedades, fez tratados com o Reino Unido durante o século XIX, tornando-se um protetorado britânico. O arquipélago alcançou sua independência em 1971” (IBGE, [2022?]a, s.p.). A sua religião oficial é o Islã e o idioma é o árabe. A atual capital do Reino do Bahrein é Manama e a forma de governo é uma monarquia constitucional. O pequeno tamanho do país, “[...] a dependência econômica da Arábia Saudita e a proximidade com o Irã exigem que ele tenha um equilíbrio delicado entre os países vizinhos. Suas atividades de política externa geralmente se alinham com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos” (IBGE, [2022?]a, s.p.).

As relações diplomáticas com o Brasil começam no dia 26 de junho de 1974, com a criação da embaixada brasileira no Estado do Bahrein, cumulativa¹³¹ com a embaixada em

¹³⁰ Segundo o Embaixador, a consulta política é uma troca de impressões e informações entre chancelarias, onde “[...] você define uma agenda que interesse aos dois lados, e no contexto dessa agenda, você troca ideias, explica qual é a sua posição, dá informações ao seu interlocutor sobre temas em que você tem mais informação e colhe dele informações sobre temas que ele tem mais informação” (CHOHFI, 2022, p. 137). Na época, o Brasil deu informações à Arábia Saudita, aos Emirados Árabes Unidos e ao Kuwait sobre a situação na América Latina e colheu informações destes sobre a situação no Golfo (CHOHFI, 2022).

¹³¹ Existem embaixadas residentes e embaixadas cumulativas. Ainda que a Rede Diplomático-Consular brasileira seja bastante extensa, o Brasil não tem representações em todos os países. Embaixada residente, como o seu nome já sugere, é quando a representação diplomática de um Estado, localiza-se na capital de outro país. Quando uma

Jeddah. Em 1983, essa embaixada passa a ser cumulativa com a embaixada no Kuwait. Pelo lado do Bahrein, a sua embaixada em Washington foi a encarregada de representar o seu país no Brasil até o ano de 2018, quando o Bahrein decide abrir e reativar a sua embaixada no Brasil.

Até 1970, a economia se baseava na exportação de petróleo. Porém, a partir de 1970, o país começou a ter problemas financeiros devido à diminuição das suas reservas, o que o levou a diversificar a sua economia. Nesse processo, tornou-se um importante centro bancário da região. “Os bancos do Bahrein – um dos maiores centros financeiros do Oriente Médio – constituíram os maiores credores árabes do Brasil nas décadas de 1980 e 1990” (BRASIL, 2019, s.p.).

O Chanceler Luiz Felipe Lampreia se encontra com o chanceler bahreinita, xeique Mohammed Al-Khalifa, em 1996 e, em 1997, à margem da 51ª e da 52ª Assembleia Geral das Nações Unidas (BRASIL, 2019). Ainda que o Bahrein seja um dos maiores centros financeiros da região, não houveram contratos assinados no período analisado.

6.3.3 Estado do Catar

O grande conflito entre o Bahrein e os catarianos, em 1867, chama a atenção da Grã-Bretanha, que antes “[...] via o Catar como uma dependência do Bahrein. [Como solução ao conflito, a Grã-Bretanha assina] [...] um tratado separado com Muhammad Ibn Thani em 1868, definindo o rumo tanto para a futura independência do Catar como para o governo do Al Thani”¹³² (IBGE, [2022?]b, s.p.). O Catar, antigo protetorado britânico, consegue sua independência em 1971. A sua religião oficial é o Islã e o idioma é o árabe. A atual capital do Catar é Doha. O Catar é um emirado, um tipo de regime político governado por um emir. No atual ano de 2022, a Copa do Mundo será realizada no Catar.

No dia 20 de maio de 1974, três anos após a sua independência, iniciam-se as relações diplomáticas com o Brasil. “O Brasil se fazia representar por seu embaixador em Jedá (a partir de 1974) e em Abu Dhabi (a partir de 1983) e o Catar, por seu representante permanente junto às Nações Unidas, em Nova York” (BRASIL, 2021b, s.p.). No ano de 1997, o Catar abre a sua embaixada residente na capital brasileira, porém, dois anos depois, em 1999, o país decide

embaixada é cumulativa, portanto, significa que os serviços são prestados à distância, através de uma embaixada residente em outro país. Neste caso, por exemplo, o Brasil possuía embaixada residente (prédio físico) no território da Arábia Saudita, em sua capital Jeddah. O Brasil não abriu embaixada residente no Bahrein, então, a embaixada em Jeddah passou a representar ao Brasil na Arábia Saudita (caráter de embaixada residente) e no Bahrein (caráter de embaixada cumulativa).

¹³² A Família Al Thani era uma família importante catariana, que governa o emirado até os dias de hoje.

fechá-la “[...] diante da falta de reciprocidade por parte do Brasil” (BRASIL, 2021b, s.p.). No período, o Brasil estaria passando por problemas financeiros que impossibilitaram o cumprimento do acordo com o Catar. No entanto, no ano de 2005, o ministro Celso Amorim visita Doha e a embaixada do Brasil é reaberta em fevereiro do mesmo ano, desta vez, em caráter de embaixada residente. O Catar, por sua parte, reabre a sua embaixada em Brasília em 2007 (BRASIL, 2021b).

No período analisado, não houveram pronunciamentos com relação ao Catar e os acordos bilaterais assinados são de 1994 (Declaração Conjunta) e 2010.

6.3.4 República Árabe do Egito

A República do Egito já era civilizada desde o ano de 3200 A.C., aproximadamente. Foi governado por várias dinastias: gregos, bizantinos, romanos e persas.

Os árabes introduziram o islamismo e a língua árabe no território no século VII e lá governaram pelos seis séculos seguintes.

Uma casta militar local, os mamelucos, assumiu o controle por volta de 1250 e continuou a governar após a conquista do Egito pelos turcos otomanos em 1517.

A conclusão da obra do Canal de Suez, em 1869, elevou o país como importante centro de transporte mundial.

Para proteger seus investimentos, a Grã-Bretanha assumiu o controle do governo do Egito em 1882, mas a lealdade ao Império Otomano continuou até 1914.

O Egito ficou parcialmente independente da Grã-Bretanha em 1922 mas só adquiriu soberania em 1952 (IBGE, [2022?]c, s.p.).

A religião oficial é o Islã e o idioma é o árabe. A religião está presente em tudo, regulando o cotidiano e todas as coisas (MENEZES, 2012). A atual capital do Egito é Cairo. O regime político do Egito é republicano. Hoje em dia, o Egito é visto como “[...] atual porta-voz do mundo árabe [...]” (MENEZES, 2012, p. 218). As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 1924, sendo uma das relações brasileiras mais antigas com os países da região. No entanto, só ganharam “[...] maior dinamismo após a instauração da República do Egito, em 1953, ano em que a legação brasileira no Cairo é elevada à categoria de Embaixada” (BRASIL, 2021c, s.p.). A Embaixada do Egito em Brasília abre em 1976. As relações bilaterais “[...] foram estabelecidas devido ao mérito do Brasil, pela industrialização florescente, e ao mérito do Egito, por sua importância no cenário árabe e internacional” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 61).

O Egito possui posição geográfica estratégica, pois une “[...] as porções leste e oeste do mundo árabe-muçulmano, [...] [servindo como] ponte entre a África, Ásia e Europa” (SILVEIRA, 2016, p. 23). O Egito pode ser considerado um Estado pivô na região, pois “[...] possui a capacidade de afetar não só a sua região, mas também a estabilidade internacional” (SILVEIRA, 2016, p. 24).

O Embaixador Osmar Chohfi apontou que “[...] o Egito tem uma política externa muito ativa; sempre foi uma política externa muito globalista, para o mundo todo” (CHOHFI, 2022, p. 138). Nesse aspecto, pode-se dizer que as relações políticas e econômicas entre o Brasil e o Egito são bastante acentuadas, pois os dois países compartilham características e são semelhantes em vários aspectos.

Na verdade, o Brasil e o Egito são passíveis de comparação: o Brasil é o maior país da América Latina, nós somos o maior país do Mundo Árabe. O Brasil é de longe, tecnologicamente mais avançado que a maioria dos outros países latino-americanos [...]. Nós somos um dos mais adiantados, se não o mais avançado do Mundo Árabe, tecnologicamente falando (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 93).

No governo de FHC, no ano de 1996, especificamente no dia 14 de novembro, os dois países assinaram um Memorando de Entendimento sobre Turismo no Cairo, que está em vigor até os dias atuais. O objetivo do Memorando era promover o turismo, simplificar procedimentos burocrático relacionados ao turismo e aos turistas, intercambiar informações sobre turismo (legislações, mercados, planos de desenvolvimento do turismo, promoção de atividades de cooperação em turismo, etc.) (BRASIL, 1998d).

No mês de março de 2001, o Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores realiza visita empresarial ao Egito e a alguns outros países árabes da África do Norte – não abordados neste Trabalho –, cujo objetivo era ampliar mercados para as exportações brasileiras. “Detentores de mercados altamente competitivos e, em geral, caracterizados por baixo grau de protecionismo aduaneiro [...] [mostraram ser os] mercados mais promissores para as empresas brasileiras” (BRASIL, 2001a, p. 256).

No ano de 2003, já no governo Lula, tanto o ministro Celso Amorim quanto o Presidente da República visitam o Egito, nos meses de junho e dezembro, respectivamente. Ao visitar o país, Lula teria se tornado “[...] o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar o Egito desde a viagem de D. Pedro II ao Oriente Médio, 127 anos antes” (BRASIL, 2021f, s.p.). Nesse mesmo ano, são assinados dois Memorandos de Entendimento no mesmo dia, 9 de dezembro. Ambos memorandos foram assinados no Cairo e permanecem em vigor. Um deles era o Memorando

de Entendimento sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. O objetivo deste era permitir a entrada, trânsito e saída de nacionais dos dois países portadores destes passaportes por um período de 90 dias (BRASIL, 2003f). O outro, era o Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre os governos e Ministérios (Ministério de Relações Exteriores do Brasil e Ministério de Negócios Estrangeiros do Egito) (BRASIL, 2003g).

O Presidente Lula esteve no Egito nos dias 8 e 9 de dezembro de 2003, em sua viagem a alguns países do Oriente Médio. No Cairo, além de assinados os Memorandos, é realizado o Seminário Empresarial Brasil-Egito, no dia 8, onde cria-se o Conselho Empresarial Brasil-Egito, em vistas de manter e elevar a importante parceria comercial bilateral. “A criação do Conselho Empresarial Brasil-Egito servirá de instrumento para que encontremos os modos de impulsionar nosso relacionamento econômico” (BRASIL, 2003f, p. 230).

No dia 6 de maio do ano seguinte, o Chanceler Celso Amorim viaja para o Cairo para participar como convidado especial da reunião da Liga Árabe¹³³, passando a representar o primeiro país latino-americano a ser observador da Liga.

6.3.5 Emirados Árabes Unidos

Em 1971, um conjunto que seis estados “[...] Abu Dhabi, ‘Ajman, Al Fujayrah, Ash Shariqah, Dubayy e Umm Al Qaywayn [...]” resolveram unir-se para formar o que hoje conhecemos como Emirados Árabes Unidos (IBGE, [2022?]d, s.p.). No ano seguinte, veio a ocorrer a união efetiva e oficial, por Ra’s al Khaymah. A religião oficial dos Emirados Árabes é o Islã e o idioma oficial é o árabe. A capital é Abu Dhabi. Segundo dados da OPEP de 2019, os Emirados Árabes Unidos são o sexto país com maiores reservas de petróleo do mundo.

As relações diplomáticas com o Brasil iniciaram dois anos após a união oficial dos estados formadores, ou seja, em 1974, especificamente no dia 10 de junho. O Brasil abre embaixada na capital dos Emirados no ano de 1978. Por sua parte, os Emirados abrem a sua embaixada em Brasília no ano de 1991, sendo esta a primeira embaixada do país na região

¹³³ A Liga Árabe foi criada em 1945 pela Arábia Saudita, Egito, Iêmen, Iraque, Líbano e Síria. No ano seguinte, a Jordânia aderiu. A Liga tinha o objetivo de dar mais autonomia aos países da região, na união de forças contra o domínio e presença estrangeiros. Logo, nasce ali também o sentimento de pan-arabismo. Na sua defesa pela autonomia, estimulou a independência de alguns países árabes, como o Kuwait (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001).

latino-americana. “As relações bilaterais registraram expressivo aprofundamento político e econômico especialmente a partir dos anos 2000” (BRASIL, 2021a, s.p.).

Em maio do ano de 2002, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Osmar Chohfi, visita os Emirados Árabes Unidos. Os objetivos da viagem foram os mesmos que com o Egito, pois o Embaixador visitou três países: Egito, Emirados Árabes Unidos e Kuwait. “Fui o primeiro Alto Diplomata brasileiro a visitar os Emirados Árabes Unidos, desde a criação dos Emirados no início da década de 70” (CHOHFI, 2022, p. 137).

Em 2002, era o começo das zonas francas de lá dos Emirados e, eu me lembro que, eles me levaram ao que é Jebel Ali, que é a maior zona franca que tem nos Emirados. E eu visitei, e assinei um Memorando de Entendimentos na época, de concessão de um espaço para que o Brasil pudesse instalar alguma coisa mais lá e, realmente, o Brasil instalou: o Brasil levou a APEX (Agência de Promoção de Exportações e Investimentos) do Governo Brasileiro, que está vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (CHOHFI, 2002, p. 138).

De fato, a zona franca de Jebel Ali é “[...] o grande centro organizador do comércio nas regiões do Golfo Árabe, Ásia Central, Costa Leste da África, Índia, China e Sudeste Asiático” (BRASIL, 2002c, p. 292). Então, em vistas de ampliar o seu comércio e diversificar parceiros, a oportunidade de instalar-se nessa zona livre portuária (no emirado de Dubai) foi ótima e bem-vinda. A presença do Brasil na região e a maior facilidade de acesso e comunicação com todos esses países e regiões instalados ali, garantiria resultados promissores. Essa instalação e investimentos iam de acordo com a visão de que “[...] a inserção do Brasil no mundo depende de nossa participação nos grandes fluxos de comércio e investimento” (BRASIL, 2002c, p. 311).

Além da APEX, o Itamaraty abre o Setor de Promoção Comercial (SECOM) na mesma cidade. Assim, essa instalação “[...] além de contribuir para facilitar a participação de novas empresas brasileiras naquele dinâmico mercado, constituirá importante veículo de apoio à expansão regional das exportações do Brasil” (BRASIL, 2002c, p. 292). Porém, engana-se quem acha que o Brasil só procurava mercados para exportar seus produtos. Esse era um dos principais objetivos, mas não o único. “Mais do que nunca, o desafio da diplomacia brasileira consiste em criar convergências ativas entre a ação política e a ampliação de oportunidades comerciais. Um objetivo depende do outro” (BRASIL, 2002c, p. 311).

Em dezembro de 2003, durante sua viagem ao Oriente Médio, Lula visita aos Emirados Árabes Unidos nos dias 6 e 7, passando a ser o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar o país. “A presença do Presidente da República expressará, ao mais alto nível, o desejo do Brasil de intensificar seu relacionamento com os Emirados e oferecerá estímulo à cooperação e às

parcerias empresariais entre os dois países” (BRASIL, 2003e, p. 392). Realiza-se em Abu Dhabi, uma feira para promover as exportações brasileiras.

6.3.6 República do Iêmen

A República do Iêmen “[...] surgiu em maio de 1990, quando a República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte) se fundiu com a República Popular Democrática do Iêmen (Iêmen do Sul)” (IBGE, [2022?]e, s.p.). A religião majoritária é o islã, e o idioma oficial é o árabe, mas a população fala diversos dialetos. O país, devido ao acordo feito na unificação das antigas duas Repúblicas, possui uma capital política (Sanaa, antes capital do Iêmen do Norte) e uma capital econômica (Aden, antes capital do Iêmen do Norte) (IBGE, [2022?]e, s.p.).

As relações diplomáticas entre Iêmen (do Norte e do Sul) e Brasil iniciaram no dia 7 de maio de 1984. A partir da unificação, em 22 de maio 1990, a embaixada brasileira em Riade passa a ser responsável cumulativamente com o Iêmen (BRASIL, 2021h). “Ao longo das décadas de 1990 e 2000, o comércio bilateral cresceu significativamente: em 2001 o fluxo comercial superou pela primeira vez a marca de US\$ 100 milhões” (BRASIL, 2021h, s.p.).

Além das participações do Brasil nos encontros do “Amigos do Iêmen” em 2012 e 2013, os dois países assinaram um Acordo de Cooperação Técnica em 2014. Contudo, no período abordado neste Trabalho, não há discursos oficiais brasileiros sobre o país e nem acordos assinados bilateralmente.

6.3.7 República Islâmica do Irã

A República Islâmica do Irã era conhecida como Pérsia até o início do século XX, e habitaram-na conquistadores e imigrantes estrangeiros.

As dificuldades do país levaram à ascensão, em 1925, da linha Pahlavi, cujos esforços mal planejados de modernização levaram à insatisfação generalizada e à subsequente derrubada da dinastia em 1979. Essa revolução trouxe ao poder um regime que combina democracia parlamentar com uma teocracia islâmica dirigida pelo clero do país (IBGE, [2022?]f, s.p.).

O Irã é, segundo dados da OPEP de 2019, o terceiro país do mundo com mais reservas de petróleo. O país possui uma posição estratégica e desempenha um papel importante na região. A religião oficial do Irã é o Islã, e o idioma oficial não é o árabe, senão o persa. A forte relação entre a política e a religião está presente no cotidiano, porém, a maioria dos iranianos

segue a corrente xiita do islamismo, diferentemente da maior parte dos outros países islâmicos do Oriente Médio (PENNA FILHO, 2009). A capital do país é Teerã. O Irã tem um sistema político bastante complexo, pois combina autoridades políticas e religiosas. A autoridade principal é o Líder Supremo, mas também participam das decisões, entre eles, a Guarda Revolucionária, o Conselho de Guardiões e o presidente, que não é a mesma pessoa que o Líder Supremo.

Assim como o Egito, o Irã também pode ser considerado um Estado pivô (HOLAND, 2013; SILVEIRA, 2016). Desde a década de 1990, o país melhorou as relações com os seus vizinhos, através da aproximação e da diversificação das mesmas. Também, tem se esforçado para manter e aumentar a sua influência na região, usando a estratégia de oposição à presença estrangeira naquela localidade, principalmente à dos EUA (SILVEIRA, 2016).

As relações diplomáticas do Brasil com o Irã datam de mais de século, sendo estabelecidas em 1903. As relações foram intensificadas com visitas oficiais de ambos os lados, por exemplo, no ano de 2000 ocorreu em Teerã a I Reunião de Consultas Políticas. Também, no ano de 2002, ambos os lados trocaram visitas. A primeira foi por parte do Brasil, que enviou Francisco Weffort, o seu ministro da Cultura para participar de uma reunião sobre o Diálogo das Civilizações, e a segunda foi por parte de Gholam Ali Haddad-Adel, presidente do Parlamento iraniano (BRASIL, 2021k).

Na década de 1980, o Irã entrou em guerra com o seu vizinho Iraque por disputas políticas e territoriais. A guerra durou aproximadamente oito anos e enfraqueceu a economia e a sociedade dos dois países (estima-se que aproximadamente 300 mil iranianos perderam a vida), o que, por consequência, influenciou na atuação internacional dos dois. Essa guerra entre os dois “[...] foi a mais longa e sangrenta desde o final da II guerra mundial. Estima-se que o Irã tenha sofrido 900.000 baixas em suas forças armadas, e o Iraque 300.000. Foram utilizadas armas de destruição em massa (no caso, armas químicas), inclusive contra populações civis” (BRASIL, 2002c, p. 266).

“O regime iraniano, além do mais, apresenta profundas discordâncias com relação à ordem internacional do pós-Guerra Fria. Não aceita o congelamento do poder mundial e nem tampouco os pressupostos neoliberais capitalistas” (PENNA FILHO, 2009, p. 21). Essa tensão e enfrentamento direto com os EUA teve consequências para ambos os lados, por exemplo, os diplomatas dos EUA foram feitos de reféns por militantes iranianos na embaixada dos EUA em Teerã, no período entre 1979 e 1981. Por parte do Irã, este teve que reagir às pressões externas, algumas até vindas do seu vizinho Iraque, que era apoiado pelos EUA naquela ocasião

(ironicamente, os EUA apoiaram o Iraque fornecendo armamento contra o Irã, e nas décadas seguintes, voltaram-se contra o Iraque, ao ponto de chegar a invadir o território).

“Durante a década de 1980 os iranianos tentaram exportar os valores religiosos fundamentalistas e assumiram uma perspectiva radical e mais agressiva em sua política externa” (PENNA FILHO, 2009, p. 20). O Irã é um *player* muito importante na região, pelo seu crescente poderio militar e tecnológico e pelo seu constante enfrentamento ao Ocidente. “O possível apoio ao terrorismo internacional também deixou o país banido da comunidade global” (IBGE, [2022?]f, s.p.).

A relação entre o Brasil e o Irã é complicada de compreender. Não há, em definitiva, informações na Internet, em livros ou em artigos sobre estas. O Irã foi poucas vezes – porque não dizer, nenhuma – citado nos discursos presidenciais e de Alto Nível, desde 1995 até 2004. FHC diria, em 2001, que até o momento, o “[...] Irã e Estados Unidos ainda não se falam. Até agora, é difícil, muitas vezes, a aproximação entre as partes em choque [...]” (BRASIL, 2001b, p. 182). Se especularmos sobre isso, pode ser que o Brasil não tenha ampliado ou se aproximado ao Irã para não afrontar os EUA, porque as diretrizes da PEB vão em contra de alguns ideais defendidos pelo Irã, ou, simplesmente, porque não era conveniente economicamente.

6.3.8 República do Iraque

Antigamente conhecido como Mesopotâmia, a República do Iraque abrigou algumas das primeiras civilizações do mundo e, assim como o Irã, foi governado por muitas dinastias, incluindo a romana, persa e grega. A religião oficial do Iraque é o Islã, e os idiomas oficiais são o árabe e o curdo. Segundo dados da OPEP de 2019, o Iraque é o quarto país com maiores reservas de petróleo do mundo. O sistema de governo no Iraque, até os dias de hoje, é um pouco conturbado. Após a derrubada de Saddam Hussein até os dias de hoje, tenta instaurar-se uma democracia parlamentarista, mas os grupos revolucionários continuam gerando crises políticas. A capital do Iraque é Bagdá, uma das três províncias fundadoras. Após a Primeira Guerra Mundial, com a dissolução do Império Otomano, cria-se o Estado-nação do Iraque, através da união de três províncias otomanas: Bagdá, Al-Başrah e Mosul (IBGE, [2022?]g, s.p.).

O Iraque conquistou a independência formal em 1932, mas permaneceu sujeito à influência imperial britânica através de um regime monárquico turbulento. Após a derrubada da monarquia, em 1958, a instalação de um regime nacionalista e socialista árabe, o Partido Baath, trouxe estabilidade política. Através de suas reservas de petróleo, o regime conseguiu financiar projetos ambiciosos e planos de

desenvolvimento, além de construir uma das maiores e mais bem equipadas forças armadas do mundo árabe (IBGE, [2022?]g, s.p.).

No entanto, o líder do Partido Baath era Saddam Hussein, um ditador, responsável pela Guerra com o Irã, anteriormente mencionada, e pela Guerra do Golfo de 1990 e 1991, quando o Iraque decide invadir o Kuwait. Vê-se necessário, então, abrir um parêntese para explicar a Guerra do Golfo Pérsico, para melhor entendimento do cenário regional vivido e de o porquê da futura ruptura das relações com o Brasil.

Assim como a Guerra com o Irã enfraqueceu a economia e a sociedade iranianas, assim também aconteceu com o Iraque. Para piorar a sua situação, a sua economia – que dependia basicamente da exportação de petróleo –, foi afetada devido a que os seus vizinhos – também exportadores de petróleo – aumentam a produção do hidrocarboneto. Além disso, o Iraque acusa especificamente o Kuwait “de extrair mais petróleo das jazidas transfronteiriças do que fora acertado entre os dois países e de aumentar sua produção petrolífera acima da quota fixada pela OPEP [...]” (BRASIL, 2002c, p. 266-267). O Iraque se vê afetado por essa manobra, e pede ao Kuwait compensação econômica por suas perdas, pois acredita que este país fez isso de propósito, com a intenção de prejudicar o Iraque.

Em 1990, no mês de julho, Saddam Hussein se reúne com April Glaspie, embaixadora dos EUA. Na reunião, a embaixadora “[...] teria afirmado que seu país não tinha ‘qualquer opinião sobre os conflitos árabes’” (FARES, 2007, p. 221). Essa declaração levou Saddam ao entendimento de que, se invadisse o Kuwait para anexá-lo ao seu território, os EUA não iriam interferir. Então, no dia 2 de agosto de 1990, o Iraque invade o Kuwait. O seu plano e a sua suposição sobre a reação dos EUA fracassaram completamente. Os EUA não só “defenderam a soberania” do Kuwait, mas também começaram a sua “[...] campanha de *demonização* de Saddam [...]” (FARES, 2007, p. 222, grifo do autor).

No dia 16 de janeiro de 1991, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprova o uso da força para desocupar o Kuwait. Essa missão ficou conhecida como Operação Tempestade no Deserto, e foi abordada no capítulo sobre PE dos EUA deste Trabalho. Esses conflitos, e principalmente sua afronta aos Estados Unidos e ao direito internacional, isolaram o país da comunidade internacional (IBGE, [2022?]g).

Apesar de sua história belicosa, o Iraque é tradicional parceiro do Brasil. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em dezembro de 1967, mas os dois países já haviam tido contato anteriormente, em 1935. Em 1968, a embaixada de Bagdá passa a ser cumulativa com a embaixada de Damasco e, no dia 28 de junho de 1972, o Brasil abre sua embaixada residente na capital iraquiana. Apesar de o Brasil não ter uma relação tão fraterna

como possui com o Líbano e a Síria, devido aos imigrantes, “[...] o Iraque foi, de início, considerado [pelo Brasil] como comercialmente mais importante do que o grupo formado pela Síria, Tunísia, Marrocos e Líbano” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 61). Assim, quando o Iraque decide invadir o Kuwait, o Brasil se distancia de um de seus principais aliados na região (ARRAES, 2011).

“Nas décadas de 1970 e 1980, os dois países mantiveram intenso relacionamento bilateral, decorrente da complementaridade entre as duas economias, resultando em pujante intercâmbio comercial” (BRASIL, 2021i, s.p.). Sendo o Iraque um dos países com mais reservas de petróleo do mundo, este exportava petróleo ao Brasil. Em troca, o Brasil exportava, ademais de outros produtos, armamentos para o Iraque. O Brasil foi duramente acusado, mais tarde, pelo comércio desses armamentos, pois foram utilizados nas duas Guerras que Saddam iniciou (FARES, 2007). No caso do Iraque, será necessário abordar, então, as relações bilaterais com o Brasil desde antes do período de FHC e Lula, para compreender e ter uma melhor visão do que ocorria e do porquê da ruptura das relações, em 1991. Porém, antes de adentrar, deve-se ater a alguns fatos: 1- Collor é considerado o primeiro presidente eleito por voto direto depois do golpe militar; 2- na sua presidência, a Guerra Fria já estava finalizando (se considera-se a dissolução da União Soviética como fim oficial), portanto, adotando a visão realista de Mearsheimer, os Estados Unidos eram a hegemonia regional; e 3- a situação econômica brasileira era caótica, chegando a níveis inflacionários altíssimos.

Depois de considerar esses aspectos, é fácil entender a situação que Collor teve que enfrentar ao tomar posse, “pisando em ovos”, adotando uma postura externa objetiva, mas serena, sem enfrentamentos. De fato, o Realismo Crítico (título da diplomacia de Collor) tinha o objetivo de reconhecer os problemas internos e priorizar as relações com as potências ou países desenvolvidos para poder superar a crise (FARES, 2007). As suas relações com o Iraque viram-se afetadas, pois o Brasil, que começava a traçar a PEB de um governo democrático, não queria estar relacionado com a figura de um ditador. Fares (2007) relata que o Brasil chegou a um ponto onde as suas relações com o Iraque estavam prejudicando as suas relações com os EUA. Então, desde este período, vê-se a influência norte-americana na PEB, desde os antecedentes da Guerra ao Terror.

Um desses prejuízos foi a resistência estadunidense em fornecer tecnologia de ponta que favoreceria o desenvolvimento econômico do país. Os EUA negavam-se ao fornecimento de “[...] um supercomputador da IBM à Embraer. [...] O supercomputador em questão, tornaria mais rápidos e exatos os cálculos da Embraer sobre a aerodinâmica de seus aviões, mas, em

tese, podia ser usado também para cálculos de propulsão aerodinâmica de mísseis” (FARES, 2007, p. 223).

Outro prejuízo, foi quando o Brasil não pôde lançar dois satélites Brasilsat através do contrato com a empresa francesa Arianespace, pois o contrato “[...] previa que, além de lançar os satélites, a empresa facultaria ao Brasil o acesso à tecnologia de lançamento de foguetes. [...] [Sendo esta, a] mesma tecnologia que propulsiona mísseis balísticos [...]” (FARES, 2007, p. 223). Os EUA então, pressionaram a França para que impedisse o acesso à tecnologia por parte do Brasil.

Ainda que as relações diplomáticas tenham passado por uma ruptura na época, o Brasil não participou e nem apoiou a intervenção militar liderada pelos EUA, pois acreditava que esta não ia ao encontro das disposições da ONU. Quando a ONU decide impor embargo econômico-comercial ao Iraque, no entanto, o Brasil é favorável, o que agrada aos EUA (FARES, 2007). O Brasil, na década de 1990, principalmente nos primeiros anos, se limita a obedecer e apoiar o disposto pela ONU, não se posiciona nem para mais, nem para menos. Segundo Fares, pragmaticamente “[...] era necessário, então, fazer o caminho reverso daquele trilhado desde princípios da década de 1970, [...] distanciando-se o mais rápido possível de um país considerado ‘fora-da-lei’ pelo sistema internacional” (2007, p. 225). Os cálculos políticos brasileiros, à época, resultavam mais benéficos para o país se apoiasse aos EUA, sacrificando os seus interesses econômicos com a parceria com o Iraque, pois, se continuasse se relacionando com o país governado por Saddam Hussein, iria se distanciar do Ocidente, ficando isolado como o Iraque, e assim, também estaria traindo seus valores de PEB.

“A Guerra do Golfo acarretaria a ruptura de contratos e interrupção de negócios. A embaixada do Brasil em Bagdá não foi fechada, embora tenha sido esvaziada do pessoal diplomático em 1991” (BRASIL, 2021i, s.p.). Mesmo que as relações não tenham se dissolvido por completo, pois ainda restavam alguns contratos, a embaixada responsável pelo cumprimento destes foi a de Amã, na Jordânia (FARES, 2007).

Nesse mesmo ano, a ONU lança a Resolução 687, que

[...] determina a necessidade de Bagdá autorizar as inspeções de eventuais desenvolvimentos de armas de destruição em massa, o pagamento de compensações pelas perdas de países que sofreram prejuízos com a invasão do Kuwait e a cessação dos atos de violência contra a população local iraquiana (FARES, 2007, p. 235).

A partir do início das inspeções por parte da ONU, em território iraquiano, em busca de armas de destruição em massa, começaria também o “jogo de força” entre Iraque e ONU, mais

especificamente, entre Saddam e os EUA, onde, por vezes, Saddam permitiria e contribuiria para a inspeção, e, por vezes, impediria ou dificultaria a ação. Esse “bate-volta” se estenderia por toda a década de 1990. Barreto analisa as observações de Fonseca Junior, que acredita que essa reação do Iraque de impedir ou dificultar as inspeções era de se esperar. Os autores acreditam nisso, devido a que: 1- as sanções eram das mais abrangentes de todos os tempos, 2- alguns inspetores eram norte-americanos, 3- o prazo para o cumprimento era curto e 4- o “[...] potencial de conflito localizava-se na natureza sem precedentes das obrigações impostas ao Iraque” (FONSECA JUNIOR, 1998-1999, p. 207 *apud* BARRETO, 2012, p. 462).

O governo brasileiro de FHC se posiciona com relação às sanções, através de um discurso do Chanceler Lampreia. Ainda que o Brasil culpe e critique o regime tirânico de Saddam Hussein pelas sanções, admite que as consequências que o povo estaria sofrendo eram injustas: “[...] Saddam Hussein foi obrigado a aceitar condições draconianas que incluem embargo limitado às exportações de petróleo, sanções econômicas, zonas de exclusão para a sua força aérea em seu próprio território e a inspeção permanente de suas instalações industriais” (BARRETO, 2012, p. 466).

As relações comerciais entre Brasil e Iraque são reatadas em 1996, com o Programa Petróleo por Alimentos, monitorado pela ONU. No ano de 1999, Nizar Hamdoun, vice-primeiro-ministro do Iraque, visita

[...] o Brasil numa tentativa de reaproximar os dois países, rumo à plena retomada das relações. O objetivo de Nizar, contudo, era um tanto mais abrangente: conseguir o apoio do Brasil – França e Rússia já o haviam feito – no sentido de suspender as sanções econômicas contra o Iraque (FARES, 2007, p. 239).

Em maio de 2000, é realizada a “[...] missão empresarial multissetorial ao Iraque, destinada a restabelecer os fluxos de comércio com aquele país, dentro dos limites definidos pelo programa ‘Petróleo por Alimentos’, da ONU” (BRASIL, 2001a, p. 256). O Brasil se interessava pelo fim das sanções, pois assim, compraria petróleo mais barato e o Iraque teria capital para saldar a sua dívida com o Brasil. No início dos anos 2000, começaram as pressões internas por parte de congressistas e empresários, que defendiam que se o Brasil reativassem a embaixada em Bagdá antes do fim do embargo econômico, o país teria relações preferenciais com o Iraque no futuro. Além do mais, a situação interna do Iraque era desumana, a comunidade internacional percebia nitidamente o sofrimento do povo iraquiano com a falta de alimentos, medicamentos, energia elétrica e água potável, causados pelas restrições econômicas impostas ao país. No entanto, o Brasil temia que “[...] seu relacionamento fosse demasiadamente oneroso

para a imagem do País junto aos EUA” (FARES, 2007, p. 241). Contudo, as sanções não foram suspensas até maio de 2003, com a derrubada do regime de Saddam Hussein como resultado da invasão do Iraque pelos EUA. E até então, a embaixada brasileira em Bagdá não tinha sido reativada.

Após o 11 de setembro de 2001, o Iraque passa a formar parte do “eixo do mal”, criado pelos EUA para a Guerra ao Terror. No dia 20 de março de 2003, os EUA invadem o Iraque. O Brasil se posiciona contrário à invasão, encontrando “[...] amparo nas posições de outros países ‘importantes’ no cenário internacional, como a França, a Rússia e a Alemanha” (FARES, 2007, p. 242). O posicionamento foi arriscado e despertou o receio interno da reação dos EUA, pois poucos países além dos esperados – países árabes e alguns europeus e membros do CSNU – deixaram tão claro seu posicionamento, mas foi uma ação corajosa e coerente com os princípios da PEB (OLIVEIRA; LESSA, 2006).

Em 2003, cria-se a Câmara Brasil-Iraque, “[...] com o objetivo de facilitar e incrementar as relações comerciais entre os dois países” (FARES, 2007, p. 244). O empresariado brasileiro renovou as suas esperanças em relação ao comércio com o Oriente Médio no governo Lula e, especificamente, depois da suspensão das sanções ao Iraque, o empresariado via ali uma oportunidade de retornar a comercialização com o país. Quanto à reconstrução do Iraque, após da invasão pelos EUA, o Brasil não tinha muitas esperanças de ganhar as licitações internas, pois estas “[...] eram feitas nos EUA e suas escolhas recaíam invariavelmente sobre empresas norte-americanas [...]” (FARES, 2007, p. 244).

Saddam Hussein, depois de ser capturado em dezembro de 2003, foi julgado e condenado à forca pelo “[...] Tribunal Especial Iraquiano – montado pelos EUA, mas que se pretendia independente – [...]” (FARES, 2007, p. 245). O governo brasileiro, se bem, reconhecia a violência que o regime autoritário de Saddam perpetrava, se opôs à sentença de morte.

Pode-se dizer que o petróleo motivou as relações entre Brasil e Iraque, mas não as limitou. O Iraque, na sua relação com o Brasil, tinha mais interesses políticos, e o Brasil tinha mais interesses econômicos. “Como resultado disso, politicamente o Brasil muito mais reagiu do que propôs ações, que, grosso modo, foram determinadas pelo Iraque” (FARES, 2007, p. 253). Pode-se dizer também, que as relações entre os dois países eram mutuamente benéficas, pois quando o Brasil vendia armamento para o Iraque, ele também estaria lucrando e desenvolvendo a sua própria indústria bélica e segurança nacional. Não se pode esquecer que a relação entre os dois países serviu, também, como cooperação para o desenvolvimento do setor nuclear brasileiro, antes da década de 1990.

O Itamaraty, então, mostra-se como promotor do intercâmbio comercial com o Iraque, muitas vezes, monitorando e intermediando os negócios das empresas privadas através da embaixada brasileira em Bagdá, ainda quando funcionava. Depois de 2003, sem as sanções econômicas, o Brasil planejava a retomada das relações comerciais, porém, “[...] agora a dominação norte-americana reservaria um espaço diminuto ao Brasil no mercado iraquiano” (FARES, 2007, p. 250). Com o Iraque, portanto, fica nítida a influência dos EUA nas relações bilaterais.

No dia 28 de junho de 2004, assume o poder um Governo interino no Iraque, à margem da Resolução 1.546 do CSNU, com previsão de que até o final do ano seguinte, sejam feitas as eleições democráticas. O Brasil atuou no processo de negociação de dita Resolução pois era membro não-permanente do CSNU (BRASIL, 2004b).

6.3.9 Reino Hashemita da Jordânia

A Jordânia tem aspectos de muitas civilizações (IBGE, [2022?]h). A religião oficial da Jordânia é o Islã e o idioma oficial é o árabe. A sua capital é Amã. O regime político da Jordânia é o de monarquia constitucional.

Após a Primeira Guerra Mundial e a dissolução do Império Otomano, a Liga das Nações concedeu à Inglaterra o mandato para governar grande parte do Oriente Médio. A Grã-Bretanha demarcou uma região semiautônoma da Transjordânia da Palestina no início dos anos 1920. A área ganhou sua independência em 1946 e depois tornou-se o Reino Hachemita da Jordânia (IBGE, [2022?]h, s.p.).

Desde 1953 até o ano de 1999, o rei Hussein governou o país, aguentando as fortes pressões estrangeiras advindas do Oriente e dos seus próprios vizinhos. Somente na Guerra dos Seis Dias, em 1967, o país perdeu o território da Cisjordânia para Israel. Após a morte do rei Hussein, em 1999, o seu filho mais velho, Abdallah II, assume o trono (IBGE, [2022?]h).

As relações diplomáticas com o Brasil iniciam em 1959, quando este último abre a sua legação na capital Amã. No ano de 1984, os dois países abrem embaixadas residentes em Brasília e em Amã. “O relacionamento bilateral com a Jordânia é caracterizado pela amizade e cordialidade. [...] A primeira década dos anos 2000 foi marcada por grande vitalidade nas relações bilaterais” (BRASIL, 2021j, s.p.).

No ano de 2003, o Chanceler Celso Amorim visita a cidade de Amã. No ano de 2004, o Chanceler Celso Amorim e o Chanceler jordaniano Marwan Muasher encontram-se “[...] à margem do Fórum Econômico Mundial do Mar Morto” (BRASIL, 2021j, s.p.).

6.3.10 Estado do Kuwait

O Kuwait é um pequeno emirado localizado em um dos desertos mais áridos do mundo e menos habitáveis. A sua religião é o Islã e a língua oficial é o árabe. A capital do Kuwait é a Cidade do Kuwait. Assim como o Catar e os Emirados Árabes Unidos, o regime político do Kuwait é um emirado. O país foi protetorado britânico de 1899 até 1961, ano em que alcança a sua independência. Segundo dados da OPEP, de 2019, o Kuwait é o quinto país com maiores reservas de petróleo do mundo. A Guerra do Golfo chamou a atenção do mundo todo, que começou a prestar atenção no pequeno país. A coalizão dos EUA, aprovada pela ONU, expulsou as tropas iraquianas do país, “[...] mas os invasores saquearam o país e incendiaram a maior parte de seus poços de petróleo” (IBGE, [2022?]i, s.p.). O Kuwait conseguiu se recuperar da invasão e restaurar sua economia, e “[...] novamente tem uma das maiores rendas per capita do mundo. O país tem sido chamado de um “oásis” de paz e segurança em meio a uma região turbulenta” (IBGE, [2022?]i, s.p.).

As relações diplomáticas com o Brasil foram oficialmente iniciadas em 20 de janeiro de 1968, sete anos após a sua independência. O Brasil, nesse ano, cria a primeira embaixada junto ao governo do Kuwait, que passa a funcionar em caráter cumulativo com a embaixada em Cairo. Em 1975, o Brasil abre a sua embaixada residente na Cidade do Kuwait, e, em agosto do mesmo ano, o Kuwait abre a sua embaixada em Brasília.

A Guerra do Golfo mudou as relações bilaterais entre o Brasil e o Kuwait, que até então eram somente com fins econômicos e comerciais, então, “[...] o diálogo entre os dois países ganhou maior densidade política, em especial nos períodos 1993-1994 e 1998-99, quando o Brasil ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU” (BRASIL, 2021c, s.p.).

No ano de 2002, o Secretário Geral das Relações Exteriores, Osmar Chohfi, visita o Kuwait. Nesse mesmo ano, no mês de maio, é assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas Bilaterais. O Memorando continua vigente até o momento, e prevê encontros anuais e até mais frequentes (BRASIL, 2002d). Devido a que os resultados das consultas não podem ser divulgados, os encontros não são publicados, mas devido à sua vigência – que continua sendo renovado a cada dois anos aproximadamente – entende-se a importância destas consultas e que os países continuaram – e continuam – em contato.

6.3.11 República Libanesa

O Líbano é “[...] um dos menores Estados soberanos do mundo” (IBGE, [2022?], s.p.). A história do Líbano já foi relatada anteriormente, com a dominação do Império Otomano e o acordo Sykes-Picot. “Os franceses demarcaram a região do Líbano em 1920 e concederam a independência desta área em 1943” (IBGE, [2022?], s.p.). Ainda que em seus inícios, o Líbano tivesse maioria cristã, nos dias atuais, a maioria é muçulmana, e os cristãos formam o segundo maior grupo. A língua oficial é o árabe e a capital do país é Beirute. O Líbano é uma república parlamentarista.

O país tem sido marcado por períodos de turbulência política intercalados com prosperidade, construída na sua posição como centro regional de finanças e comércio. A guerra civil que aconteceu entre 1975 e 1990 resultou em cerca de 120 mil mortes e foi seguida por anos de instabilidade social e política (IBGE, [2022?], s.p.).

As relações com o Brasil vêm de longa data e, em parte, foram estabelecidas como consequência do fluxo migratório vindo ao Brasil. Não obstante, não se pode afirmar que as relações se deram somente pelo motivo migratório. O Líbano é conhecido pela tradição de seu mercado aberto, e também, é considerado “[...] um elo entre o Ocidente e o Oriente [...]” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 74). Ou seja, as relações estavam fadadas a acontecer mais cedo ou mais tarde. Pela casualidade da viagem, das guerras e da presença estrangeira no território libanês, ocorreram mais cedo e são fortalecidas pelo sentimento fraterno que a história proporcionou.

O Brasil abre Consulado no território libanês ainda quando este estava sob domínio francês, no ano de 1920. O Brasil reconhece a independência do Líbano em 1944, e dez anos mais tarde, em 1954, abre a sua embaixada em Beirute (BRASIL, 2021). As relações bilaterais, desde então, nunca foram interrompidas. O Brasil sempre manteve contato com o Líbano, talvez pelo contingente imigrante importante que o Brasil abriga desde a visita de Dom Pedro II, pois o fluxo humano nunca parou desde então.

“Os primeiros imigrantes libaneses, a grande maioria cristãos, chegaram ao Brasil no século XIX. Desde então, são fortes os vínculos entre Brasil e Líbano, sobretudo em razão da numerosa comunidade de libaneses e descendentes no Brasil, a maior do mundo [...]” (BRASIL, 2021, s.p.). Estima-se que, essa comunidade reúna entre 7 e 10 milhões de pessoas, que, além de ser a maior comunidade de libaneses do mundo, como citado anteriormente, é maior que a

população do Líbano (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017). “Entre 1871 e 1947, entraram oficialmente no Brasil 79.509 sírio-libaneses” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 27). Esses imigrantes que escolheram o Brasil como destino e como lar, trouxeram os seus costumes, valores, religião, arquitetura, cultura, estilo de vida e, assim, contribuíram ativamente para a formação nacional do Brasil. Aqui foram, no geral, bem recebidos e assim, quando tiveram a oportunidade, mandaram buscar suas esposas e famílias que tinham ficado na sua terra natal tão distante, pois aqui viviam em boas condições, conseguiram prosperar e sentiram-se acolhidos por um país que era tolerante religiosamente (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001).

“O relacionamento entre os dois países beneficia-se dos laços humanos, que se traduzem em aproximação política e diplomática, inclusive na área da cooperação parlamentar” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p. 10). As relações entre Brasil e Líbano são muito fortes, e vão além de uma agenda política ou de interesses diplomáticos; as relações entre Brasil e Líbano são fraternas “[...] nós, libaneses, a consideramos uma relação entre irmãos que estão em lados opostos do globo” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p. 13). O Embaixador Osmar Chohfi, na comemoração dos 50 anos da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, descreve as relações entre o Brasil e os países árabes como “fraterna”. Ainda que o Embaixador tenha se referido aos países árabes no geral, as relações bilaterais Brasil-Líbano não poderiam ser descritas de outra forma. A definição de fraternidade, trazida por Chohfi é “a harmonia e união entre aqueles que vivem em proximidade ou que lutam pela mesma causa” (BRASIL, 2002b, p. 129). Ainda que separados geograficamente, as populações estão unidas, o que faz com que os países também estejam. “As relações bilaterais são, obviamente, condicionadas pela singularidade da presença libanesa em nosso país. Assim sendo, o Brasil concede à parceria diplomática com o Líbano um espaço maior do que aquele destinado a outros países amigos” (BRASIL, 2002b, p. 94).

Estima-se que, anualmente, “[...] o setor consular presta cerca de 8 mil atendimentos em seus guichês, para brasileiros, libaneses e pessoas de outras nacionalidades, [...] e emite aproximadamente 8,4 mil emolumentos consulares” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p. 22). O setor consular da embaixada do Brasil em Beirute é muito dinâmico e ativo, pois sua atividade não foi interrompida desde a sua abertura (1920-1921). O número de registros de nascimento é surpreendentemente elevado, “[...] são efetuados cerca de 70 por mês, em sua

maioria libaneses adultos descendentes de brasileiros” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p. 22).

A troca de visitas oficiais de alto nível também é elevada. Ainda que o Líbano estivesse com problemas internos (Guerra Civil Libanesa, de 1975 até 1990), externos (ataques e invasões israelenses) e em reconstrução por causa destes, o Brasil continuou em contato. No mês de maio de 1996, é realizado o II Congresso Internacional de Parlamentares de Origem Libanesa. O objetivo era “[...] fortalecer o sentido de comunidade que une os cidadãos de origem libanesa em todo o mundo, para aprimorar a sua solidariedade ao Líbano e para o reforçar o seu apoio à causa da paz no Oriente Médio” (BRASIL, 1996b, p. 83). Na ocasião, o Presidente da Assembleia Nacional Libanesa, Nabih Berri visita o Brasil (BRASIL, 2021).

No ano seguinte, em 1997, o Chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia visita o Líbano. A visita “[...] representou a consolidação de um novo patamar em nossas relações, cujo impulso decisivo do lado libanês foi dado pelas visitas ao Brasil do primeiro-ministro Rafik Hariri, em 1995 [...]” (BRASIL, 1997b, p. 40). Durante a visita de Lampreia, foram assinados dois acordos bilaterais. O primeiro foi o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, com o objetivo de aumentar a cooperação educacional em todos os níveis, sobretudo no universitário, facilitando o ensino do idioma e de outras áreas entre ambos países. Facilita também o reconhecimento de diplomas e títulos e a ampla divulgação de arte, cultura e esporte. O Acordo cria a Comissão Mista Cultural Brasil-Líbano, encarregada da elaboração de projetos a nível cultural e esportivo (BRASIL, 2002a). O Acordo continua em vigor até os dias atuais. O segundo foi o Acordo sobre Serviços Aéreos, com a finalidade de autorizar empresas aéreas sobrevoarem (sem pousar), fazerem escalas, embarcarem e desembarcarem passageiros, cargas e bagagens sempre que “[...] estiver[em] operando um serviço convencionado numa rota especificada [...]” (BRASIL, 1998c, p. 11). Direitos aduaneiros, segurança, tarifas e outros assuntos também são tratados. O Acordo continua vigente e revoga o antigo Acordo sobre Transporte Aéreo de 1951.

No mesmo ano, o Presidente libanês Elias Hraoui visita o Brasil no mês de setembro. O Presidente Fernando Henrique oferece jantar de gala pela visita, em Brasília. Em palavras de FHC: “[...] o Brasil está dedicado à renovação de sua parceria com o Líbano. Essa tem sido uma diretriz básica da nossa diplomacia” (BRASIL, 1997b, p. 40). Durante a visita, foi publicado um Comunicado Conjunto entre os dois países. O Comunicado versa sobre o convite de FHC ao Presidente Elias Hraoui a visitar o Brasil dos dias 1 ao 10 de setembro de 1997. O Comunicado expõe que a visita não se resumiu somente a um estado, pois, o presidente libanês também esteve em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Foz do Iguaçu e Fortaleza, visitando as comunidades libanesas. O Presidente FHC declara sua intenção de viajar

ao Líbano, ainda que, essa intenção nunca tenha sido cumprida. “É minha intenção ir pessoalmente, no próximo ano [1998], levar essas mensagens [de paz] ao povo e ao Governo do Líbano, atendendo ao convite que me foi gentilmente estendido por Vossa Excelência” (BRASIL, 1997b, p. 40).

Ainda que nas Resenhas de Política Exterior não hajam registros de visitas, o Embaixador e Secretário-Geral brasileiro, Osmar Chohfi, esteve em Beirute em outubro de 2002, data em que foram assinados 4 Acordos. O primeiro Acordo é sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário. O Acordo cria a Comissão Consultiva Conjunta, que é a responsável por examinar todos os documentos consulares, a fim de garantir direitos de guarda legal e de visitas regulares a crianças de pai ou mãe (brasileiro-libaneses) separados (BRASIL, 2017). O segundo Acordo é de Cooperação Judiciária em Matéria Civil e tem por objetivos o acesso à justiça, a entrega de documentos, a obtenção de provas, o reconhecimento das decisões judiciais tomadas no outro território, entre outros. Se encontra vigente (BRASIL, 2013). O terceiro acordo ainda está em ratificação da outra Parte (Líbano), e é um Tratado de Extradicação entre os dois Governos, no qual está prevista a extradicação para aqueles que tenham cometido crime punível com pena de liberdade, segundo as leis brasileiras e libanesas (BRASIL, 2008c). Por fim, o quarto Acordo é similar ao segundo, mas este é de Cooperação Judiciária em Matéria Penal. A cooperação se daria quando o julgamento for competência da outra Parte requerente. O Acordo prevê confisco de ativos, registro criminal nos dois países, procedimento a ser seguido, procedimento para obtenção de provas, etc. Ainda que o Acordo seja importante, continua em ratificação pela outra Parte (BRASIL, 2008b).

No governo Lula – pelo menos nos dois primeiros anos estudados neste Trabalho – as visitas oficiais também são elevadas. No dia 10 de junho de 2003, o Presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri, visita o Brasil. O Presidente Lula discursa. “Apesar desses fortes laços [sentimentais e amistosos], nosso relacionamento no plano econômico e comercial é ainda incipiente, estando muito aquém do que seria de se esperar” (BRASIL, 2003d, p. 131). Já no primeiro ano de governo, o Presidente Lula viaja ao Oriente Médio, retribuiu a visita. Um dos seus destinos era o Líbano, onde o então Presidente Émile Lahoud e o primeiro-ministro Rafik Hariri, o esperavam. Lula deixa claro que conta com a amizade e a ajuda do Líbano para adensar as relações brasileiras com o Mundo árabe, mas que para isso, é necessário fortalecer as relações políticas do Brasil com o Líbano, bem como, as relações culturais e as econômico-comerciais (BRASIL, 2003d). Lula também comenta sobre a sua iniciativa de realizar a chamada Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) em Brasil no ano seguinte e a iniciativa é apoiada pelo presidente Lahoud (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017).

Na sua viagem, Lula levou ministros, deputados e governadores de estados brasileiros (Goiás, Ceará, Espírito Santo e Rio Grande do Norte) para que possam comunicar-se diretamente com empresários libaneses e fazer acordos comerciais (BRASIL, 2003e). Politicamente, os países, nessa instância, assinam 3 Acordos e 1 Memorando de Entendimento. O Memorando Estabelece uma Comissão Bilateral de Cooperação de Alto Nível. O Memorando cria a Comissão Bilateral de Cooperação de Alto Nível Brasil-Líbano, encarregada de fortalecer as relações bilaterais, identificando áreas e temas prioritários para serem aprimorados e discutidos, estimulando as relações financeiras e econômicas (relações empresariais, transferência de tecnologia e investimentos mútuos) (BRASIL, 2004d). O Memorando já expirou e não foi renovado. Um dos Acordos é o de Cooperação Técnica, que se encontra superado. Nele, os países se comprometiam a cooperar na área educativa, energética, de desenvolvimento, de agricultura, de comércio e investimentos, de fortalecimento institucional, da saúde, do meio ambiente, entre outras áreas. O Acordo criava um Grupo de Trabalho, que era o encarregado de elaborar estratégias para alcançar essa cooperação técnica (BRASIL, 2003b). O outro Acordo era sobre Cooperação no Campo do Turismo, que se encontra expirado. Foi criado com o fim de incentivar o turismo, simplificar a emissão de vistos, trocar informações, capacitar profissionais na área, etc. (BRASIL, 2006b). Por fim, o último Acordo assinado foi sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários. Este é o único documento bilateral assinado em 2003 com o Líbano que se encontra em vigor até os dias atuais. Estabelece condições sanitárias e fitossanitárias para a importação e exportação desses produtos, plantas e animais, com o objetivo de evitar doenças e pragas (BRASIL, 2006a).

Uma das intenções do Presidente Lula para 2004, era a “[...] abertura de uma linha marítima direta e da abertura de vôos diretos entre Beirute e São Paulo” (BRASIL, 2003e, p. 222). Porém, não há registros de assinaturas de tais acordos no ano de 2004. Lula discursa e salienta a importância econômica e estratégica do Líbano para o Brasil, sendo o primeiro “[...] pólo de ligação entre o Ocidente e o Oriente, graças a uma economia certa e um meio empresarial e financeiro empreendedor, hábil na intermediação de negócios [...] [podendo chegar a ser] a ponta de lança das exportações brasileiras para o Oriente Médio” (BRASIL, 2003e, p. 222). Aqui o Presidente deixa claro que quer e precisa da ajuda do Líbano para melhorar, aprofundar e criar relações com países da região. O Líbano aceita ajudar, e até doa terrenos para a construção da Casa Brasil. A Casa Brasil teria objetivos comerciais, como “[...] buscar parceiros, criar cadeias produtivas, fazer prospecção conjunta de mercados, melhorar a imagem de nossas indústrias em terceiros mercados, potencializar os méritos da qualidade e da competitividade de nosso parque produtivo” (BRASIL, 2003e, p. 223).

Já no ano de 2004, no dia 17 de fevereiro, é oferecido um almoço em Brasília em razão da visita do Presidente Lahoud. O Presidente libanês ficou no Brasil do dia 16 ao dia 23 de fevereiro, visitando também São Paulo e Rio de Janeiro. O objetivo da visita era o mesmo “[...] intensificar a cooperação entre o Brasil e o Líbano em suas múltiplas vertentes, bem como fortalecer o diálogo político e os vínculos econômicos e comerciais” (BRASIL, 2004b, p. 267). No almoço, é anunciada a data da primeira reunião da Comissão Bilateral de Cooperação de Alto Nível, como também o seu propósito: “[...] aprofundar as relações Líbano-brasileiras e promover encontros regulares entre autoridades de ambos os países, tanto na área política como nas áreas de comércio e de cooperação técnica” (BRASIL, 2004b, p. 276). Nesse mesmo ano, o Brasil anuncia a abertura de um novo consulado em Beirute, “[...] dada a relevância da imigração libanesa no Brasil [...]” (BRASIL, 2004c, p. 398).

Durante a visita, foram assinados um Protocolo e um Memorando de Entendimento. O Protocolo é de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio da Energia Elétrica e se encontra expirado. O Protocolo prevê cooperação com relação à “[...] geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, [...] métodos de preservação ambiental; [...] soluções de problemas específicos de operação e manutenção de equipamentos [...]” entre outras (BRASIL, 2004g, p. 56). O Memorando de Entendimento é para Ampliação e Diversificação das Relações Bilaterais e se encontra ainda em vigor. O Memorando de Entendimento serve para trocar informações, trocar bens e serviços, cooperar econômica, produtiva e comercialmente, trocar investimentos, etc. O Memorando cria o Fórum Conjunto Econômico-Empresarial Brasileiro-Libanês, encarregado de criar iniciativas que favoreçam o cumprimento do Memorando e a cooperação (BRASIL, 2004e).

6.3.12 Sultanato de Omã

O Omã é uma região muito antiga, pois a nação existe desde o ano de 632 (ARAÚJO, [20--?]). Contemporaneamente, depois de ter sido invadido por portugueses e otomanos, e haver sido protetorado britânico, o país conquista a sua independência em 1971. Omã é um sultanato, governado, desde o século XIX, pela mesma família. A religião oficial é o islamismo e a língua oficial é o árabe. A capital de Omã é Mascate, que “[m]isturando arquitetura moderna e tradicional, a cidade comanda uma vista do Golfo de Omã e serve como porto e centro comercial” (IBGE, [2022?]k, s.p.).

As relações diplomáticas entre Omã e Brasil foram estabelecidas no dia 3 de julho de 1974, quando a embaixada do Brasil na Arábia Saudita passa a ser cumulativamente

responsável (BRASIL, 2021m). Ainda assim, não há registros de discursos oficiais brasileiros sobre o Omã no período estudado no presente Trabalho. O ministro Celso Amorim visita o sultanato em 2005, mas não há registros de acordos bilaterais assinados. Em 2008, o Brasil abre embaixada residente em Mascate e, em 2010, o Omã abre a sua embaixada em Brasília.

6.3.13 República Árabe da Síria

A Síria é um país que alcançou a sua independência em 1946, porém, a situação interna do país é historicamente violenta devido ao enfrentamento dos diversos grupos sociais, religiosos e políticos que compõem o país (IBGE, [2022?]). A Síria possui muitos grupos religiosos, sendo a maioria muçulmanos sunitas, mas não possui religião oficial. A língua é o árabe e a capital do país é Damasco. O regime político, em sua Constituição, é republicano, mas o presidente está no poder há mais de 20 anos.

Em 1970, a Síria ficou sob o domínio autoritário de Hafez Al-Assad, cujos principais objetivos incluíam alcançar segurança nacional, estabilidade doméstica e recuperar o território sírio, que perdeu para Israel em 1967. Assad comprometeu seu país com um enorme aumento de armas, o que dificultou muito o orçamento nacional, deixando pouco para o desenvolvimento.

Após a morte de Assad, em 2000, seu filho Bashar Al-Assad se tornou presidente. Apesar de alguns passos iniciais em direção à reforma política, ele continuou o estilo autoritário do governo de seu pai, usando os poderosos serviços militares e de segurança para suprimir a dissidência política (IBGE, [2022?]), s.p.).

As relações diplomáticas com o Brasil iniciam-se no ano de 1945. Em 1951, o Brasil abre a sua legação em Damasco e, dez anos mais tarde, esta passa a ser embaixada. Estima-se que a comunidade síria estabelecida no território brasileiro esteja formada por 4 milhões de pessoas. As relações com a Síria, assim como com o Líbano, também foram, em parte, consequência do fluxo migratório. Porém, também “[...] pelo fato de os emigrantes terem estabelecido canais de comércio e de exportação entre o Brasil e seus países de origem (Síria e Líbano)” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 61).

Em 1997, no dia 25 de fevereiro, os dois países assinam o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional. O Acordo foi feito em Brasília e continua em vigor. O objetivo do Acordo era o intercâmbio bilateral nas áreas de Artes, Cultura, Literatura, Ciências, Educação e Ensino, através da promoção de palestras, pesquisas, cursos de língua (portuguesa e árabe) em universidades, entre outras (BRASIL, 1998a).

No ano de 2003, Lula visita a Síria e são assinados, no dia 3 de dezembro, quatro acordos em Damasco. Um deles é sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários. Basicamente, é o mesmo acordo assinado com o Líbano, porém, o Acordo se encontra em ratificação – até os dias de hoje – das duas Partes (Brasil e Síria) (BRASIL, 2003c). Outro Acordo é sobre Cooperação no Campo do Turismo. Trata-se, outra vez, do mesmo Acordo que foi assinado com o Líbano, e também com o Egito. Este Acordo sim está em vigor (BRASIL, 2006c). O terceiro Acordo é de Cooperação Esportiva, com o objetivo de cooperar e desenvolver o esporte (feminino, de alto rendimento, para pessoas com necessidades especiais, entre outros) a partir de visitas, intercâmbios, bolsas e encontros entre clubes esportivos (BRASIL, 2003a). Por fim, o último é o Programa Executivo de Cooperação Cultural e Educacional para os anos 2004, 2005 e 2006. Este Programa, obviamente, já expirou. O Programa é o mesmo que o Programa feito com o Egito, mas mais completo, pois prevê mais cooperação e intercâmbio a nível de educação pré-universitária, sendo o do Egito mais focado na educação superior (BRASIL, 2004f).

A visita do Presidente Lula à Síria rendeu bons frutos, pois o comércio exterior passou “[...] de 8 para 78 milhões [...]” de dólares (BRASIL, 2004c, p. 58). Até os dias atuais, segundo dados do Itamaraty, existem “[...] sete acordos bilaterais em vigor nas áreas de saúde, agricultura, turismo, esporte e cultura” (BRASIL, 2021e, s.p.).

6.3.12 República da Turquia

A Turquia, ao longo de sua história, “[...] atuou como uma barreira e uma ponte entre os dois continentes” (IBGE, [2022?]m, s.p.). A Turquia é um Estado secular, ou seja, o Estado é laico, na sua população, há uma maioria muçulmana. O idioma oficial é o turco e a capital é Ancara. Assim como o Egito e o Irã, a Turquia é considerada um Estado pivô na região, devido à sua influência no balanço de poder e em termos políticos (HOLAND, 2013; SILVEIRA, 2016). O país é uma democracia nacionalista e o regime de governo é parlamentar. O presidente atual é Recep Tayyip Erdoğan, que é afiliado ao Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP). O AKP governa o país desde 2002. A política externa dirigida pelo partido foi criada por uma figura turca muito importante: Ahmet Davutoğlu. “A ‘era Davutoğlu’ na política externa turca visa ao aprofundamento da participação da Turquia na política regional, nas organizações internacionais e na política mundial” (SILVEIRA, 2016, p. 24).

As relações diplomáticas com o Brasil iniciam-se “[...] com a assinatura do Tratado Bilateral de Amizade e Comércio (1858)” (BRASIL, 2021l, s.p.). O Brasil possui embaixada

residente em Ancara. Os aspectos bilaterais que marcam – e facilitam – as relações entre Brasil e Turquia são “[...] a paixão pelo futebol brasileiro, refletida na grande presença de jogadores do Brasil em equipes turcas; o crescimento do turismo; e o intercâmbio cultural, com exemplos que vão da literatura à teledramaturgia” (BRASIL, 2021, s.p.). Dentre os aspectos internacionais que marcam as relações, estão os seus posicionamentos em defesa das instituições internacionais, e o “[...] interesse mútuo no diálogo franco e construtivo sobre as grandes questões mundiais, como segurança, comércio e cooperação para o desenvolvimento” (BRASIL, 2021, s.p.).

No dia 10 de abril de 1995, a Turquia e o Brasil assinam um Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Especiais. O Acordo foi feito em Brasília, e continua em vigor (BRASIL, 1995a). Nesse mesmo dia, foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia. Foi feito em Brasília e continua em vigor, com o objetivo de possibilitar as consultas políticas e organizar encontros bilaterais (BRASIL, 1995b). Também foi assinado o Acordo sobre Cooperação no Setor de Turismo, que é basicamente o mesmo que o Acordo com o Egito e com o Líbano, que continua em vigor (BRASIL, 1996a). Ao mesmo tempo, foi assinado nessa data o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional. É o mesmo Acordo assinado com o Líbano, também (BRASIL, 1997a). E por fim, o Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, que continua em vigor e visa promover a cooperação econômica, industrial, financeira, comercial, de desenvolvimento, e de comunicação e transporte. As Partes (Brasil e Turquia) concedem isenção de tarifas aduaneiras e impostos sobre alguns produtos, criando assim, uma Comissão Mista bilateral, que seria a encarregada de promover a cooperação (BRASIL, 1998b).

Ainda no governo FHC, em 20 de agosto de 2001, os países assinam outro Acordo, desta vez, sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Comuns. O Acordo, assim como assinado bilateralmente com outros países, visa estabelecer a possibilidade da entrada, do trânsito e da saída de nacionais da outra Parte, por um período de 90 dias, sem necessidade de visto (BRASIL, 2004a). O Acordo continua em vigor, e foi feito em Ancara.

Em 2003, já no governo Lula, Brasil e Turquia assinam Acordo de Cooperação em Assuntos Relacionados a Defesa. O Acordo foi assinado em Brasília, está em vigor, e visa promover canais de comunicação e troca de informações, através de visitas e reuniões, assim como, intercâmbio de profissionais, etc. (BRASIL, 2008d).

No ano seguinte, nos dias 18, 19 e 20 de março, o Chanceler Celso Amorim visitou a Turquia, como convidado do governo turco. Nessa instância, se tornou o primeiro Chanceler brasileiro a visitar o país. O objetivo da visita foi para tentar aprofundar as relações bilaterais no tocante ao desenvolvimento econômico. Porém, não só isso. Também “[...] da cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, indústria aeroespacial, espaço exterior, turismo e defesa, entre outras” (BRASIL, 2004b, p. 295).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o 11 de setembro de 2001 mudou a história dos Estados Unidos e do mundo, tanto que, não só é considerado um ponto de “inflexão” na história, mas também, se perguntarmos para qualquer pessoa sobre o tema, ela vai saber exatamente o que estava fazendo quando ocorreram os ataques e vai lembrar da sua surpresa e reação. Por sua vez, o terrorismo sempre existiu, inclusive antes do 11 de setembro de 2001, ele já era um grande problema (MEARSHEIMER, 2002a). O que mudou foi a magnitude da ameaça, a surpresa do mundo inteiro de que o grande vencedor da Guerra Fria pudesse ser atacado.

Se analisarmos mais pausadamente, os EUA fizeram, na Guerra ao Terror, o que criticavam nos discursos, “[...] afinal das contas, não presenciamos recentemente uma política externa absolutamente agressiva (e que se utilizou inclusive da tortura) por parte de uma das mais importantes democracias do Ocidente?” (PENNA FILHO, 2009, p. 22). Os EUA exportam valores como democracia e liberdade, mas a que preço? Se as liberdades individuais e os direitos humanos são tão importantes assim, por que o seu principal aliado na região não é punido por atacar constantemente os povos do Oriente Médio e por invadir territórios vizinhos?

Por outro lado, no tocante às relações entre Brasil e os países islâmicos do Oriente Médio, a estrutura do sistema internacional, na década de 1970, foi favorável à aproximação, o cenário mundial favoreceu o aprofundamento das relações políticas e econômicas. No entanto, nas seguintes décadas, o desenvolvimento dessas relações não cresceu da mesma forma, por problemas internos e internacionais, levando ao distanciamento (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001).

“Da mesma forma que, durante muitos e muitos anos, o Brasil esteve voltado para Europa e para Estados Unidos, muitas vezes também os países árabes estiveram olhando apenas para um lado do planeta” (BRASIL, 2003e, p. 224). A distância e o desconhecimento foram mútuos. As relações bilaterais mais fracas entre o Brasil e alguns países, se viram afetadas, obviamente, por esse distanciamento.

No entanto, destaca-se que a estrutura do sistema no começo dos anos 2000, era favorável à ampliação do comércio e à busca de novos mercados não-tradicionais. Os atores insurgentes, como o Brasil, aproveitaram essa oportunidade que o sistema estava lhes conferindo de moldar o status quo em seu favor. Ganharam um espaço no sistema internacional que antes não tinham, ampliaram mercados, parceiros, relações políticas e diplomáticas e se

posicionaram em questões multilaterais nos diferentes órgãos. “Para o Brasil, esse é, enfim, um mundo perigoso, mas prenhe de oportunidades” (LESSA; MEIRA, 2001, p. 59).

Foi então, que houve uma reaproximação entre o Brasil e os países islâmicos do Oriente Médio. Holand (2013) descreve essa situação como redescoberta recíproca. Pela parte brasileira, por exemplo, para tentar aproximar as regiões, foram utilizados e exaltados os pontos de convergência dos países. Nos governos FHC foram utilizados os argumentos de interesses em comum e migração. Já nos governos Lula, as estratégias de discurso utilizadas foram mais profundas, apelando para a questão de identidade cultural nacional brasileira em si. Notari (2017, p. 264) observa 4 argumentos estratégicos nos discursos de Lula. Além do argumento de imigração indicado por Cardoso, também: “[...] i) influência árabe sobre a Península Ibérica; [...] iii) expressivo número de descendentes de árabes e israelenses na população brasileira; e iv) intensa contribuição valorativa de herança árabe para a formação da identidade brasileira”.

A PEB para os países islâmicos do Oriente Médio, ainda que tenha ganhado mais força no final do governo FHC e em todo o governo Lula, caracterizou-se pela participação ativa e fundamental de atores não-tradicionais. Ainda que os dois governos tenham atributos de diplomacias presidencialistas, onde o papel do presidente – tanto FHC quanto Lula – fora muito dinâmico e ativo, a atuação externa dos ministros (Lampreia, Lafer e Amorim), dos vice-presidentes e de outros ministros e embaixadores, em destaque, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Osmar Chohfi, foi muito importante para a projeção da diplomacia brasileira no Oriente Médio e para a aproximação das relações com os países em questão, por meio de visitas, acordos, esforços de mediação, seminários e cúpulas e, obviamente, comércio. Pode parecer injusto comparar a relação do Brasil com os países islâmicos do Oriente Médio nos dois governos de FHC e a relação do Brasil com esses países em dois anos do governo Lula, porém, em dois anos, o Presidente conseguiu praticamente o mesmo avanço que FHC conseguiu em oito anos.

Não há dúvidas que o Brasil queria inserir-se no sistema internacional como um grande player. A PEB para os países islâmicos do Oriente Médio é fundamental nesse processo, pois o Brasil sai da sua área de influência tradicional na busca da inserção e revisão da ordem internacional vigente. “Essa aproximação com o mundo árabe-muçulmano, por exemplo, se dá, entre outros fatores, pelo motivo de o Oriente Médio ser uma região estratégica no tabuleiro político mundial” (SANTOS, 2015, p. 55). Então, se o Brasil quisesse ser protagonista, ou grande player, não poderia desviar a atenção da região, mas sim, buscar posicionar-se com relação aos fatos que ali ocorriam.

Para isso, no governo Lula, o Brasil decide, como estratégia, servir de interlocutor e mediador dos conflitos entre os países do Oriente Médio, amparando-se no princípio do universalismo. O Brasil se mostra neutro, disposto a falar e a negociar com todos os países em busca de paz, sempre exaltando a imigração sírio-libanesa e como cristãos e muçulmanos convivem pacificamente no seu território. “O Brasil carece do argumento da força, mas tem a força do argumento, de um bom argumento, que é sua história de apreço à paz e ao diálogo entre etnias e culturas” (BRASIL, 2002b, p. 200). Além disso, o Brasil serve como ponte entre países e regiões, negociando com grandes potências e potências emergentes e mediando conflitos (BURGES, 2013; SILVEIRA, 2016; NOTARI, 2017).

Ponderando sobre os limites internos e externos que a PEB não teve fôlego ou força suficientes para superar, pode-se considerar que as políticas estratégicas articuladas foram bem-sucedidas. Consideram-se limites internos, aqueles que a economia e a política impunham tanto no Brasil como nos países islâmicos do Oriente Médio, e limites externos aqueles impostos principalmente pelos EUA, mas também pela geografia e pela conjuntura internacional, no geral.

Como conclusão, pode-se afirmar que não só a Guerra ao Terror dos EUA influenciou na PEB para o Oriente Médio, mas também o sistema internacional influiu. A década de 1990 estava condicionada por diversos fatores, entre eles, a redemocratização brasileira e a sua projeção como Estado emergente, as tensões entre EUA-ONU e Iraque, a situação de superpotência vencedora da Guerra Fria e hegemonia regional dos EUA, a promessa dos EUA de contribuir com políticas para o desenvolvimento econômico da América Latina – que afinal não se cumpriram –, as ideologias e interesses pessoais (e partidários, no caso do Lula) dos dois presidentes brasileiros, a situação econômica interna do Brasil, e, por fim e principalmente, os atentados terroristas do 11 de setembro e a reação dos EUA e do mundo. Oliveira, Souza e Santos (2015 p. 19) também acreditam que os EUA influíram na PEB após o 11 de setembro, pois os estadunidenses instauraram “[...] um unilateralismo que cerceava o espaço diplomático brasileiro”.

Acredita-se que todos os objetivos foram alcançados e que a pergunta norteadora foi respondida. Com relação à hipótese, ela foi confirmada, pois a Guerra ao Terror impactou negativamente nas relações do Brasil com alguns países islâmicos do Oriente Médio, principalmente com o maior afetado pela Guerra, que foi o Iraque. Em conversa, quando foi perguntado sobre se houveram mudanças na PEB nas relações Brasil-Iraque no pós-11 de setembro e com a criação do Eixo do Mal pelos EUA, o Embaixador Osmar Chohfi respondeu que sim.

Com o Iraque, evidentemente, houve. Os Estados Unidos transformaram o Iraque no inimigo principal. [...] Isso, realmente, complicou muito a vida do Iraque e isso, claro, teve reflexo na relação do Brasil com o Iraque, porque antes disso a relação do Brasil com o Iraque, politicamente, eu diria que era próxima. [...] Em suma, isso afetou a nossa relação com o Iraque, que era um grande parceiro comercial do Brasil. [...] Então, isso teve um reflexo na relação política porque houve um certo distanciamento e na relação econômica-comercial que foi muito afetada pelas Guerras do Golfo e pelas dificuldades que o Iraque então enfrentou (CHOHFI, 2022, p. 138-139).

Alguns países como o Egito, o Líbano e a Síria, as relações bilaterais com o Brasil eram mais fortes e prevaleceram. Também pelo fato de que estes países não estavam envolvidos na Guerra ao Terror, ainda que a Síria era considerada como inimiga dos EUA. As relações do Brasil com o Líbano, porém, foram questionadas pelos EUA, devido à possível ligação da comunidade libanesa brasileira, principalmente na Tríplice Fronteira, com o grupo Hezbollah libanês, considerado pelos EUA como terrorista, mas pelo Brasil não (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017).

Ainda que o sistema, por vezes, seja favorável à dependência ou à aproximação com as grandes potências, o Brasil deve incluir o Oriente Médio como região prioritária na sua PEB. Compartilham-se muitos valores (defesa do direito internacional e do multilateralismo, em um mundo multipolar, luta por um sistema internacional mais cooperativo e justo), causas e lutas (desenvolvimento social e econômico, defesa dos direitos humanos, luta contra o terrorismo internacional) e cultura, principalmente pelos laços migratórios que unem o Brasil com alguns países. Mas acima de tudo, compartilha-se história, pois os mesmos ideais anticolonialistas e anti-imperialistas estão presentes nas duas regiões, que – ainda que em diferentes medidas –, sofreram com a repressão e dominação estrangeira.

“Por outro lado, não se pode admitir que as lentes com que os Estados Unidos olham o mundo constituam as verdades que enxergamos e sobre as quais baseamos nossos discursos” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p. 142). Para relacionar-se com os países islâmicos do Oriente Médio, o Brasil não deve incorrer no mesmo erro das grandes potências. Deve, diferentemente, considerar as peculiaridades e a história da região. Para que haja intercâmbio entre os países, é necessário evitar o olhar preconceituoso sobre os muçulmanos. Esse racismo e inimizade são “[...] estratégias de isolamento que usam a guerra, a censura, a imprensa e a mobilização de medos populares [...]” para justificar as ações militares europeias e norte-americanas na região (SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2001, p. 169).

REFERÊNCIAS

- ALI, Tariq. **Bush na Babilônia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Never Before Seen in Brazil: Luis Inácio Lula da Silva's grand diplomacy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n2/09.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos** (CEBRAP), São Paulo, n. 91, p. 23-52, nov. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a02n91.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- ARRAES, Virgílio. Brasil e Oriente Médio: a busca da parceria adequada. **Correio da Cidadania**, [Brasília], fev. 2011. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/component/content/article?id=5543:25-02-2011-brasil-e-oriente-medio-a-busca-da-parceria-adequada>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016, Florianópolis. **Seminário**. Disponível em: http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1471560295_ARQUIVO_FernandaWenzeleJacquelineHaffner.pdf. Acesso em: 31 dez. 2021.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano**: da guerra da Espanha a Guerra no Iraque. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a redemocratização**. Tomo I. Brasília: FUNAG, 2012.
- BARRETO, Vicente Costa Pithon. **Um breve panorama da política externa brasileira nos últimos vinte anos**: Princípios, alterações e continuidade. Senado: Brasília a. 47 n. 187 jul./set. 2010. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/47/187/ril_v47_n187_p321.pdf. Acesso em: 26 de julho de 2021.
- BARNABÉ, Israel Roberto, O Itamaraty e a Diplomacia Presidencial nos governos FHC e Lula. **Revista de Estudos Internacionais**, João Pessoa, vol. 1, n. 2, p. 29-45, 2010.
- BERRINGER, Tatiana. **Blocos no Poder e a política externa nos governos FHC e Lula**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria, [Damasco], 4 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 249, p. 90, 23 dez. 2003a. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/11089>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, Beirute, 4 de dezembro de 2003b. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8245>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, Damasco, 3 de dezembro de 2003c. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/11014>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto Legislativo nº 2, de 1998. [Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria], [Brasília], 25 de fevereiro de 1997. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 21-E, p. 1, 30 jan. 1998a. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/17794>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto Legislativo nº 50, de 2006. [Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa], [Beirute], 4 de outubro de 2002. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 250, p. 14, 24 dez. 2008b. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8070>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto Legislativo nº 348, de 2008. [Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa], [Beirute], 4 de outubro de 2002. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 250, p. 14, 24 dez. 2008c. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8077>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 2.097, de 17 de dezembro de 1996. [Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Cooperação no Setor de Turismo], [Brasília], 10 de abril de 1995. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 245, p. 27301, 18 fev. 1996a. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/17901>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 2.152, de 19 de fevereiro de 1997. [Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia], [Brasília], 10 de abril de 1995. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 34, p. 3100, 20 fev. 1997a. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/17915>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 2.515, de 12 de março de 1998. [Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial entre o Governo da República

Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia], [Brasília], 10 de abril de 1995. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 49, p. 2, 13 mar. 1998b. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/18048>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 2.559, de 23 de abril de 1998. [Acordo sobre Serviços Aéreos], [Beirute], 4 de fevereiro de 1997. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 77, p. 11-13, 24 abr. 1998c. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/16709>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 4.476, de 21 de novembro de 2002. [Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa], [Beirute], 4 de fevereiro de 1997. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 226, p. 6-7, 22 nov. 2002a. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/16703>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 5.124, de 1 de julho de 2004. [Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia Sobre a Isenção de Visto Para Titulares de Passaportes Comuns], [Ancara], 20 de agosto de 2001. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 126, p. 5, 2 jul. 2004a. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/11923>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 5.744, de 4 de abril de 2006. [Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários], [Beirute], 4 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 66, p. 1-2, 5 abr. 2006a. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8114>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 5.888, de 6 de setembro de 2006. [Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação na Área do Turismo], [Beirute], 4 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 173, p. 8, 8 set. 2006b. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8117>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 5.923, de 4 de outubro de 2006. [Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo], [Damasco], 3 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 192, p. 10, 5 out. 2006c. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/11084>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 6.411, de 24 de março de 2008. [Acordo Sobre Cooperação em Assuntos Relacionados a Defesa Entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia], [Brasília], 14 de agosto de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 57, p. 5-6, 25 mar. 2008d. Disponível em:

<https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/11961>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 7.934, de 19 de fevereiro de 2013. [Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa], [Beirute], 4 de outubro de 2002. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 34, p. 27-29, 20 fev. 2013. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8191>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 9.152, de 6 de setembro de 2017. [Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário], [Beirute], 4 de outubro de 2002. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 173, p. 16-17, 8 set. 2017. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/23374>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 78, 1º semestre de 1996b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 79, 2º semestre de 1996c.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 81, 2º semestre de 1997b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 87, 2º semestre de 2000.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 88, 1º semestre de 2001a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 89, 2º semestre de 2001b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 90, 1º semestre de 2002b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 91, 2º semestre de 2002c.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 92, 1º semestre de 2003d.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 93, 2º semestre de 2003e.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 94, 1º semestre de 2004b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação de Documentação Diplomática. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, n. 95, 2º semestre de 2004c.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Diretoria-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior: Divisão de Atos Internacionais. Acordo entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Especiais, [Brasília], 10 de abril de 1995. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 155, p. 12185, 14 ago. 1995a. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/17883>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Diretoria-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior: Divisão de Atos Internacionais. Memorando de Entendimento sobre Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe do Egito, [Cairo], 14 de novembro de 1996. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 25, p. 7, 5 fev. 1998d. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8106>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Diretrizes da Política Externa Brasileira. **Embaixada do Brasil em Quito**. [Quito], [20--?]. Disponível em: http://quito.itamaraty.gov.br/pt-br/diretrizes_da_politica_externa_brasileira.xml. Acesso em: 27 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Emirados Árabes Unidos**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 23 abr. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/emirados-arabes-unidos>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Estado do Catar**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 23 abr. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/estado-do-catar>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Estado do Kuwait**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 17 maio 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/estado-do-kuwait>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe do Egito sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço, [Cairo], 9 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 249, p. 87, 23 dez. 2003f. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8106>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, [Beirute], 4 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 29, p. 130, 11 fev. 2004d. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8527>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa para Ampliação e Diversificação das Relações Bilaterais, [Brasília], 17 de fevereiro de 2004. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 41, p. 56, 2 mar. 2004e. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8715>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado do Kuwait sobre Estabelecimento de Consultas Bilaterais, [Cidade do Kuwait], 8 de maio de 2002. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 139, p. 136-137, 22 jul. 2002d. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/7940>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia, Brasília, 10 de abril de 1995b. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/17881>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Memorandum de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe do Egito, [Cairo], 9 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 249, p. 87, 23 dez. 2003g. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8106>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Programa Executivo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria para os Anos de 2004, 2005 e 2006, [Damasco], 3 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 33, p. 60, 17 fev. 2004f. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/11088>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação Técnica no Domínio da Energia Elétrica, [Brasília], 17 de fevereiro de 2004. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 41, p. 55-56, 2 de março de 2004g. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/8714>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Reino da Arábia Saudita**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 17 jun. 2021d. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/reino-da-arabia-saudita>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Reino do Bahrein**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/reino-do-bahrein>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República Árabe da Síria**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 20 maio 2021e. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-arabe-da-siria>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República Árabe do Egito**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 6 jan. 2021f. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-arabe-do-egito>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República da Turquia**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 16 jun. 2021g. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-da-turquia>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República do Iêmen**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 15 jun. 2021h. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-do-iemem>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República do Iraque**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 15 jun. 2021i. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-do-iraque>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Reino Hashemita da Jordânia**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 10 fev. 2021j. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/reino-hashemita-da-jordania>.

[br/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/reino-hashemita-da-jordania](https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/reino-hashemita-da-jordania). Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República Islâmica do Irã**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 15 jun. 2021k. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-islamica-do-ira>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República Libanesa**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 17 maio 2021l. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-libanesa>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Sultanato de Omã**. [Brasília, DF]: Ministério das Relações Exteriores, 17 maio 2021m. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/sultanato-de-oma>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BURGES, Sean. Brazil as a bridge between old and new powers? **International Affairs**, [s.l.], v. 89, n. 3, 2013.

BUSH, George W. **Decision points**. New York: Crown Publishers, 2010.

BUSH, George W. **President Bush Addresses the Nation**. Washington, 19 mar. 2003. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030319-17.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BUSH, George W. **Statement by the President in His Address to the Nation**. Washington, 11 set. 2001. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.html>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BUSH, George W. **The National Security Strategy of the United States of America** (NSS-2002). Washington: The White House, 2002. Disponível em https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss2002.pdf?ver=oyVN99aEnrAWijAc_O5eiQ%3d%3d. Acesso em: 27 de julho de 2021.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 3 ed., 2010.

CERVO, Amado. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado. Os objetivos da política exterior de Lula. **Colunas do Relnet**, n. 10, 2004.

CERVO, Amado. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 1, p. 5-35, 2002.

COHFI, Osmar. Conversa com o Embaixador. [Entrevista cedida a] Dayana Blanco. [Entrevista com fins acadêmicos, para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, através da plataforma Google Meet], 7 de fevereiro de 2022.

COSTA, Frederico Carlos De Sá; WUNDER, Rodrigo Setubal. Guerra ao Terror: Aspectos ideológicos do contraterrorismo. **Aurora**, n. 7, jan. 2011.

CUNHA, Ciro Leal da. **Terrorismo internacional e política externa brasileira após o 11 de setembro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

DAVIDSON, Roger H. *et al.* **Congress and its members**. 11. ed. Washington: CQ Press, 2008.

DIAS, Marli Barros. Fundamentalismo Islâmico no Ocidente, **Periódicos PUCPR**, n. 2, p. 80-95, jul./dez. 2019.

DUTRA, Walkiria Zambrzycki. “Guerra ao Terror”: A (des)construção de uma resposta estratégica de combate ao terrorismo. **Revista Estudos Políticos**, v. 6, n. 11, janeiro de 2015.

FARES, Seme Taleb. **O Pragmatismo do Petróleo**: as relações entre o Brasil e o Iraque, de 1973 a 2007. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília, 2007.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIDEL, Frank; SIDEY, Hugh. **George W. Bush**. White House Historical Association, 2006. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/george-w-bush/>. Acesso em: 26 nov. 2021.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUKUYAMA, Francis. The end of history? **The national interest**, n. 16, 1989.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Gonçalo Santa Clara. A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional. Portugal: **Instituto da Defesa Nacional**, 1990. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56_GSantaClaraGomes.pdf. Acesso em: 26 de julho de 2021.

GRAY, Colin. **The Implications of Preemptive and Preventive War Doctrines**: a reconsideration. Juniper Grove, 2007.

HOLAND, Carla Andréia Ronconi. **A política externa do governo Lula (2003-2010) para o Oriente Médio**: precedentes, avanços e retomadas. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de

Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2012.

HUSSEIN, Muhammad. Lembranças das revelações de torturas americanas em Abu Ghraib. Monitor do Oriente, [s.l.], 4 de maio de 2019. Disponível em:

<https://www.monitordo Oriente.com/20190504-lembrancas-das-revelacoes-de-torturas-americanas-em-abu-ghraib/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arábia Saudita**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2021?]. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/arabia-saudita>. Acesso em: 3 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bahrein**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?]a. Disponível em: Acesso em: 3 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Catar**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?]b. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/catar>. Acesso em: 3 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Egito**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?]c. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/egito>. Acesso em: 4 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Emirados Árabes Unidos**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?]d. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/emirados-arabes-unidos>. Acesso em: 4 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Iêmen**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?]e. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/iyemen>. Acesso em: 25 fev. 2022

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Irã**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?]f. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/ira>. Acesso em: 4 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Iraque**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?]g. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/iraque>. Acesso em: 4 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Jordânia**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?]h. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/jordania>. Acesso em: 5 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Kuwait**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?]i. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/kuwait>. Acesso em: 5 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Líbano**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?]j. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/libano>. Acesso em: 5 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Omã**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?k]. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/oma>. Acesso em: 25 fev. 2022

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síria**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?l]. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/siria>. Acesso em: 5 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Turquia**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2022?m]. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/turquia>. Acesso em: 5 fev. 2022.

KEEGAN, John. **A Guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

KRANZ, Bernardo Koch. **Capitão América (V4): Soft Power e Diplomacia Cultural na Guerra ao Terror (2002-2006)**. Orientador: Renato José da Costa. 2015. 82 f. – Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pampa, Curso de Relações Internacionais, Santana do Livramento, 2015.

MANN, Michael. **O Império da Incoerência: a natureza do poder americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

KRAUTHAMMER, Charles. In defense of democratic realism. **The national interest**. New York, 2004.

KUNTZ, R. O ex-chanceler e a diplomacia. **O Estado de S. Paulo**, 5 dez. 2004, P. D6.

LAFER, C. As eleições de novembro de 1982 e a política exterior do Brasil. [19--] apud LAFER, C. **O Brasil e a crise mundial**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

LAMAZIÈRE, Georges. **Ordem, hegemonia e transgressão**. Brasília: FUNAG, 2010.

LEITE, Lucas Amaral Batista. George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 27 - 59, 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/3861/4161>. Acesso em: 25 nov. 2021.

LESSA, Antônio Carlos. Balanço do primeiro ano do governo Lula. Brasília: **Correio Internacional, Relnet**, 2004.

LESSA, Antônio Carlos; MEIRA, Frederico Arana. O Brasil e os atentados de 11 de setembro de 2001. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 44, n. 2, out. 2001. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5210/1/ARTIGO_BrasilAtentados11Setembro.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.

LOPES, João Eduardo Granata. **Ameaças Globais: O Terrorismo de Matriz Islâmica na Globalização**. 2017. Dissertação (Mestre em Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-

Aviador) - Academia da Força Aérea, Mestrado Integrado em Ciências Militares e Aeronáuticas, Sintra, 2017. Disponível em:
https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23099/1/Amea%C3%A7as%20globais_o%20terrorismo%20de%20matriz%20isl%C3%A2mico%20na%20globaliza%C3%A7%C3%A3o_disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 jan. 2022.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

MEARSHEIMER, John J. The Problem of Terrorism. [Entrevista cedida a] Harry Kreisler. **Institute of International Studies**, abr. 2002a. Disponível em:
<http://globetrotter.berkeley.edu/people2/Mearsheimer/mearsheimer-con5.html>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MEARSHEIMER, John J. The United States and Realism. [Entrevista cedida a] Harry Kreisler. **Institute of International Studies**, abr. 2002b. Disponível em:
<http://globetrotter.berkeley.edu/people2/Mearsheimer/mearsheimer-con4.html>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MELLO, Flavia de Campos. **Regionalismo e inserção internacional**: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2000.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. **O Brasil e o mundo ágio-africano**. Brasília: FUNAG, 2012.

NOTARI, Maria Helena de Aguiar. Os papéis projetados pela Política Externa Brasileira para o Oriente Médio durante os governos Lula (2003-2010). **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 1, jan. 2017.

NYE, Joseph. La lucha contra el 'nuevo' terrorismo, **El País**, agosto de 2004. Disponível em:
https://elpais.com/diario/2004/08/05/opinion/1091656807_850215.html. Acesso em: 22 out. 2021.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil**: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de; SOUZA, Deywisson Ronaldo Oliveira de; SANTOS, Deijenane Gomes dos. Cardoso, Lula da Silva e o Oriente Médio: Mudança ou Continuidade? **Meridiano 47**, v. 16, n. 148, mar.-abr. 2015. Disponível em:
<http://ojs.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/M47e16008/10963>. Acesso em: 27 jan. 2022.

ORMOND, Yesa Portela. **Iraque em Crise**: O modelo de Política Externa Estadunidense como fator principal na deterioração do Estado (1990-2003). Orientador: Renato José da Costa. 2015. 82 f. – Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) –

Universidade Federal do Pampa, Curso de Relações Internacionais, Santana do Livramento, 2015.

OPEP. Organization of the Petroleum Exporting Countries – OPEC. **Annual Statistical Bulletin**. [Viena]: OPEP, 2019. Disponível em:

https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm. Acesso em: 31 jan. 2022.

PAPE, Robert. The Strategic Logic of Suicide Terrorism. **American Political Science Review**, n. 97, 27 ago. 2003.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Era George W. Bush (2001/2007): os EUA e o Sistema Internacional. CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2., Rio de Janeiro, 2007. **Seminário: Estados Unidos: presente e desafios**. Brasília: FUNAG, 2008. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/al000127.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política Internacional**. 2ª Edição Atualizada. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

PENNA FILHO, Pio. O Irã e sua Inserção Internacional. **Meridiano 47**, n. 106, mai. 2009. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7744/1/ARTIGO_IraInsercaoInternacional.pdf.

Acesso em: 27 jan. 2022.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. **Infieis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ROSS, Benjamin. Who Named the Neocons? **Dissent**, 2007. Disponível em:

<https://www.dissentmagazine.org/article/who-named-the-neocons>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SANTOS, Deijenane Gomes dos. **O Oriente médio na política externa do Governo Lula (2003-2010)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Recife, 2015.

SCHERER, Ligia Maria; GOULART, Felipe Haddock Lobo; VELOSO, Pedro Augusto Franco (org.). **Brasil-Líbano: Legado e Futuro**. Brasília: FUNAG, 2017.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS”, 2000, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

SILVA, André Luiz Reis da; PILLA, Bruno. O Oriente Médio na política externa brasileira (1947-2011): aproximação, distanciamento e engajamento. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, 2012.

SILVA, Daniel Afonso da. Matias Spektor, 18 Dias: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2,

novembro 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/3KdstnJRMmGpkfqDMGbfQkF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVEIRA, Isadora Loreto da. **O Oriente Médio na Política Externa Brasileira desde 2003: relações do Brasil Com Irã, Egito e Turquia**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2016.

STEWART, Rory. The Last Days of Intervention: Afghanistan and the Delusions of Maximalism. **Foreign Affairs**, v. 100, n. 6, nov./dez. 2021.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Relações Internacionais/ "Programa San Tiago Dantas", Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17449>. Acesso em: 25 fev. 2021.

TRISTAN, Pierre. **The U.S. and the Middle East in 10 Easy Pieces: Mideast Policy from Harry Truman to George W. Bush**. ThoughtCo., 30 jul. 2019. Disponível em: http://middleeast.about.com/od/usmideastpolicy/a/me070909b_2.htm. Acesso em: 28 nov. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. de; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social: USP**, v. 15, n. 2, nov. 2003.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, 1999.

WEYLAND, Kurt. Realism under Hegemony: Theorizing the Rise of Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 8, n. 2, 2016.

ANEXO – Conversa com o Embaixador Osmar Chohfi

Conversa com o embaixador Osmar Chohfi, cedida à acadêmica Jéssica Dayana Blanco Castillo, por motivo do seu Trabalho de Conclusão de Curso. A conversa ocorreu no dia 7 de fevereiro de 2022, pela plataforma Google Meet, onde fora gravada para depois, ser transcrita para este anexo.

Dayana Blanco: Boa tarde! Primeiramente, queria lhe agradecer mais uma vez pela disponibilidade e pela sua gentileza na colaboração com o meu Trabalho, a qual é fundamental. A participação do senhor foi bastante ativa no período de FHC e o senhor fez várias viagens, que o ex-Presidente não teve a oportunidade, e essa experiência vai ser bastante enriquecedora para o meu Trabalho. Então, eu queria que o senhor começasse falando sobre a sua experiência como Secretário-Geral do Ministério [de Relações Exteriores]. O senhor concorda?

Embaixador Osmar Chohfi: Posso começar por aí, sim! O Secretário-Geral é a segunda pessoa em importância do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O cargo de Secretário-Geral só pode ser exercido por diplomatas de carreira. No Itamaraty o único cargo que pode ser exercido por pessoas de fora da carreira – que é um cargo político – é o de Ministro das Relações Exteriores. Mas o Secretário-Geral tem que ser diplomata. E o Secretário-Geral ajuda o Ministério das Relações Exteriores a executar a política externa do Brasil, ao mesmo tempo em que, ele coordena todas as atividades das áreas específicas do Ministério das Relações Exteriores, tanto as áreas-meio quanto as áreas-fim. As áreas-fim são política, econômica, cultura, ciência e tecnologia, toda aquela gama de assuntos que são tratados pelo Ministério das Relações Exteriores que compõem a política externa do Brasil. E também a parte administrativa. Tudo vai encaminhado para o Secretário-Geral que leva ao Ministro das Relações Exteriores – com quem ele tem que ter uma afinidade, eu diria, pessoal e profissional muito grande e, no meu caso, isso foi evidente, depois eu explico o porquê – a sua melhor opinião e, levar ao Ministro aquilo que é absolutamente, vamos dizer assim, estratégico e importante para a condução da política externa.

O Secretário-Geral decidirá muitas coisas; ele será a última instância de decisão em temas que não exigem (e não teriam porquê exigir) a aprovação do Ministro das Relações Exteriores, que, não pode ficar tomado demasiadamente pelo dia-a-dia ou o cotidiano do Ministério. Inclusive, porque ele tem que viajar, ele tem que representar... Então todo

Secretário-Geral tem essa função; o que não quer dizer que o Secretário-Geral também não possa ser incumbido pelo Ministro de determinadas missões (que foi o que aconteceu comigo).

Então eu volto atrás quando eu falei de afinidade pessoal e funcional. Você se correspondeu com o Ministro Celso Lafer, que foi a sua primeira mensagem, e eu e ele fomos colegas de escola e de faculdade. Quer dizer, a nossa amizade é uma amizade muito antiga. Eu segui a carreira diplomática e depois que me formei em Direito na Universidade de São Paulo. Mas eu continuei tendo com ele, e ele continuou tendo com o Itamaraty, uma relação e uma interação muito grande. Ele como cientista político e *expert* em relações exteriores, nunca deixou de ter essa relação com o Itamaraty. Ele inclusive foi embaixador do Brasil em Genebra, nos órgãos da ONU em Genebra; foi Ministro das Relações Exteriores duas vezes, no governo Collor e no governo Fernando Henrique, então, a relação dele era, historicamente, muito próxima do Itamaraty.

Eu era Chefe do Gabinete do Ministro Luiz Felipe Lampreia, já falecido. Quando o Ministro Luiz Felipe Lampreia decidiu deixar o Ministério, depois de seis anos de exercício do Ministério das Relações Exteriores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso escolheu o Celso Lafer, e o Celso Lafer me manteve na chefia do Gabinete e em 2001, já no ano e meio final do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Secretário-Geral de então, que era o Embaixador Luiz Felipe Seixas Correia, decide sair e o Celso Lafer me convidou para ser Secretário-Geral. Aí é que eu cheguei à Secretaria-Geral que, para um diplomata, é uma função que honra muito, porque é a etapa mais alta que um diplomata pode aspirar na carreira institucionalmente. É claro que um diplomata pode ser, como já existiram vários diplomatas, Ministro das Relações Exteriores. Mas o topo da carreira, vou considerar institucionalmente, é a Secretaria-Geral das Relações Exteriores. E eu tive a felicidade de vir a ser chamado a ser Secretário-Geral das Relações Exteriores. É uma experiência muito rica, porque como eu disse a você, a Secretaria-Geral tem uma visão panorâmica da atividade do Ministério das Relações Exteriores em todos os setores, tanto das atividades-fim como das atividades-meio (setores: política, econômico, cultural, comercial, ciência e tecnologia, meio ambiente, direitos humanos, tudo o que compõe a pauta da política externa de um país e, uma política externa como a do Brasil). E também da área administrativa. Ele tem que ajudar o Ministro a administrar o Ministério das Relações Exteriores, tratar de temas administrativos, de infraestrutura, de pessoal, etc. Então, é uma visão panorâmica, é uma função que exige muito da pessoa, porque eu me lembro que eu não tive nem um fim de semana que eu não tenha levado trabalho para casa quando eu era Secretário-Geral das Relações Exteriores, nem um. Porque durante o fim de semana é que eu tinha tempo de ler documentos mais prospectivos, ou trabalhar e pensar um pouco. Porque, naquela função,

além de administrar, você tem que pensar a política externa. Mas é uma função muito enriquecedora e é uma função que te dá uma visão ampla do que é o Ministério das Relações Exteriores, e também te permite, no campo das relações interinstitucionais, ter interlocução com todos os Ministérios na esplanada, que têm algo a ver também com política externa. E, a começar, com o Presidente da República. Eu, algumas vezes, durante as viagens do Ministro Celso Lafer, exerci o Ministério: fui Ministro Interino. Então isso te dá, além desse conhecimento panorâmico da atividade externa do Brasil, uma visão muito completa do que é a administração do Estado brasileiro. Você está lá no topo da administração do Estado brasileiro, você participa desse exercício. Você vai ao Presidente da República. É uma experiência muito enriquecedora.

No contexto dessa experiência, no final já do governo Fernando Henrique, havia tempo que não se fazia algo com relação ao Mundo Árabe, por diferentes razões. Vamos falar um pouco historicamente. Eu vejo a relação do Brasil com o Mundo Árabe, com dois aspectos muito importantes *hoje*, são dois pilares importantes. Do ponto de vista político, social e cultura, como sendo um pilar, é o seguinte: a existência no Brasil de uma grande comunidade brasileira de origem árabe, sobretudo de origem sírio, libanês e palestino, são os principais. Então, esse componente de participação humana, no conjunto da sociedade brasileira, dá uma característica especial para a relação do Brasil com o Mundo Árabe. Isso pode valer também para outras comunidades, como a comunidade italiana e todas aquelas que tiveram grandes contingentes imigratórios que vieram para o Brasil. Mas, eu acho que no caso da comunidade árabe, ela teve um componente específico e singular, que – talvez como os japoneses ou um pouco menos – vieram de um outro mundo; vieram do Oriente com outra cultura e com outras características. Mas, o Brasil como sabe-se acolhe a todo o mundo de braços abertos, e, há uma integração muito grande de todo o mundo na sociedade brasileira. Mas esse componente humano, no caso dos países árabes, é muito valorizado por eles. É valorizado por nós, e é valorizado pelos países árabes. Então esse componente – que eu dizia – afetivo, traz uma característica diferente para a relação Brasil-países árabes; e ele é sempre lembrado no mundo árabe, como é lembrado por nós no Brasil e na nossa relação com o mundo árabe. Esse é um aspecto importante.

O segundo aspecto, que eu dizia que é um pilar importante na nossa relação com o mundo árabe hoje, é o fato de que o Brasil é responsável por parte significativa da segurança alimentar no mundo árabe. Você sabe que o mundo árabe importa a maior parte de suas necessidades de alimentos do exterior. Nesse contexto, o Brasil é um grande parceiro do Mundo Árabe. O Brasil fornece proteína animal halal, sendo o principal fornecedor de produtos com proteína animal halal para o Mundo Árabe, fornece grãos, fornece açúcar. Em suma, toda essa

gama de produtos do agronegócio brasileiro – que é tão competitivo – são muito importantes para o Mundo Árabe, porque eles contribuem para essa segurança alimentar e o Brasil é um parceiro confiável, responsável, durante a pandemia [de COVID-19] não deixou absolutamente de responder às necessidades de importação do Mundo Árabe – tivemos dificuldades como todo o mundo teve, sobretudo em 2020, porque as cadeias de fornecimento se desorganizaram com a pandemia –. Mas o Brasil continuou sendo um parceiro muito confiável e muito pronto e pontual nas suas entregas de produtos do setor alimentar para o mundo árabe.

Agora em 2021 tivemos um crescimento muito grande do comércio Brasil-Mundo Árabe, apesar da pandemia. Nós atingimos um recorde de exportação para eles que nós não atingíamos desde 2014. O comércio do Brasil com o Mundo Árabe em 2021 – exportações e importações – chegou a 24 bilhões de dólares, que é um resultado muito importante. Mais do que o Mundo Árabe – se você pegar os 22 países em seu conjunto – só a China ou os Estados Unidos. Se você considerar os países árabes individualmente, você verá que eles são significativos também: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Argélia, às vezes o Marrocos; tem comércio de acima de 1 bilhão de dólares nos dois sentidos com o Brasil, nos bons anos. Então, esse fato é um fato importante, é um outro grande pilar da relação Brasil-Mundo Árabe atualmente.

Nesse contexto, você tem uma grande complementaridade, porque uma parte significativa do nosso comércio com o Mundo Árabe vem do agronegócio e, ao mesmo tempo, o agronegócio é um dos grandes importadores de fertilizantes e fosfatos do Mundo Árabe, que é grande exportador. Então, você tem uma complementaridade, é quase que um ciclo virtuoso: a gente importa os fertilizantes e fosfatos que corrigem nosso solo, produzimos competitivamente e exportamos para o Mundo Árabe. Então, essa complementaridade em termos de segurança alimentar, é outra característica importante da relação do Brasil com os 22 países árabes.

O Mundo Árabe, como você sabe e você tem estudado isso, você chama “Mundo Árabe” e você acha que há uma longa uniformidade: não há! Há uma diversidade geográfica, uma diversidade histórica, uma diversidade étnica também, de populações. Quando você fala “Mundo Árabe” é, o que eu diria, um conceito político-cultural, que se traduz em certas afinidades. Essas afinidades são culturais, às vezes afinidades políticas, mas que também não escondem a diversidade, e, às vezes, até o conflito. Mas é o Mundo Árabe, que é um mundo diverso que vai do Atlântico ao Índico, então, tinha que ser muito diverso.

Na área política, nós tivemos tradicionalmente, em alguns temas da pauta internacional, posições convergentes, e tivemos também posições divergentes. Mas, nunca houve uma

confrontação maior de pontos de vista e de posições políticas entre o Brasil e o Mundo Árabe, isso realmente não houve. Mesmo recentemente, com o novo governo, o governo Bolsonaro, que decidiu ter uma relação bem mais próxima com Israel. Isso causou ruídos nas relações por causa do problema da possível mudança da embaixada do Brasil, que está em Tel Aviv, para Jerusalém. Mesmo isso, que é muito sensível no Mundo Árabe esse tema de Jerusalém – você sabe, você estudou a história da Palestina, é muito sensível no Mundo Árabe. Jerusalém é uma das 3 cidades mais sagradas do Islã – as pessoas às vezes não sabem disso, mas é! Você tem a mesquita de Al-Aqsa, você tem o Domo, você tem coisas importantes lá. Mas que isso também foi superado. Quer dizer, mesmo o governo Bolsonaro que tem essa tendência mais próxima a Israel, no final houve uma evolução e uma reaproximação. Isso também foi favorecido por uma evolução no Mundo Árabe, vários países árabes decidiram ter uma relação normalizada com Israel (por exemplo, os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein, o Sudão), o que trouxe um componente – que eu diria – de distensão na própria região. Esse componente de distensão, obviamente, se refletiu na política externa destes países e naqueles que com eles tinham relação. Isso deu ao Brasil novas oportunidades no Mundo Árabe agora. As visitas do Bolsonaro à região propiciaram a assinatura de um ou outro acordo (acordos de facilitação de comércio, acordos para investimentos) sobretudo com os Emirados Árabes Unidos e com a Arábia Saudita.

Quando você fala de relação Brasil-Mundo Árabe, você tem relação com componente econômico-comercial mais acentuado, por exemplo, no caso do Marrocos, da Argélia, do Egito e de todos os países do Golfo; de outro lado você tem a relação que seria um pouco mais no âmbito do afetivo-cultural, como é o caso do Líbano e da Síria. Em suma, são diferentes maneiras de se relacionar com esse Mundo Árabe que é, também, muito diverso.

O que eu vejo que a gente tem que fazer mais nessa relação? Do ponto de vista econômico, a gente tem que procurar mais parcerias estratégicas com os países árabes. Quando eu falo em parcerias estratégicas, estou falando em termos não só de consolidar e dar previsibilidade a essa relação de segurança alimentar, mas também em contratos de longo prazo, previsibilidade no fornecimento, investimentos árabes no agronegócio brasileiro, maior participação do Brasil em zonas francas árabes (que são bastante importantes), pensar na falta de linhas marítimas diretas entre o Brasil e o Mundo Árabe (que influencia negativamente o comércio), criando um fluxo logístico mais estruturado e mais previsível.

Do ponto de vista político, a gente tem que procurar entender melhor as sensibilidades do Mundo Árabe, que é tão diverso. Tem países que já tem relações com Israel e tem países que não têm relações com Israel. Tem países em que a relação com Israel condiciona muito a sua visão de como ele tem que se relacionar com outros países, e tem outros que não. Hoje em dia,

nos Emirados Árabes Unidos, o tema Israel é um tema que está superado. Se qualquer país tiver relações com Israel, isso não é impedimento para os Emirados Árabes Unidos. Agora, pode ser para outro país, mas isso está em evolução permanente. Então, ter sensibilidade para as causas do Mundo Árabe é importante e o Brasil tradicionalmente teve, calibrar a posição do Brasil com a Palestina. Calibrar é tentar ajudar e não dificultar a possível solução da questão. Para isso, é necessário ter uma boa interlocução com os dois lados, estar disposto a dar ideias se for necessário. O Brasil é uma potência média, não é uma grande potência que vá poder influir decisivamente nas questões do Oriente Médio, mas é uma potência média respeitada, com uma posição política tradicional, que pode ter alguma coisa a dizer para ajudar.

Então é isso, basicamente. Eu não sei se isso te ajuda um pouco...

Dayana Blanco: Me ajuda sim, claro! Eu teria, também, algumas perguntas. Uma delas é sobre a sua viagem aos Emirados Árabes Unidos. O senhor poderia comentar o motivo?

Embaixador Osmar Chohfi: Eu estive em 2002, quando eu era Secretário-Geral, na Arábia Saudita, nos Emirados Árabes Unidos e Kuwait. O objetivo da viagem, como eu te disse, foi, na época, dar uma indicação do interesse do Governo brasileiro na aproximação das relações com o Mundo Árabe. Fui o primeiro Alto Diplomata brasileiro a visitar os Emirados Árabes Unidos, desde a criação dos Emirados no início da década de 70. Então, o objetivo era um objetivo duplo. Primeiro, demonstrar o interesse de uma aproximação política – ao dizer, “o Brasil está aqui, o Brasil está interessado –, na época eu realizei consultas políticas. Consultas políticas é quando dois países fazem uma reunião e de vários níveis: pode ter consulta política desde presidencial, ministerial, subsecretários, embaixadores... A consulta política é um mecanismo em que você define uma agenda que interesse aos dois lados, e no contexto dessa agenda, você troca ideias, explica qual é a sua posição, dá informações ao seu interlocutor sobre temas em que você tem mais informação e colhe dele informações sobre temas que ele tem mais informação. Por exemplo, no caso do Brasil e Arábia Saudita – ou Emirados Árabes – nós fizemos consultas políticas, colhemos impressões sobre como eles viam a situação no Golfo e como ela estava evoluindo, e transmitir a eles uma visão da América Latina e de como estava evoluindo a situação na América Latina. Basicamente, a consulta política é uma troca de impressões que as chancelarias fazem, justamente, para colher informações de interlocutores bem informados, e, ao mesmo tempo, transmitir a estes determinadas informações e percepções que você tem da sua área do mundo e das suas prioridades diplomáticas.

O outro objetivo também foi explorar os possíveis caminhos para ampliar a cooperação econômica e comercial. Em 2002, era o começo das zonas francas de lá dos Emirados e, eu me lembro que, eles me levaram ao que é Jebel Ali, que é a maior zona franca que tem nos Emirados. E eu visitei, e assinei um Memorando de Entendimentos na época, de concessão de um espaço para que o Brasil pudesse instalar alguma coisa mais lá e, realmente, o Brasil instalou: o Brasil levou a APEX (Agência de Promoção de Exportações e Investimentos) do Governo Brasileiro, que está vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Eu também visitei o Egito, mas o Egito é um caso à parte, porque o Egito tem uma política externa muito ativa; sempre foi uma política externa muito globalista, para o mundo todo.

Então, basicamente foi isso. Um processo de aproximação de consultas políticas por um lado, e de prospecção de possíveis possibilidades na área econômica-comercial. Isso foi o que aconteceu, vamos dizer assim, já nos dois anos últimos anos finais do governo Fernando Henrique Cardoso.

Entre o início do século XXI e agora [fevereiro de 2022], a relação do Brasil com o Mundo Árabe se enriqueceu e mudou completamente. Hoje, a aproximação é inclusive facilitada pelos meios de comunicação e pela tecnologia da informação.

Não sei se você teria algo mais que se interesse especificamente...

Dayana Blanco: Rapidamente, gostaria de saber se o senhor viu alguma mudança, com relação ao 11 de setembro [de 2001] e com a criação do Eixo do Mal, pelos Estados Unidos, nas relações do Brasil com o Iraque, por exemplo, ou com o Irã.

Embaixador Osmar Chohfi: O Irã não vou me manifestar porque ele não é árabe, prefiro não me manifestar. Com o Iraque, evidentemente, houve. Os Estados Unidos transformaram o Iraque no inimigo principal. Você teve duas guerras dos Estados Unidos com o Iraque: a Primeira e a Segunda Guerra do Golfo. Na Primeira Guerra do Golfo eles simplesmente expulsaram os iraquianos do Kuwait, mas não avançaram para derrubar o Saddam Hussein; impuseram mil sanções e etcetera. Isso, realmente, complicou muito a vida do Iraque e isso, claro, teve reflexo na relação do Brasil com o Iraque, porque antes disso a relação do Brasil com o Iraque, politicamente, eu diria que era próxima. A gente conversava com o Saddam Hussein e vendia bastante. Você tinha os acordos quase de intercâmbio administrado, a gente comprava petróleo e vendia Volkswagen, as grandes empresas construtoras brasileiras fizeram muitas obras no Iraque. Em suma, isso afetou a nossa relação com o Iraque, que era um grande parceiro comercial do Brasil. Teve um impacto. E, sobretudo, o Iraque depois de todas as

dificuldades que teve com as sanções e tudo, deixou de importar aquilo que ele importava, muitas grandes obras foram interrompidas. Então, isso teve um reflexo na relação política porque houve um certo distanciamento e na relação econômica-comercial que foi muito afetada pelas Guerras do Golfo e pelas dificuldades que o Iraque então enfrentou.

Dayana Blanco: Então, seria isso. Mais uma vez, muito obrigada pela sua disponibilidade, pela gentileza e pela disposição para ajudar no meu Trabalho. Agradeço muito o seu tempo.